

GESTÃO DE AGLOMERADOS: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E A COMPETITIVIDADE DE DESTINOS INDUTORES



Rafael Araújo Sousa Farias (Organizador)

GESTÃO DE AGLOMERADOS: O PAPEL DAS INSTIUIÇÕES E A COMPETITIVIDADE DE DESTINOS INDUTORES

1ª edição

MATO GROSSO DO SUL EDITORA INOVAR

2021

**Copyright © das autoras e dos autores.**

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).

Rafael Araújo Sousa Farias (Organizador).

Gestão de aglomerados: o papel das instituições e a competitividade de destinos in- dutores. Campo Grande: Editora Inovar, 2021. 141p.

e-book

ISBN: 978-65-80476-79-4

DOI: doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-80476-79-4

1. Gestão de aglomerados. 2. Indutores. 3. Competitividade. 4. Pesquisa.

I. Autores.

CDD – 658



As ideias veiculadas e opiniões emitidas nos capítulos, bem como a revisão dos mesmos, são de inteira responsabilidade de seus autores.

Diagramação: Vanessa Lara D Alessia Conegero

Conselho Científico da Editora Inovar:

Franchys Marizethe Nascimento Santana (UFMS/Brasil); Jucimara Silva Rojas (UFMS/Brasil); Maria Cristina Neves de Azevedo (UFOP/Brasil); Ordália Alves de Almeida (UFMS/Brasil); Otí- lia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (UnB/Brasil), Guilherme Antônio Lopes de Oliveira (CHRISFAPI - Cristo Faculdade do Piauí).

Editora Inovar [www.editorainovar.com.br](http://www.editorainovar.com.br/)

79002-401 – Campo Grande – MS 2021

# SUMÁRIO

**CAPÍTULO 1** [**10**](#_bookmark0)

# DESTINOS INDUTORES BRASILEIROS À LUZ DOS AGLOMERADOS

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 2 [17](#_bookmark1)

**RELAÇÃO ENTRE OS AGLOMERADOS E OS RELACIONAMENTOS INTEROR- GANIZACIONAIS EM DESTINOS INDUTORES**

*Rafael Araújo Sousa Farias*

# CAPÍTULO 3 [21](#_bookmark2)

**PAPÉIS DAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTES EM AGLOMERADOS**

*Rafael Araújo Sousa Farias*

# CAPÍTULO 4 [25](#_bookmark3)

**INSTITUIÇÕES DE SUPORTE COMO PROMOTORA DE GOVERNANÇA DE DES- TINOS E REGIÕES TURÍSTICAS E COMO PROMOTORA DE RELACIONAMEN- TOS INTERORGANIZACIONAIS**

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

# CAPÍTULO 5 [29](#_bookmark4)

**COMPETIÇÃO ENTRE OS ATORES QUE FORMAM UM AGLOMERADO E OS SERVIÇOS FORNECIDOS PELAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTE**

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

# CAPÍTULO 6 [34](#_bookmark5)

**SERVIÇOS PRESTADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTES - RELAÇÃO COM A ESTRUTURA DE RELACIONAMENTOS E O IMPACTO NO DESEMPENHO DE AGLOMERADOS**

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

# CAPÍTULO 7 [39](#_bookmark6)

**PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTE NO DESENVOLVIMENTO DE AGLOMERADOS**

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

# DIFICULDADES DE GESTÃO RELATIVAS AOS DESTINOS TURÍSTICOS

*Rafael Araújo Sousa Farias João Barbosa França*

# CAPÍTULO 9 [48](#_bookmark8)

**ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE DESTI- NAÇÕES**

*Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 10 [53](#_bookmark9)

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO TURISMO E DE SEU MUNI- CÍPIO**

*Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 11 [58](#_bookmark10)

**CALDAS NOVAS - CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, SOCIOECONÔMICAS, TU- RÍSTICAS E INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DO DESTINO**

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 12 [63](#_bookmark11)

**PARANAGUÁ - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATI- VAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 13 [72](#_bookmark12)

**SÃO JOAQUIM - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATI- VAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 14 [77](#_bookmark13)

**BENTO GONÇALVES - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# MATEIROS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 16 [89](#_bookmark15)

**SÃO RAIMUNDO NONATO - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*João Barbosa França Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares*

# CAPÍTULO 17 [96](#_bookmark16)

**BARCELOS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# CAPÍTULO 18 [101](#_bookmark17)

**DIAMANTINA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATI- VAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# CAPÍTULO 19 [108](#_bookmark18)

**FOZ DO IGUAÇU - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELA- TIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# CAPÍTULO 20 [114](#_bookmark19)

**ILHABELA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# NOVA OLINDA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATI- VAS AO ESTUDO DO DESTINO

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# CAPÍTULO 22 [124](#_bookmark21)

**PARINTINS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares Rafael Araújo Sousa Farias*

*João Barbosa França*

# CAPÍTULO 23 [130](#_bookmark22)

**PIRENÓPOLIS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATI- VAS AO ESTUDO DO DESTINO**

*Rafael Araújo Sousa Farias*

*Sheila Milena Neves de Araújo Soares João Barbosa França*

# SOBRE O ORGANIZADOR DA OBRA E OS AUTORES DOS [138](#_bookmark23)

**CAPÍTULOS DE LIVRO**

# ÍNDICE REMISSIVO [139](#_bookmark24)

**APRESENTAÇÃO**

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional, é uma pesquisa realizada em parceria entre Ministério do Turismo (MTur), Sebrae Nacional e Fundação Getúlio Vargas (FGV). A publicação, denominada Relatório Brasil 2015, apresenta os níveis de competitividade de 65 destinos indutores brasileiros, mediante a análise de 13 temáticas. O presente livro debate assuntos relacionados a esse tema, destacando a importância do referido relatório. Assim, o livro debate temas como: os destinos indu- tores brasileiros; relação entre os aglomerados e os relacionamentos interorganiza- cionais; papéis das instituições de suportes em aglomerados; instituições de suporte como promotora de governança de destinos; competição entre os atores que formam um aglomerado; serviços prestados pelas instituições de suportes; dificuldades de gestão relativas aos destinos turísticos; atuação do poder público na gestão e desen- volvimento de destinações; e participação da comunidade na gestão do turismo e de seu município. Além disso, o livro apresenta as características históricas, socioeco- nômicas e turísticas de 13 destinos indutores brasileiros. Com isso, espera-se que os leitores possam compreender as características de cada local e, assim, relacionar com os conceitos abordados ao longo da obra.

Rafael Araújo Sousa Farias

Organizador

# Capítulo 1

**DESTINOS INDUTORES BRASILEIROS À LUZ DOS AGLOMERADOS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional, é uma pesquisa realizada em parceria entre Ministério do Turismo (MTur), Sebrae Nacional e Fundação Getúlio Var- gas (FGV) (BRASIL, 2015). A publicação, denominada Relatório Brasil 2015, apresenta dos níveis de competitividade de 65 destinos indutores brasileiros, mediante a análise de 13 temáticas que compõem o índice (BRASIL, 2015). O estudo dos 65 destinos in- dutores brasileiros indica regiões turísticas e proporciona uma maneira de se avaliar o desempenho dos destinos (BRASIL, 2015). O presente livro gerará mais conhecimento acerca do tema. Azzopardi e Nash (2013) ressaltam a necessidade de que estudos, continuamente, identifiquem novos fatores e indicadores específicos para países e si- tuações particulares – no caso deste livro, os destinos indutores.

O estudo dos destinos indutores pode ser útil por permitir encontrar possíveis efeitos locais e identificar os recursos estratégicos de cada uma das cidades e com- pará-los (OLIVEIRA; HOFFMANN; COSTA, 2013). Na visão de Hoffmann, Oliveira e Brocchi (2016) cabe estudar outros destinos indutores de turismo no Brasil. Este livro promove um debate acerca de pesquisas que analisaram, especificamente, destinos indutores brasileiros, apresentando os resultados dessas pesquisas na forma de deba- te. Posteriormente, apresenta uma breve descrição de alguns destinos turísticos, com vistas a complementar informações contidas no Relatório Brasil (2015).

Foi realizada uma busca estruturada na literatura internacional e nacional com o objetivo de identificar estudos de caso que se relacionam com o tema do livro. O livro não debate teoria, mas sim, resultados de trabalhos empíricos. Assim, é possível produzir um conteúdo que possa ser utilizado para debater conjuntamente os achados de pesquisas da área. Buscou-se por “estudos de caso” que “analisaram destinos in- dutores como um todo” e que possui como foco as “instituições de suporte” ou que, apesar de não debater necessariamente as instituições de suporte, contribuem por terem analisados destinos indutores à luz da metodologia de estudos de caso.

Na busca realizada com os parâmetros indicados e, naturalmente, aplicados os filtros pertinentes, foram identificados 28 estudos (FLEISCHER; FELSENSTEIN, 2000; LERNER; HABER, 2000; TEBCHIRANI, 2001; SHARPLEY, 2002; MORRISON,

2003; LIMA, 2006; MENDONÇA, 2006; SIEMENS, 2007; HOFFMANN; VIANNA; MIYA- ZAKI; CRUZ; NEGRI, 2007; CZAJKOWSKI; CUNHA, 2010; DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011; FERREIRA; MEIRELES; MACEDO; BARONE; SANT’ANNA; ZOTES, 2011; HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2012; HAVEN-TANG; JONES, 2012; NUNKOO; RAMKISSOON; GURSOY, 2012; RAMUKUMBA; MMBENGWA; MWAMAYI; GROE- NEWALD, 2012; STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012; THOMAZINE, 2012; HOF- FMANN; CAMPOS, 2013; OLIVEIRA, 2013; COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014; SILVA; TEIXEIRA, 2014; IORGULESCU; RĂVAR, 2015; COELHO; GOSLING; BERBEL, 2016; HOFFMANN; OLIVEIRA; BROCCHI, 2016; LEE; CHOI, 2017; SAN-

TOS, 2017; VIEIRA, 2017). O debate dos capítulos subsequentes se dá no âmbito

dessas 28 pesquisas identificadas.

# Turismo: Aglomerados

Há literatura que aponta que a atividade turística se organiza, naturalmente, mediante a formação aglomerados (BAGGIO; SCOTT; COOPER, 2010). Ademais, há autores que defendem que os estudos conduzidos em destinos turísticos devem con- siderar seu caráter holístico e sistêmico (BUHALIS, 2000; DWYER; KIM, 2003; COE- LHO; GOSLING; BERBEL, 2016). Isso se dá pelo fato de a indústria do turismo, na verdade, ser formada por uma gama de atividades, como serviços, alojamento, trans- porte, compras e atividades recreativas (MCINTOSH; GOELDNER; RITCHIE, 1995).

Empiricamente, Oliveira (2013) – ao analisar os destinos de Alto Paraíso-GO e Pirenópolis-GO – conseguiu identificar o caráter sistêmico no qual os agentes intera- giam. Outrossim, as cidades estudadas apresentavam indícios de cooperação entre seus atores, e estruturas de rede – de modo que Alto Paraíso-GO se caracterizou por possuir uma estrutura de rede mais clara do que Pirenópolis-GO. O pesquisador ressalta que a análise dos recursos e atores isoladamente não é adequada para ex- plicar a competitividade de regiões turísticas, tendo em vista o caráter sistêmico que há nessa indústria. Nesse sentido, Thomazine (2012), ao analisar o destino Pirenópo- lis-GO, identificou que a competitividade da aglomeração turística se dava mediante um processo sistêmico, de modo que os atores nela atuantes são mutuamente depen- dentes. Consonantemente, ao analisarem o destino Urubici-SC, Stacke, Hoffmann e Costa (2012) concluíram que o destino, de fato, possuía características semelhantes às indústrias manufatureiras aglomeradas geograficamente. Logo, a competitividade de um destino se dá mediante todos os envolvidos na entrega do produto turístico, como já apontado por Dwyer e Kim (2003).

Ademais, as organizações que estão em uma mesma região, como no caso daquelas que formam um destino turístico, tendem a ter mais relacionamentos sociais (MOLINA-MORALES, 2001; FELZENSZTEIN; GIMMON; CARTER, 2010). Contudo,

essa afirmação merece ressaltavas. Apesar de os atores de um destino estarem aglo- merados geograficamente, a aglomeração não assegura a formação de relaciona- mentos interorganizacionais de modo espontâneo (VIEIRA, 2017). Há literatura que demonstra que essa aglomeração pode tanto resultar em um ambiente no qual há formação de rede interorganizacional (HOFFMANN; CAMPOS, 2013), quanto resultar em um ambiente no qual não se identifica a formação de uma rede interorganiza- cional (THOMAZINE, 2012; COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014); ou seja, há

trabalhos que mostram ambas as situações. A título de exemplo, Hoffmann e Campos (2013) analisaram os atores em sete destinos do litoral de Santa Catarina – Balneário Camboriú, Bombinhas, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo – e afirmaram que naquele cenário havia redes do tipo interorganizacional. Em contrapartida, Costa, Gonçalves e Hoffmann (2014), ao analisarem o destino Belo Horizonte-MG, não iden- tificaram a formação de relacionamentos cooperativos entre as empresas pesquisa- das (albergues) e nem delas com o setor público e privado.

# Referências

AZZOPARDI, Ernest; NASH, Robert. A critical evaluation of importance: performance analysis. **Tourism Management**, v. 35, n. 4, p. 222-33, 2013. DOI: 10.1016/j.tour- man.2012.07.007

BAGGIO, Rodolfo; SCOTT, Noel; COOPER, Chris. Improving tourism destination go- vernance: a complexity science approach. **Tourism Review**, v. 65, n. 4, p. 51-60, 2010. DOI: 10.1108/16605371011093863

BRASIL, Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísti- cas do mapa do turismo brasileiro**. 2019. Disponível em: [<http://dados.turismo.gov](http://dados.turismo.gov/). br/categorizacao>. Acesso em: 21 de jan. de 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo Nacional**. 2015. Disponível em: [<http://dados.turismo.gov.br/indice-de-competitividade>.](http://dados.turismo.gov.br/indice-de-competitividade) Acesso em: 21 de jan. de 2020.

BUHALIS, Dimitrios. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism ma- nagement**, v. 21, n. 1, p. 97-116, 2000.

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

COSTA, Helena Araújo; GONÇALVES, Josy Sapucaia; HOFFMANN, Valmir Emil. Cooperação entre micro e pequenas empresas de hospedagem como fonte de van- tagem competitiva: estudo dos albergues de Belo Horizonte (MG). **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 6-27, 2014. DOI: 10.14210/rtva.v16n1.p6

CZAJKOWSKI, Adriana; CUNHA, Sieglinde Kindl. Organização e coordenação da rede de cooperação em aglomerados de turismo rural. **Turismo Visão e Ação**, v. 12, n. 1, p. 92-113, 2010.

DUDENSING, Rebekka; HUGHES, David; SHIELDS, Martin. Perceptions of tourism promotion and business challenges: a survey-based comparison of tourism busines- ses and promotion organizations. **Tourism Management**, v. 32, n. 6, p. 1453-1462, 2011. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.10.008

DWYER, Larry; KIM, Chulwon. Destination competitiveness: determinan- ts and indicators. **Current Issues in Tourism**, v. 6, n. 5, p. 369-414, 2003. DOI: 10.1080/13683500308667962

FELZENSZTEIN, Christian; GIMMON, Eli; CARTER, Sara. Geographical co-location, social networks and interfirm marketing co-operation: the case of the salmon industry. **Long Range Planning**, v. 43, n. 5-6, p. 675-690, 2010. DOI: 10.1016/j.lrp.2010.02.006

FERREIRA, Maria Tatiana da Silva; MEIRELES, Sheila Santos; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; BARONE, Francisco Marcelo; SANT´ANNA, Paulo Roberto; ZOTES, Luiz Pérez. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um es- tudo de caso do município de Paraty (RJ). **Revista de Administracao** Pública, v. 45, n. 2, p. 517-39, 2011. DOI: 10.1590/S0034-76122011000200010

FLEISCHER, Aliza; FELSENSTEIN, Daniel. Support for rural tourism: does it make a difference? **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 4, p. 1007-1024, 2000. DOI: 10.1016/S0160-7383(99)00126-7

HALLAK, Rob; BROWN, Graham; LINDSAY, Noel. The place identity e performance re- lationship among tourism entrepreneurs: a structural equation modelling analysis. **Tou- rism Management**, v. 33, n. 1, p. 143-154, 2012. DOI: 10.1016/j.tourman.2011.02.013

HAVEN-TANG, Claire; JONES, Eleri. Local leadership for rural tourism development: a case study of Adventa, Monmouthshire, UK. **Tourism Management Perspectives**, v. 4, n. 1, p. 28-35, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2012.04.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.04.006)

HOFFMANN, Valmir Emil; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Instituições de supor- te, serviços e desempenho: um estudo em aglomerações turísticas de Santa Cata- rina. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 18-41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000100003

HOFFMANN, Valmir Emil; OLIVEIRA, Bruna Paixão; BROCCHI, Jaqueline Thomazi- ne. Instituições de suporte ao turismo nos destinos de Alto Paraíso e Pirenópolis: uma análise sob a perspectiva das redes interorganizacionais. **Caderno Virtual de Turis- mo**, v. 16, n. 1, p. 74-94, 2016. DOI: 10.18472/cvt.16n1.2016.1015

HOFFMANN, Valmir Emil; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; MIYAZAKI, Emily Jun- durian; CRUZ, Thiago César; NEGRI, Danielle Vanessa. O papel das instituições de suporte ao turismo nos municípios de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ,

6., 2007, Itajaí. **Anais...** Itajaí: Univali, 2007.

IORGULESCU, Maria-Cristina; RĂVAR, Anamaria Sidonia. The contribution of social enterprises to the development of tourism. The case of Romania. **Procedia Economi- cs and Finance**, v. 32, n. 1, p. 672-679, 2015. DOI: [10.1016/S2212-5671(15)01448-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01448-3)

LEE, Jae-hyuck; CHOI, Hae Ok. Stakeholders’ views on reducing financial support in government-led ecotourism áreas. **Ocean & Coastal Management**, v. 144, n. 1, p. 7-15, 2017. DOI: [10.1016/j.ocecoaman.2017.03.033](https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.03.033)

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

MCINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles; RITCHIE, Brent. **Tourism**: principles, practices, philosophies. 7. ed. New York: Wiley, 1995.

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. **Gestão integrada do turismo no espaço rural**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Fe- deral de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2006.

MOLINA-MORALES, Francisco Xavier. Human capital in the industrial districts. **Hu- man Systems Management**, v. 20, n. 4, p. 319-331, 2001.

MORRISON, Alison. SME management and leadership development: market reorien- tation. **Journal of Management Development**, v. 22, n. 9, p. 796-808, 2003. DOI: 10.1108/02621710310495784

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee; GURSOY, Dogan. Public trust in tou- rism institutions. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 3, p. 1538-1564, 2012. DOI: 10.1016/j.annals.2012.04.004

OLIVEIRA, Leandro Santana de. **Cooperação como fonte de competitividade**: um estudo comparativo entre os destinos turísticos de Alto Paraíso e Pirenópolis (GO). 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília – UnB, 2013.

OLIVEIRA, Leandro Santana; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araújo. Coo- peração como fonte de competitividade: um estudo comparativo entre os destinos turísticos de Alto Paraíso e Pirenópolis (GO). In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ES- TRATÉGIA - 3Es, 6., 2013, Bento Gonçalves. **Anais…** Maringá: ANPAD, 2013.

RAMUKUMBA, Takalani; MMBENGWA, Victor Mbulah; MWAMAYI, KA; GROE-

NEWALD, Jan. Analysis of local economic development (LED) initiated partnership and support services for emerging tourism entrepreneurs in George municipality, Wes- tern Cape Province, RSA. **Tourism Management Perspectives**, v. 2-3, n. 1, p. 7-12, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2011.12.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2011.12.006)

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

SHARPLEY, Richard. Rural tourism and the challenge of tourism diversification: the case of Cyprus. **Tourism Management**, v. 23, n. 3, p. 233-244, 2002. DOI: 10.1016/ S0261-5177(01)00078-4

SIEMENS, Lynne. Challenges faced by rural/remote tourism businesses on Van- couver Island: an exploratory study. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, v. 1, n. 4, p. 308-320, 2007. DOI: 10.1108/17506200710833818

SILVA, Jalberto Dória; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Desenvolvimento do turismo em Sergipe: apoio à criação de negócios e parcerias entre o setor público e privado. **Ca- derno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 2, p. 133-149, 2014.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Economias de aglomeração e competitividade**: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

THOMAZINE, Jaqueline Silva. **Transferência de conhecimento e competitividade em destinos turísticos**: uma análise comparativa. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

VIEIRA, Daniel Pires. Nem aglomerados, nem redes: a dinâmica relacional das em- presas de hospedagem de destinos turísticos brasileiros. 2017. 201 f. Tese (Doutora- do em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, 2017.

# Capítulo 2

**RELAÇÃO ENTRE OS AGLOMERADOS E OS RELACIONAMENTOS INTERORGANIZACIONAIS EM DESTINOS INDUTORES**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

A formação de redes interoganizacionais dentro de um aglomerado turístico pode facilitar a compreensão de que os destinos competem com outros destinos, como identificado na cidade de Ouro Preto-MG, mediante a pesquisa de Coelho, Gos- ling e Berbel (2016). Nesse estudo, os entrevistados apontaram que se preocupam com os destinos concorrentes, uma vez que reconhecem que os turistas, aos poucos, estão preferindo outras opções no entorno do destino estudado. A visão coletivista por parte dos atores do destino tende a facilitar o desenvolvimento do aglomerado turístico como um todo, como constatado por Coelho, Gosling e Berbel (2016). Nes- se estudo, os autores constataram que a visão de “coletivo” influencia positivamente o desenvolvimento de planejamento estratégico do destino turístico, tendo em vista que a visão coletiva possibilita a identificação de problemas comuns a todos os ato- res do local, bem como o aproveitamento das potencialidades do destino. Há outros estudos que identificaram casos nos quais a formação das redes inteorgranizacionais demonstraram ir ao encontro do desenvolvimento do destino turístico como um todo (CZAJKOWSKI; CUNHA, 2010; STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012). Czajkowski e

Cunha (2010) analisaram o caso do Circuito Italiano de Turismo Rural, e ressaltam a importância da rede interorganizacional para a cooperação e coordenação dos ato- res presentes na destinação. Segundo os autores, os relacionamentos permitiram a formação de uma rede na qual havia coordenação e cooperação entre os atores, es- treitamento de seus vínculos mediante intercâmbio de informações, análise conjunta de problemas comuns a região e a busca coletiva por soluções; o que culminou na visão da região como um produto. Esses achados no caso analisado por Czajkowski e Cunha (2010) corroboram com estudos anteriores (BALESTRO, 2004; DONAIRE; SILVA; GASPAR, 2009). Stacke, Hoffmann e Costa (2012) evidenciaram existir a opor- tunidade de os atores em um aglomerado turísticos compartilharem seus recursos para obter vantagem competitiva, quando comparado com aqueles que não fazem parte de um aglomerado. Novamente, fatores como cooperação, confiança, conhe- cimento, entre outros, foram verificados como uma forma de aumentar a vantagem competitiva da região Urubici-SC (STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012).

Em contrapartida, quando não se identifica a formação de redes interoganiza- cionais em um aglomerado, os atores do destino podem apresentar dificuldades em

realizar ações coordenadas. Por exemplo, Thomazine (2012) conclui que as intera- ções dinâmicas sociais entre os diferentes atores do destino turístico, que caracte- rizam uma aglomeração turística, parecem incipientes para o destino de Pirenópo- lis-GO. No mesmo sentido, Costa, Gonçalves e Hoffmann, (2014) identificaram que os relacionamentos nesse destino são incipientes, o que inclusive refletia na pouca troca de informações entre as empresas com outras instituições do local. Segundo os pesquisadores, uma possível explicação é o fato de as empresas analisadas apresen- tarem curto tempo de atuação no mercado ou, ainda, o caráter familiar de gestão dos empreendimentos pesquisados (COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014).

Os relacionamentos dentro de um aglomerado turístico podem se caracterizar como sendo horizontais (empresas de um mesmo segmento), verticais (empresas de segmentos diferentes) ou com outros atores do destino (instituições). Nesse sentido, quando se debate o tema relacionamento dentro de um aglomerado, não se pode falar como sendo uma coisa só. O conhecimento acerca dessas possibilidades é importan- te para poder compreender os achados dos estudos sobre o tema relacionamentos dentro de aglomerados turísticos.

Primeiro, referindo-se apenas aos relacionamentos horizontais (entre empresas de um mesmo segmento): apesar de a teoria apontar os relacionamentos horizontais como sendo importantes, na prática essa percepção muitas vezes não se transformar efetivamente em ações voltadas para a aproximação entre empresas vistas como concorrentes (LIMA, 2006; COSTA, 2007; CURTIS; HOFFMANN, 2009; ANDRIGHI;

HOFFMANN, 2010; COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014; VIEIRA, 2017). Lima

(2006), ao analisar a cidade de Jericoacoara-CE, identificou que as empresas do des- tino realizavam movimentos estratégicos agressivos com vistas a obter mais clientes e limitar a atuação dos concorrentes, o que pode ser um os fatores que prejudica o cres- cimento daquele aglomerado. Costa, Gonçalves e Hoffmann (2014) não identificaram a formação de relacionamentos cooperativos entre as empresas pesquisadas (seg- mento de hospedagem) em Belo Horizonte-MG. Segundo os autores, apesar de as empresas de hospedagem terem apontado os relacionamentos horizontais como sen- do importantes, não se identificou nenhum tipo de canal de comunicação formal ou in- formal entre tais empreendimentos. Logo, os empreendimentos analisados afirmaram não possuir relacionamento algum com os concorrentes diretos (COSTA; GONÇAL- VES; HOFFMANN, 2014). Essa ausência de relacionamento, naturalmente, influen- ciou também na ausência de redes empresariais, cooperação, confiança interorgani- zacional, comprometimento em relação aos relacionamentos, inovação, resolução de conflitos, e interdependência organizacional – visto que, para isso, seria necessário o desenvolvimento de relacionamentos (COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014). No mesmo sentido, Vieira (2017), ao analisar quatro destinos turísticos – Bonito-MS, Gramado-RS, Penedo-RJ e Tiradentes-MG –, identificou que os relacionamentos ho-

rizontais (relacionamento entre empresas de hospedagem) existentes nas localidades não implicam em uma formação de rede. Ainda segundo o pesquisador, a existência de relacionamentos horizontais identificados, não implica em relacionamentos que po- dem ser chamados de redes, tendo em vista que mais construtos seriam necessários para que um “grupo de relações” se caracterizasse tal como uma. Ademais, os resulta- dos advindos desses três estudos (LIMA, 2006; COSTA; GONÇALVES; HOFFMANN, 2014; VIEIRA 2017) não parecem ser casos isolados. Estudos nacionais têm demons- trado que as empresas localizadas em aglomerados turísticos reconhecem a impor- tância dos relacionais horizontais, contudo, demonstram relacionamentos incipientes: destino da Costa dos Corais-AL (COSTA, COSTA, MIRANDA JÚNIOR, 2012), destino de Gramado-RS e Canela-RS (CURTIS; HOFFMANN, 2009) e destino de Urubici-SC (ANDRIGHI; HOFFMANN, 2010). Os estudos de caso citados demonstram que a teo- ria é confirmada no fato de as empresas considerarem os relacionamentos horizontais importantes, contudo, é refutada quando se analisa a realidade dos destinos.

Agora, referindo-se aos relacionamentos verticais (entre empresas de segmen- tos diferentes) apesar de a teoria apontar os relacionamentos horizontais como sendo importantes, o livro demonstra que nem sempre ocorre de maneira simples. Por exem- plo, Lima (2006) analisou cinco segmentos do trade turístico de Jericocoara-CE (meios de hospedagem, alimentos e bebidas, receptivos e passeios turísticos, comércios e serviços turístico e comércios e serviços de suporte). O autor identificou o comporta- mento e a estratégia mais recorrentes em cada um dos segmentos e concluiu que as empresas que mais possuem a potencialidade de cooperar com os concorrentes são as empresas de receptivos e passeios turísticos. O autor chegou a essa conclusão ao analisar as estratégias das empresas do trade, o funcionamento do mercado e, ainda, o comportamento das empresas frente aos concorrentes.

# Referências

ANDRIGHI, Fabiela Fátima; HOFFMANN, Valmir Emil. Redes e cooperação na destinação turística de Urubici/SC. **Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 149-164, 2010. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v21i1p149-164

BALESTRO, Moisés Villamil. Características estruturais e mecanismos de governan- ça em redes de cooperação: apontamentos conceituais. In: VERSCHOORE, Jorge Renato (org.). **Redes de cooperação**: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 2004. p. 49-67.

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

COSTA, Atair Carneiro. **Arranjo Produtivo Local (APL)**, **competitividade e desen- volvimento local**: um estudo sobre a Costa dos Corais - AL. 2007. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Negócios em Turismo) – Univer- sidade de Brasília - UnB, Brasília, 2007.

COSTA, Helena Araújo; COSTA, Atair Carneiro; MIRANDA JÚNIOR, Newton da Silva. Arranjos Produtivos Locais (APL) no turismo: estudo sobre a competitividade e o de- senvolvimento local na Costa dos Corais - AL. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 7, n. 1, p. 1-31, 2012.

COSTA, Helena Araújo; GONÇALVES, Josy Sapucaia; HOFFMANN, Valmir Emil. Cooperação entre micro e pequenas empresas de hospedagem como fonte de van- tagem competitiva: estudo dos albergues de Belo Horizonte (MG). **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 6-27, 2014. DOI: 10.14210/rtva.v16n1.p6

CURTIS, Lali Felker; HOFFMANN, Valmir Emil. Relacionamentos interorganizacionais, em contexto de aglomeração territorial: um estudo no setor hoteleiro das destinações turísticas de Gramado e Canela (RS). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São

Paulo. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2009.

CZAJKOWSKI, Adriana; CUNHA, Sieglinde Kindl. Organização e coordenação da rede de cooperação em aglomerados de turismo rural. **Turismo Visão e Ação**, v. 12, n. 1, p. 92-113, 2010.

DONAIRE, Denis; SILVA, Marcos Pereira; GASPAR, Marcos Antônio. A rede de ne- gócios do turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas. Camburiú. **Turismo Visão e Ação**, v. 11, n. 1, p. 112-134, 2009.

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

THOMAZINE, Jaqueline Silva. **Transferência de conhecimento e competitividade em destinos turísticos**: uma análise comparativa. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

VIEIRA, Daniel Pires. Nem aglomerados, nem redes: a dinâmica relacional das em- presas de hospedagem de destinos turísticos brasileiros. 2017. 201 f. Tese (Doutora- do em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, 2017.

# Capítulo 3

**PAPÉIS DAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTES EM AGLOMERADOS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

As instituições podem atuar como gestoras do destino. Tebchirani (2001), ana- lisou a cidade de Curitiba-PR. À época do estudo, a cidade apresentava-se como a quinta colocação de cidade-destino do turismo doméstico brasileiro, mesmo não apre- sentando atrações naturais com alto poder de atrair turistas, como acontece no Rio de Janeiro-RJ, Florianópolis-SC, Salvador-BA ou Foz do Iguaçu-PR (TEBCHIRANI, 2001). O desenvolvimento da indústria do turismo em Curitiba-PR se deu median- te a atuação planejada de instituições públicas e privadas, de modo que os atores do destino conseguiram desenvolver um ambiente no qual apresenta infraestrutura de serviços urbanos e equipamentos de lazer, qualificação de mão-de-obra e, ainda, desenvolvimento em termos de gestão (TEBCHIRANI, 2001). Segundo Tebchirani (2001), mesmo sem a cidade apresentar atrativos naturais que pudessem facilitar o desenvolvimento do turismo, pôde-se observar que a dimensão social existente entre o poder público, privado e as instituições de suporte conseguiram formar uma lógica de complementariedade de esforços que foram unidos com o intuito de desenvolver o turismo na região. Os achados de Tebchirani (2001) corroboram a pesquisa de Lerner e Haber (2000), de modo que ambos os estudos ressaltam a importância da gestão para a atividade turística. Logo, apesar de os atrativos serem importantes (WAHAB, 1975; FRIDGEN, 1984; SMITH, 1989), não são determinantes para o sucesso do des- tino (LERNER; HABER, 2000; TEBCHIRANI, 2001).

No mesmo sentido, Mendonça (2006) – ao analisar os destinos de Bonito-MS, Carrancas-MG, Lages-SC, São Carlos-SP e Venda Nova do Imigrante-ES – relembra a complexidade da atividade turística pelo fato de envolver muitos setores da econo- mia e, desse modo, reitera que para que o aglomerado consiga se desenvolver carece de atores que consigam promover, de forma integrada, um relacionamento gerencial entre os agentes que formam o destino. De fato, a grande quantidade de atores em um destino parece dificultar a gestão do destino e, assim, ressalta-se a importância das instituições. Isso relaciona-se a um dos achados de Bonet (2004), que identificou que redes com maior grau de centralização em um número reduzido de atores tende a facilitar a gestão do destino turístico. Iorgulescu e Răvar (2015) – que analisaram a contribuição das instituições de suporte para o desenvolvimento de diferentes regiões turísticas da Romênia – também ressaltam a importância das instituições no papel de gestora do destino. Esses autores constataram, no destino analisado, que as institui-

ções gerenciavam áreas turísticas, gerenciavam áreas naturais protegidas, desen- volviam e promoviam rotas para ecoturismo e cicloturismo e desenvolviam projetos relacionados a reabilitação e promoção do patrimônio natural e cultural. A partir dos achados de Iorgulescu e Răvar (2015), observa-se que um dos papéis desempenha- do pelas instituições do destino, ao gerenciá-lo, estava pautado no desenvolvimento e promoção de atrativos culturais, e não apenas de atrativos naturais. E, como identifi- cado por Coelho, Gosling e Berbel (2016), além dos atrativos naturais de um destino, há os atrativos culturais que podem potencializar a atratividade de uma região. Ou seja, parte do papel do gerenciamento do destino está pautado na divulgação e pro- moção de eventos para o turismo. Essa atividade é comumente desenvolvida por uma instituição chamada *Convention Bureau*.

O estudo de caso conduzido por Dudensing, Hughes e Shields (2011) – ao analisarem empresas e instituições de turismo dos estados da Pensilvânia e Virgínia Ocidental (ambos nos Estados Unidos) – demonstrou que as empresas e as institui- ções voltadas para a promoção do local e captação de eventos – como o *Convention Bureau* – tendem a ter as mesmas prioridades em termos dos vários tipos de ativida- des de promoção regional. Ou seja, tanto as empresas do destino analisado como as instituições convergiam acerca das atividades necessárias para divulgar a destinação e promover eventos. Ademais, os autores identificaram que ambos os grupos – em- presas e instituições – desempenhavam papéis e somavam esforços, de modo que ambos colaboravam para o desenvolvimento do destino como um todo (DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011).

O gerenciamento de um destino está relacionado com o papel de liderança. A existência de pessoas e/ou instituições que atuem como líderes no desenvolvimento do turismo local é visto como um fator importante (HAVEN-TANG; JONES, 2012). Ha- ven-Tang e Jones (2012) – que analisaram Monmouthshire (uma das 22 subdivisões administrativas autônomas do País de Gales) – ressaltam que as instituições podem desempenhar o papel e, ainda, ser formadora de lideranças no destino. No caso ana- lisado, Haven-Tang e Jones (2012) concluem e consideram exitoso um programa de- senvolvido por uma instituição que teve como objetivo desenvolver lideranças para o turismo da região, ficando patente, na visão dos autores, que as instituições possuem a capacidade de orientar e formar lideranças que influenciam e geram vantagem com- petitiva para a região. Ainda sobre esse tema, Ferreira, Meireles, Macedo, Barone, Sant’Anna e Zotes (2011) – ao analisarem Paraty – identificaram a falta de lideranças no destino como um dos fatores que dificulta o desenvolvimento do destino e o forta- lecimento dos laços relacionais na região.

Outro fator que está relacionado com a gestão de um destino e, ainda, tende a potencializar seu desenvolvimento é o pertencimento ao chamado roteiro turístico. Isso se dá, pois os turistas podem optar por visitar um roteiro formados por mais de

um destino do que visitar somente um. Nesse sentido, surge a figura da governança regional, com vistas a promover a coordenação de instituições de diferentes municí- pios. Essa situação foi identificada empiricamente por Santos (2017) ao analisar três municípios da Mesorregião do Campo das Vertentes, Minas Gerais, sendo eles Pra- dos, São João Del Rei e Tiradentes. O autor aponta que a governança, nos destinos por ele analisado, vem ajudando a promover a região como um todo. Santos (2017) constatou que a instância de governança regional proporciona o enfrentamento de problemas municipais de uma maneira macro e, assim, nutre relações entre institui- ções de diferentes municípios – de modo a consolidar uma espécie de intercâmbio de conhecimento entre os atores locais e fortalecer a região como um todo. Nesse sentido, Santos (2017) é um exemplo de um estudo de caso no qual ficou evidenciado os benefícios advindos da atuação de uma instituição que trabalha na gestão e gover- nança do turismo e, ainda, os benefícios de o destino pertencer e se integralizar a um roteiro turístico.

# Referências

BONET, Luís. La estrategia de turisme de Barcelona, un consorcio público-privado de éxito. In: SENTIAS, Josep (org.). **Casos de Turismo cultural**: de la planificación estratégica a la gestión del produto. Barcelona: Ariel, 2004. p. 235-260.

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

DUDENSING, Rebekka; HUGHES, David; SHIELDS, Martin. Perceptions of tourism promotion and business challenges: a survey-based comparison of tourism busines- ses and promotion organizations. **Tourism Management**, v. 32, n. 6, p. 1453-1462, 2011. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.10.008

FERREIRA, Maria Tatiana da Silva; MEIRELES, Sheila Santos; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; BARONE, Francisco Marcelo; SANT´ANNA, Paulo Roberto; ZOTES, Luiz Pérez. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um es- tudo de caso do município de Paraty (RJ). **Revista de Administracao** Pública, v. 45, n. 2, p. 517-39, 2011. DOI: 10.1590/S0034-76122011000200010

FRIDGEN, Joseph. Environmental psychology and tourism. **Annals of Tourism Re- search**, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1984. DOI: [10.1016/0160-7383(84)90094-X](https://doi.org/10.1016/0160-7383(84)90094-X)

HAVEN-TANG, Claire; JONES, Eleri. Local leadership for rural tourism development: a case study of Adventa, Monmouthshire, UK. **Tourism Management Perspectives**, v. 4, n. 1, p. 28-35, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2012.04.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.04.006)

IORGULESCU, Maria-Cristina; RĂVAR, Anamaria Sidonia. The contribution of social enterprises to the development of tourism. The case of Romania. **Procedia Economi- cs and Finance**, v. 32, n. 1, p. 672-679, 2015. DOI: [10.1016/S2212-5671(15)01448-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01448-3)

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. **Gestão integrada do turismo no espaço rural**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Fe- deral de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2006.

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Economias de aglomeração e competitividade**: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

WAHAB, Salah. **Wahab on tourism management**: an introduction to the scientific study of tourism management, aimed at those who recognise the rewards of a well managed tourism industry, and who perceive the penalties of mismanagement. 1. ed. London: Tourism International Press, 1975.

# Capítulo 4

**INSTITUIÇÕES DE SUPORTE COMO PROMOTORA DE GOVERNANÇA DE DESTINOS E REGIÕES TURÍSTICAS E COMO PROMOTORA DE RELACIONAMENTOS INTERORGANIZACIONAIS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

Quanto ao papel de governança regional, Santos (2017) identificou que a ins- tituição vem produzindo bons resultados no sentido de sistematizar os interesses dos atores dos municípios: a) estabelecendo prioridades para o turismo da região; b) com- preendendo as disparidades existentes na forma de trabalhar de cada município; e c) mediando divergências políticas que estão enraizadas na região. Segundo, quanto ao papel de roteirizar a região, Santos (2017) identificou um resultado relevante, por parte da instituição, referente ao marketing atrelado ao roteiro que envolviam as cida- des três cidades e, ainda, destaca a visibilidade conquistada pelos municípios. Após ações voltadas ao fortalecimento da região, o autor destaca o apelo mercadológico de modo que a região como um todo passou a ser divulgada nacionalmente. A atua- ção conjunta de diferentes instituições, bem como as ações coordenadas entre os municípios da região como um todo foi fortalecido, respingando consequências em diferentes frentes, como: aumento de renda e ocupação, fortalecimento do artesa- nato e fomentando as tradições regionais. Esse estudo (SANTOS, 2017), demonstra que a atuação das instituições não necessariamente acontece apenas dentro de um aglomerado, podendo, então, atuar de modo a promover mais de um município ao mesmo tempo – o roteiro turístico. O estudo de Czajkowski e Cunha (2010), ao ana- lisarem o Circuito Italiano de Turismo Rural, também ressalta benefícios advindos de uma governança para o destino na formação de roteiro. Nesse trabalho ficou patente o interesse dos membros do roteiro em transmitir aos visitantes a percepção de que

o Circuito de Turismo Rural não é um somatório de empreendimentos isolados, mas sim, que é um roteiro único. Desse modo, há a construção de uma marca para o lu- gar e, naturalmente, os turistas conseguem identificar e reconhecem esse destino de forma mais valiosa quando comparada com outros destinos turísticos (CZAJKOWSKI; CUNHA, 2010).

Como observado, as instituições podem desempenhar o papel de governança tanto para um destino como para uma região. Contudo, a sua criação e manutenção

pode ser uma tarefa difícil, como observado no município de Jericoacoara-CE por Lima (2006). O pesquisador, identificou que, à época, o município tentava criar uma instituição com a função de desempenhar o papel de gestora do destino. Contudo, a implementação de uma governança passava por barreiras. Na visão de Lima (2006), a formação de uma governança necessita de pessoas consideradas idôneas e que ao mesmo tempo representem os vários integrantes do destino e, ainda, que esses atores tenham a capacidade de coordenar o processo decisório da aglomeração e incentivar ações conjuntas com vistas a fortalecer o destino turístico como um todo.

Dito isso, percebe-se que, de fato, há literatura que demonstra empiricamen- te que as instituições podem desempenhar o papel de gestora (ou contribuir para isso) do destino. Agora, quanto ao papel de intermediação: identifica-se que pesqui- sas mostram que as instituições de suporte atuam como promotora de relacionamen- tos entre diferentes atores do destino (FREITAG; BUHLMANN, 2009; OSKARSSON; SVENSSON; OBERG, 2009; FELZENSZTEIN; GIMMON; CARTER, 2010; KYLANEN; RUSKO, 2011; NUNKOO; RAMKISSOON; GURSOY, 2012; SACOMANO NETO;

PAULILLO, 2012; ZAMBRANA; TEIXEIRA, 2015). Primeiro, os relacionamentos en- tre os atores de um destino tendem a se intensificar com a atuação das instituições de suporte, uma vez que essas instituições tendem a diminuir as barreiras (como a desconfiança) entre os atores em um destino (VIEIRA, 2017). Nesse sentido, como constatado por Vieira (2017), as empresas que possuem relacionamentos com as instituições de suporte tendem a possuir mais relacionamentos horizontais (com em- presas do mesmo ramo) e mais relacionamentos verticais (com empresas de outros segmentos da cadeia).

Ademais, as instituições se demonstram especialmente úteis quanto à promo- ção da troca de informações entre os atores do destino, devido a sua capacidade de promover reuniões regulares, como identificado por Stacke, Hoffmann e Costa (2012). Ambas as reuniões – formais (audiências públicas e encontros de conselho, por exemplo) e informais – são úteis para a troca de informações entre os atores do destino (LIMA, 2006; STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012). Noutro estudo, condu- zido por Czajkowski e Cunha (2010), os pesquisadores identificaram um claro estrei- tamento dos relacionamentos entre os atores do destino mediante a atuação das ins- tituições de suporte. Essa pesquisa demonstrou que a aproximação entre os autores se deu mediante a atuação sinérgica de algumas instituições, a destacar: Secretaria Municipal de Turismo de Colombo, Associação dos Empreendedores do Circuito Ita- liano de Turismo Rural e o Conselho Municipal do Turismo. Logo, o destino analisado se privilegiou da ação conjunta existente entre instituições do setor público e institui- ções privadas (CZAJKOWSKI; CUNHA, 2010). Nesses três estudos (CZAJKOWSKI; CUNHA, 2010; STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012; VIEIRA, 2017) evidencia-se a

importância de as instituições promoverem relacionamentos entre os atores do desti-

no, especialmente referindo-se aos relacionamentos horizontais, isso porque as em- presas consultadas afirmaram ser mais fácil estabelecer relações sociais com outras empresas (até mesmo os concorrentes), quando comparado com outros atores do destino. E, ainda, as pesquisas ajudam a explicar o motivo pelo qual as empresas aglomeradas tendem a se relacionar mais quando há a presença de instituições de suporte no aglomerado.

A atuação das instituições como intermediárias de relacionamentos é um me- canismo que pode reduzir os custos de transação, como verificado por Vieira (2017). Inclusive, na visão de Vieira (2017), o principal papel desempenhado pelas instituições de suporte está no ato de intermediar e promover a interação entre as empresas do destino, e não necessariamente na prestação direta de serviços. Vieira (2017) reitera a importância das instituições em ser uma coordenadora e promotora dos relaciona- mentos em um destino turístico, de modo que as instituições não necessariamente devem restringir sua atuação à prestação de serviços, mas também, à coordenação de ações e integração dos atores e, naturalmente, à cadeia produtiva da indústria. Essas conclusões de Vieira (2017) tornam-se especialmente importantes quando se constata que grande parte das iniciativas das políticas públicas de fomento à indústria do turismo foca aspectos tangíveis (qualificação profissional, criação de infraestru- turas, promoção e marketing, entre outras), e pouca atenção é dada à agregação e aumento de densidade da rede de relacionamentos. Outrossim, o relacionamento pro- movido entre os atores do destino é um fator que favorece a transferência de recursos e conhecimento, como identificado em Pirenópolis-GO (THOMAZINE, 2012). Como apontado no estudo de Thomazine (2012), os constructos cooperação, confiança e comunicação foram considerados fundamentais para que o fenômeno da transferên- cia de conhecimento entre as empresas aglomeradas territorialmente ocorresse. Ob- serva-se que esses construtos carecem de relacionamentos para que sejam construí- dos, nesse sentido observa-se, novamente, a importância do papel de intermediação das instituições. Ademais, a densidade de uma rede é analisada mediante a relação entre os relacionamentos efetivados sobre os relacionamentos possíveis. Conside- rando que atores públicos se relacionam mais com outros atores públicos e, por sua vez, atores privados se relacionam mais com outros atores privados (STACKE; HO- FFMANN; COSTA, 2012), ressalta-se a importância das instituições em promover os relacionamentos de atores de diferentes grupos e, por sua vez, aumentar a densidade de relacionamentos das redes.

# Referências

CZAJKOWSKI, Adriana; CUNHA, Sieglinde Kindl. Organização e coordenação da rede de cooperação em aglomerados de turismo rural. **Turismo Visão e Ação**, v. 12, n. 1, p. 92-113, 2010.

FELZENSZTEIN, Christian; GIMMON, Eli; CARTER, Sara. Geographical co-location, social networks and interfirm marketing co-operation: the case of the salmon industry. **Long Range Planning**, v. 43, n. 5-6, p. 675-690, 2010. DOI: 10.1016/j.lrp.2010.02.006

FREITAG, Markus; BUHLMANN, Marc. Crafting trust: the role of political institutions in a comparative perspective. Comparative Political Studies, v. 42, n. 12, p. 1537-1566, 2009. DOI: [10.1177/0010414009332151](https://doi.org/10.1177%2F0010414009332151)

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee; GURSOY, Dogan. Public trust in tou- rism institutions. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 3, p. 1538-1564, 2012. DOI: 10.1016/j.annals.2012.04.004

OSKARSSON, Sven; SVENSSON, Torsten; OBERG, PerOla. Power, trust, and insti- tutional constraints: individual level evidence. **Rationality and Society**, v. 21, n. 2, p. 71-195, 2009.

SACOMANO NETO, Mário; PAULILLO, Luiz Fernando. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroal- cooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 1131-1155, 2012.

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

THOMAZINE, Jaqueline Silva. **Transferência de conhecimento e competitividade em destinos turísticos**: uma análise comparativa. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

VIEIRA, Daniel Pires. Nem aglomerados, nem redes: a dinâmica relacional das em- presas de hospedagem de destinos turísticos brasileiros. 2017. 201 f. Tese (Doutora- do em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, 2017.

ZAMBRANA, Aline Aragão; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Relações cooperativas locais segundo a perspectiva das proximidades - uma análise em APLs de confecções. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 39-69, 2015. DOI: [10.21527/2237-](http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2015.31.39-69)

[6453.2015.31.39-69](http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2015.31.39-69)

# Capítulo 5

**COMPETIÇÃO ENTRE OS ATORES QUE FORMAM UM AGLOMERADO E OS SERVIÇOS FORNECIDOS PELAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTE**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

A competição entre atores que formam um destino turístico tem um efeito de- letério sobre o desenvolvimento de relacionamentos cooperativos, de modo que a competição apresenta influência negativa sobre os relacionamentos horizontais das empresas e sobre os relacionamentos das empresas com as organizações de supor- te (VIEIRA, 2017). Por sua vez, a competição não apresenta influência significativa sobre os relacionamentos verticais das empresas analisadas (VIEIRA, 2017). Ainda segundo Vieira (2017), a competição entre essas empresas influencia negativamente o alcance de objetivos comuns ao desenvolvimento das regiões turísticas analisadas. No mesmo sentido, Lima (2006) identificou, ao analisar Jericoacoara-CE, que os ges- tores dos empreendimentos analisados consideravam seus relacionamentos horizon- tais como concorrentes e competidores, e não como parceiros. É conhecida a capa- cidade das instituições em promover o relacionamento entre os atores do destino e, por sua vez, que o relacionamento tende a diminuir a competição entre as empresas. Nesse sentido, a falta de cooperação entre empresas de um segmento pode ser, pelo menos em parte, amenizado pelas instituições de suporte mediante sua capacidade de desempenhar o papel de intermediária e, assim, prover condições necessárias para que as empresas desenvolvam relacionamentos colaborativos e para que haja a integração produtiva da entre os atores do destino (VIEIRA, 2017).

Dito isso – que há literatura que aponta que as instituições podem atuar como gestora e como promotora de relacionamentos –, cumpre destacar, ainda, seu pa- pel de prestadora de serviços ao destino. Os serviços prestados pelas instituições de suporte é uma parte importante dos aglomerados (BRUSCO, 1993; PORTER, 1998; MOLINA-MORALES; MARTÍNEZ-FERNANDEZ, 2009). Lerner e Haber (2000) – que

analisaram pequenos empreendimentos turísticos localizados em Negev (região sul de Israel) – apontam que um aglomerado com mais serviços – sejam disponibilizados por empresas ou instituições – se torna mais atraente, o que contribui para maiores receitas da região na medida em que mais turistas optam por visitar as atrações turísti- cas. Ademais, na visão de Iorgulescu e Răvar (2015) a atuação das instituições possui

uma tendência de crescimento e, ainda, as instituições além de atuar diretamente nas atividades voltadas ao turismo, atuam em campos complementares a eles: esportes e recreação, cultura e meio ambiente. Alguns achados empíricos – quanto ao tema ser- viços disponibilizados pelas instituições – colaboram com o presente debate.

Primeiro, a presença de instituições de suporte em um destino não necessaria- mente resulta em um grande número de serviços prestados à atividade turística. Essa situação fora apontada teoricamente por Dwyer e Kim (2003) e confirmada empirica- mente em sete destinos do litoral de Santa Catarina, por Hoffmann e Campos (2013), e nas cidades de Alto Paraíso-GO e Pirenópolis-GO por Hoffmann, Oliveira e Brocchi (2016). A partir dos dois estudos, pôde-se observar instituições que não possuíam a atividade turística como foco e, por sua vez, não atuam nessa vertente. Ou seja, um destino pode possuir muitas instituições de suporte para a aglomeração, contudo, pou- cas terem foco na atividade turística.

Somado a isso, a variabilidade de instituições não necessariamente resulta em uma variabilidade de serviços disponíveis no destino. Por exemplo, Hoffmann e Campos (2013) perceberam que a região analisada apresentava variabilidade de ins- tituições sem, contudo, refletir em diversidade de serviços. Enquanto alguns serviços eram recorrentes – como assessoria – outros não foram identificados – como ações voltadas à preservação do meio ambiente.

Os diferentes atores de um destino tendem a ter percepções diferentes acerca dos serviços disponibilizados pelas instituições de suporte de modo que, por vezes, há empresas que até desconhecem a disponibilização de certos serviços (STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012). Nesse estudo, as empresas desconheciam serviços disponibilizados pelas instituições de seu destino, como pesquisa e desenvolvimento (P&D). A mesma situação foi identificada em outros dois estudos (HOFFMANN, 2002; HOFFMANN; CAMPOS, 2013), nos quais demonstraram casos em que, apesar de os serviços estar disponíveis localmente, nem todas as empresas se beneficiam deles. Ambos os trabalhos não explicaram o porquê de isso acontecer. Ademais, a utilização dos serviços disponibilizados não é necessariamente igual entre diferentes grupos ou setores em um destino (STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012).

Há literatura que defende que a aglomeração turística é um produto no qual as instituições agem de maneira a suprir os serviços de modo complementar (BECAT- TINI, 1990, 1991; BRUSCO, 1990, 1992; CUNHA; CUNHA, 2005; SCOTT; COOPER;

BAGGIO, 2008). Outrossim, sabe-se que a complementariedade de recursos e ca- pacidades é um dos fatores que influenciam o estabelecimento de relações entre as organizações (GNYAWALI; PARK, 2009). Essa situação foi identifica empiricamente no destino de Imbituba e Garopaba, no litoral sul de Santa Catarina, mediante o estudo de Hoffmann, Vianna, Miyazaki, Cruz e Negri (2007). Os autores levantaram os servi- ços disponibilizados no destino e identificaram que alguns serviços eram oferecidos

apenas por uma das instituições, que havia uma oferta muito variada de serviços e que nenhum dos serviços pesquisados estava ausente. Em contrapartida, a situação oposta também foi identificada em outros estudos de caso, de modo a demonstrar que os serviços prestados pelas instituições de suporte não seguiam a lógica de comple- mentariedade de recursos (HOFFMANN; CAMPOS, 2013; HOFFMANN; OLIVEIRA; BROCCHI, 2016).

Em ambos os estudos, os autores constataram que a heterogeneidade não sig- nificou mais complementaridade de serviços, logo, os serviços não foram fornecidos com uma preocupação de complementaridade e não redundância. Hoffmann, Oliveira e Brocchi (2016) identificaram, na cidade de Pirenópolis-GO, que aproximadamente 82% dos relacionamentos estava concretizados (quanto à dependência das institui- ções) e 74% dos relacionamentos estavam concretizados (quanto a influência). Esses valores demonstram que há uma alta densidade de relacionamentos entre as institui- ções e, mesmo assim, apresentaram serviços redundantes. Logo, a perspectiva de que as instituições “conversavam” entre si e cada uma se especializava em uma área não se concretizou. Contudo, o trabalho conduzido não permitiu afirmar quais são os fatores que levaram a alto índice de relação entre as instituições. Possíveis explicações são a busca de soluções conjuntas das instituições para as dificuldades do ambiente, a busca por competitividade em prol da região, presença de objetivos em comum (o desenvolvimento do turismo) ou a necessidade burocrática do relacionamento entre as instituições público e privadas (HOFFMANN; OLIVEIRA; BROCCHI, 2016). Logo, a força que faz com que as instituições se aproximem não estaria pautada na busca pela complementariedade de recursos, mas sim devido ao efeito proximidade territo- rial e busca por objetivos em comum, como identificado na literatura sobre os distritos industriais (BRUSCO, 1993; SCHMITZ; 1993; MOLINA-MORALES; BELSO-MARTÍ-

NEZ; MÁS-VERDÚ; MARTÍNEZ-CHÁFER, 2015). Isso posto, percebe-se que o que

vai determinar quais serviços serão disponibilizados pelas instituições não é o que está sendo ou não disponibilizado pelas outras instituições do destino, mas sim, essa escolha se dá mediante escolhas idiossincráticas de cada instituição (HOFFMANN; OLIVEIRA; BROCCHI, 2016).

# Referências

BECATTINI, Giacomo. Italian industrial districts: problems and perspectives. **Studies of Management and Organization**, v. 21, n. 1, p. 83-90, 1991. DOI: 10.1080/00208825.1991.11656551

BECATTINI, Giacomo. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENBERGER, Werner (org.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Geneva: Internacional Labour Organi- zation, 1990. p. 37-51.

BRUSCO, Sebastiano. Small firms and the provision of real services. In: PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner (org.). Industrial districts and local economic regeneration. Genebra: International Labour Organization, 1992. p. 279-294.

BRUSCO, Sebastiano. The idea of the industrial district: its genesis. In: PYKE, Frank; BECATINI, Giacomo; SENGENBERGER, Werner (org.). Industrial districts and inter-

-firm co-opoeration in Italy. Genebra: Internacional Labour Organization, 1990.

BRUSCO, Sidney. Pequeñas empresas y prestación de servicios reales. In: PYKE, Filip; SERGENBERGER, Wiber (org.). **Los DI y las PYMEs**: Di y regeneración econó- mica local. Madrid: MSSS, 1993.

CUNHA, Sieglinde Kindl; CUNHA, João Carlos. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. esp., p. 63-79, 2005. DOI: 10.1590/S1415-65552005000600006

DWYER, Larry; KIM, Chulwon. Destination competitiveness: determinan- ts and indicators. **Current Issues in Tourism**, v. 6, n. 5, p. 369-414, 2003. DOI: 10.1080/13683500308667962

GNYAWALI, Devi; HE, Jinyu; MADHAVAN, Ravindranath. Impact of co-opetition on firm competitive behavior: an empirical examination. **Journal of Management**, v. 32, n. 4, p. 507-530, 2006. DOI: 10.1177/0149206305284550

HOFFMANN, Valmir Emil. **Los factores competitivos de la empresa a partir de la perspectiva de los Distritos Industriales**: uno estudo de la industria de cerámica de revestimiento brasileña. 2002. 450 f. Tese (Doutorado em Administração de Empre- sas) – Universidad de Zaragoza - UZ, Zaragoza, 2002.

HOFFMANN, Valmir Emil; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Instituições de supor- te, serviços e desempenho: um estudo em aglomerações turísticas de Santa Cata- rina. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 18-41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000100003

HOFFMANN, Valmir Emil; OLIVEIRA, Bruna Paixão; BROCCHI, Jaqueline Thomazi- ne. Instituições de suporte ao turismo nos destinos de Alto Paraíso e Pirenópolis: uma análise sob a perspectiva das redes interorganizacionais. **Caderno Virtual de Turis- mo**, v. 16, n. 1, p. 74-94, 2016. DOI: 10.18472/cvt.16n1.2016.1015

HOFFMANN, Valmir Emil; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; MIYAZAKI, Emily Jun- durian; CRUZ, Thiago César; NEGRI, Danielle Vanessa. O papel das instituições de suporte ao turismo nos municípios de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ,

6., 2007, Itajaí. **Anais...** Itajaí: Univali, 2007.

IORGULESCU, Maria-Cristina; RĂVAR, Anamaria Sidonia. The contribution of social enterprises to the development of tourism. The case of Romania. **Procedia Economi- cs and Finance**, v. 32, n. 1, p. 672-679, 2015. DOI: [10.1016/S2212-5671(15)01448-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01448-3)

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

MOLINA-MORALES, Francisco Xavier; BELSO-MARTÍNEZ, José; MÁS-VERDÚ,

Francisco; MARTÍNEZ- CHÁFER, Luis. Formation and dissolution of inter-firm linka- ges in lengthy and stable networks in clusters. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 7, p. 1557-1562, 2015.

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Busi- ness Review**, v. 76, n.6, p. 77-90, 1998.

SCHMITZ, Hubert. Distritos industriales: modelo y realidad en Baden-Württenberg - Alemania. In: PYKE, Filip; SERGENBERGER, Wiber (org.). **Los DI y las PYMEs**: DI y regeneración económica local. Madrid: MSSS, 1993.

SCOTT, Noel; COOPER, Chris; BAGGIO, Rodolfo. Destination networks: four Austra- lian cases. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 1, p. 169-188, 2008. DOI: 10.1016/j. annals.2007.07.004

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

VIEIRA, Daniel Pires. Nem aglomerados, nem redes: a dinâmica relacional das em- presas de hospedagem de destinos turísticos brasileiros. 2017. 201 f. Tese (Doutora- do em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, 2017.

# Capítulo 6

**SERVIÇOS PRESTADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTES - RELAÇÃO COM A ESTRUTURA DE RELACIONAMENTOS E O IMPACTO NO DESEMPENHO DE AGLOMERADOS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

Ainda acerca dos serviços fornecidos pelas instituições de suporte, Bonet (2004) e Hoffmann, Oliveira e Brocchi (2016) chegaram à mesma conclusão: a quanti- dade de serviços oferecidos por uma instituição parece se relacionar com um grau de centralidade maior. Ou seja, quanto mais serviços uma instituição oferta, maior tende a ser seu grau de centralidade na rede. Agora, quanto à relação entre a densidade da rede e o número de serviços disponíveis no destino, pouco se sabe. O único trabalho, identificado por esse estudo, que buscou fazer essa análise foi a pesquisa de Hof- fmann, Oliveira e Brocchi (2016). Os autores analisaram a rede de relacionamentos existente nas cidades de Pirenópolis-GO e Alto Paraíso-GO e concluíram que a rede daquela cidade é mais integrada e, naturalmente, mais densa do que a cidade de Alto Paraíso-Go. Entretanto, essa maior integração entre os atores não resultou em mais serviços sendo oferecidos.

Aparentemente, o tipo de serviço que as instituições oferecerem com mais fre- quência são cursos de aperfeiçoamento e treinamento. É recorrente trabalhos que res- saltam a importância de que cursos voltados a habilidades gerenciais sejam disponibi- lizados ao destino, tendo em vista a sua importância para o sucesso das empresas e instituições e, consequentemente, para a destinação como um todo (HOOD; YOUNG, 1993; COOPER; GIMENO-GASCON; WOO, 1994; BIRD, 1995; LERNER; HABER,

2000; DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011). Lerner e Haber (2000) concluíram que a habilidade de gerenciamento é um dos principais fatores para a execução bem-

-sucedida de empreendimentos turísticos, sendo a sua ausência uma das principais barreiras para o sucesso de um empreendimento, principalmente nas pequenas em- presas. Nesse estudo os autores reforçam tão fortemente a necessidade de habilidade gerenciais para o sucesso dos empreendimentos no turismo que, na visão deles, o primeiro e principal objetivo das instituições de suporte deveria ser o de promover as competências gerenciais (LERNER; HABER, 2000). De maneira mais detida, Lerner e Haber (2000) identificaram uma correlação entre habilidades gerenciais e o sucesso

das empresas e, ainda, concluem que a aquisição de habilidades de negócios é um re- quisito para a lucratividade. Esses achados convergem aos resultados identificados em pesquisas desenvolvidas em empresas situadas em outras indústrias, principalmente em empresas de pequeno porte (HORNADAY; WHEATLEY, 1986; BIRD, 1989, 1995; HOOD; YOUNG, 1993) – como indicado no próprio estudo de Lerner e Haber (2000). Ao contrário das expectativas dos autores, nem o emprego anterior na indústria, nem a experiência anterior de empreendedorismo se correlacionaram com o desempenho das empresas. E, além disso, o ensino superior se apresentou negativamente cor- relacionado com a lucratividade dos empreendimentos no turismo. A partir desses achados, pode-se realizar algumas inferências. Primeiro, os achados sugerem que, na indústria do turismo, nem o conhecimento prévio nem o ensino superior são requisitos para o sucesso dos empreendimentos de pequeno porte – o que difere da indústria de alta tecnologia, por exemplo, que apresenta correlação positiva entre educação e lucratividades (BOWEN; HISRICH, 1986; ROBINSON; SEXTON, 1994).

Nesse sentido, ressalta-se importância das instituições que prestam serviços voltados à consultoria, treinamento e aperfeiçoamento, tendo em vista que podem pro- mover seus serviços àqueles que buscam abrir empreendimentos na atividade turísti- ca, mesmo que não possua experiência e/ou ensino superior. Noutro estudo também é possível identificar a atuação das instituições de suporte no tocante à disponibilização de cursos de aperfeiçoamento e treinamento (IORGULESCU; RĂVAR, 2015). Iorgu- lescu e Răvar (2015) identificaram que as instituições de suporte impactam o destino turístico da Romênia, ao passo que melhoram a qualidade do emprego fornecidos à comunidade e, ainda, contribuem para o desenvolvimento de recursos humanos locais ao fornecer programas de formação profissional, como recepcionista de hotel, agente de viagens, guia de viagens, gestor de pensões entre outros. No mesmo sentido, Du- densing, Hughes e Shields (2011) identificam como uma das principais necessidades para o desenvolvimento do turismo na região o desenvolvimento da capacidade dos atores do destino em habilidades de gerenciamento.

Isso posto, há literatura que demonstra a atuação das instituições no destino. Contudo, um tema pouco explorado é “se” e “como” as instituições influenciam o de- sempenho de um destino turístico. Há estudos que após realizar as análises propos- tas não conseguiram afirmar, de fato, que as instituições presentes em um destino geram vantagem competitiva aos aglomerados estudados e, ainda, nem às empresas do destino (HOFFMANN, 2002; HOFFMANN; CAMPOS, 2013). Essa questão parece ser difícil de ser respondida pelo fato de um destino ser resultado de um número mui- to grande de variáveis e envolver um número grande de atores. A título de exemplo, Mendonça (2006) afirma que a atividade turística envolve 52 subsetores da econo- mia. Talvez essa complexidade seja a explicação para o fato de os estudos focarem em temas específicos no momento de estudar a atividade turística. Contudo, alguns

estudos demonstraram achados que sinalizam a importância das instituições para o desempenho do destino. Iorgulescu e Răvar (2015) analisaram a contribuição das ins- tituições de suporte para o desenvolvimento de diferentes regiões turísticas da Romê- nia. Os autores identificaram que as regiões com maior número de instituições também apresentam maior número de turistas e, ainda, se caracterizavam por uma evolução positiva do número de chegadas de turistas no período 2009-2013. Iorgulescu e Răvar (2015) constataram uma forte correlação entre o número de instituições de suporte que atuam diretamente no turismo e em “campos complementares” (cultura, meio ambiente e atrativos) e o número de turistas em diferentes regiões da Romênia. Logo, de manei- ra análoga (já que o estudo gerou uma correlação), as regiões com menos instituições de suporte em turismo também registraram um menor número de visitantes e menor número de chegadas em unidades de alojamento no mesmo período analisado. Por sua vez, esse valor de correlação é ainda mais alto quando se considera o número de instituições e número de turistas estrangeiros na Romênia, o que sugere um impacto ainda mais forte (IORGULESCU; RĂVAR, 2015). Apesar de Iorgulescu e Răvar (2015) reconhecerem a importância da correlação apontada, eles ressaltam a necessidade de analisar a situação de maneira mais cuidadosa, com vistas a estimar a magnitude desse impacto – principalmente pelo fato de correlação não indicar causalidade. Após análises, Iorgulescu e Răvar (2015) defendem que as instituições de suporte podem representar uma fonte de vantagem competitiva sustentável no turismo, ao passo que aumentam competitividade das regiões em que atuam e, assim desenvolver o aglome- rado – mediante sua atuação (gestão, intermediação e serviços).

Ainda segundo Iorgulescu e Răvar (2015), as políticas públicas que facilitam o desenvolvimento de instituições de suporte são capazes de estimular o desenvolvi- mento do turismo e, em última instância, aumentar o número de chegadas de turistas, tanto nacionais quanto estrangeiros. Obviamente, embora as atividades desempenha- das pelas instituições de suporte não seja o único fator que influencia a evolução das chegadas de turistas os achados na Romênia é um caso interessante que fornece indí- cios para se debater a importância das instituições de suporte. Ademais, a importância das instituições de suporte em um destino para desenvolver uma vantagem competiti- va do aglomerado turístico como um todo também foi defendida por Stacke, Hoffmann e Costa (2012). No mesmo sentido, na visão de Vieira (2017), o relacionamento com instituições de suporte traz benefícios indiretos às empresas, de modo que os serviços de suporte podem trazem vantagens. Nos casos analisados por Vieira (2017), o autor identificou a capacidade de as organizações de suporte promoverem o contato entre as firmas como uma forma de vantagem para a região.

# Referências

BIRD, Barbara. **Entrepreneurial behavior**. 1. ed. London: Scott Foresman, 1989 BIRD, Barbara. **Toward a theory of entrepreneurial competency**: advances in en-

trepreneurship, firm emergence, and growth. 2. ed. Greenwich, CT: JAI Press, 1995.

BONET, Luís. La estrategia de turisme de Barcelona, un consorcio público-privado de éxito. In: SENTIAS, Josep (org.). **Casos de Turismo cultural**: de la planificación estratégica a la gestión del produto. Barcelona: Ariel, 2004. p. 235-260.

BOWEN, Donald; HISRICH, Robert. The female entrepreneur: a career development perspective. **Academy of Management Review**, v. 11, n. 2, p. 393-407, 1986. DOI: 10.5465/amr.1986.4283366

COOPER, Arnold; GIMENO-GASCON, Javier. Entrepreneurs, processes of founding and new firm performance. In: SEXTON, Donald; KASARDA, John (org.). **The State of the Art of Entrepreneurship**. Boston: PWS-Kent, 1992. p. 301-340.

DUDENSING, Rebekka; HUGHES, David; SHIELDS, Martin. Perceptions of tourism promotion and business challenges: a survey-based comparison of tourism busines- ses and promotion organizations. **Tourism Management**, v. 32, n. 6, p. 1453-1462, 2011. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.10.008

HOFFMANN, Valmir Emil; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Instituições de supor- te, serviços e desempenho: um estudo em aglomerações turísticas de Santa Cata- rina. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 18-41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000100003

HOFFMANN, Valmir Emil; OLIVEIRA, Bruna Paixão; BROCCHI, Jaqueline Thomazi- ne. Instituições de suporte ao turismo nos destinos de Alto Paraíso e Pirenópolis: uma análise sob a perspectiva das redes interorganizacionais. **Caderno Virtual de Turis- mo**, v. 16, n. 1, p. 74-94, 2016. DOI: 10.18472/cvt.16n1.2016.1015

HOOD, Jacqueline; YOUNG, John. Entrepreneurship’s requisite areas of development: a survey of top executives in successful entrepreneurial firms. **Journal of Business Venturing**, v. 8, n. 2, p. 115-135, 1993. DOI: 10.1016/0883-9026(93)90015-W

HORNADAY, Robert; WHEATLEY, Walter. Managerial characteristics and financial performance of small business. **Journal of Small Business Management**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 1986.

IORGULESCU, Maria-Cristina; RĂVAR, Anamaria Sidonia. The contribution of social enterprises to the development of tourism. The case of Romania. **Procedia Economi- cs and Finance**, v. 32, n. 1, p. 672-679, 2015. DOI: [10.1016/S2212-5671(15)01448-3](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01448-3)

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. **Gestão integrada do turismo no espaço rural**. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Fe- deral de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2006.

ROBINSON, Peter; SEXTON, Edwin. The effect of education and experience on self

employment success. **Journal of Business Venturing**, v. 9, n. 1, p. 141-156, 1994.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

VIEIRA, Daniel Pires. Nem aglomerados, nem redes: a dinâmica relacional das em- presas de hospedagem de destinos turísticos brasileiros. 2017. 201 f. Tese (Doutora- do em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, 2017.

# Capítulo 7

**PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SUPORTE NO DESENVOLVIMENTO DE AGLOMERADOS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

Como apontado, as instituições podem desempenhar papéis que ajudam o desenvolvimento da atividade turística. Logo, pode-se considerar as instituições, devido sua atuação no destino, como uma fonte de recursos (THOMAZINE, 2012; HOFFMANN; CAMPOS, 2013). Ademais, os atores do destino tendem a considerar a atuação das instituições como sendo importantes para o desenvolvimento do aglo- merado turístico, como identificado nas pesquisas de Nunkoo, Ramkissoon e Gursoy (2012) e Stacke, Hoffmann e Costa (2012).

Contudo, há de se ressaltar que a presença de instituições em um destino não garante, por si só, o desenvolvimento do aglomerado. Por exemplo, Lima (2006) iden- tificou que, apesar de existirem instituições no destino turístico de Jericoacoara-CE, a atuação das instituições se mostrou incipiente. Além disso, Silva e Teixeira (2014) analisaram o Estado de Sergipe. Os autores apontam que há vasta rede de institui- ções empenhadas na criação e desenvolvimento de práticas relacionadas à criação de melhores condições para a atividade turística. Contudo, após análises os autores con- cluem que as ações das instituições ocorrem de maneira individual, de modo que se percebe a carência de ações que ocorram de maneira integrada entre as instituições (SILVA; TEIXEIRA, 2014), o que poderia diminuir a redundância de serviços prestados. No mesmo sentido, Thomazine (2012) conclui que há elementos que indicam a exis- tência de relacionamento entre as organizações do destino e, ainda, há a presença de serviços disponibilizados pelas instituições na cidade e Pirenópolis-GO. Contudo, a de- ficiência na atuação das instituições influencia negativamente a utilização dos serviços das instituições pelas empresas bem como essa deficiência por parte das instituições parece influenciar negativamente o relacionamento entre as empresas, uma vez que as instituições não estavam conseguindo fazer o papel de intermediários e promotoras da troca de conhecimento entre as empresas. Logo, Thomazine (2012) conclui que as instituições não estavam conseguindo promover a transferência de conhecimento ao setor privado, não estavam conseguindo organizar o contexto social o que, na visão do

autor, se relaciona com a falta de visão coletiva na busca da vantagem competitiva do destino turístico apontada durante o estudo. Nesse sentido, Thomazine (2012) aponta que em Pirenópolis-GO havia pequena articulação entre os atores do destino, modesta participação das instituições – tanto no papel de fornecer serviços como coordenar ações – e incipiência de um pensar coletivo e agregador.

É compreensível que estudos tenham identificado destinos que não estavam conseguindo desenvolver o turismo, apesar de possuírem a atuação de instituições de suporte. Isso se dá pelo fato de que cada destino tem a sua combinação única de instituições e, além disso, outros fatores influenciam no destino. Apesar de mais estudos que identifiquem as instituições presentes nos destinos serem necessários – com vistas a identificar padrões ou, até mesmo, modelos –, algumas considerações a esse respeito podem ser feitas ao analisar estudos que fizeram esse tipo de levantamento (HOFFMANN; VIANNA; MIYAZAKI; CRUZ; NEGRI, 2007; HOFFMANN; CAMPOS,

2013; SANTOS, 2017). Hoffmann e Campos (2013) identificaram que algumas institui- ções estão frequentemente presentes em diferentes destinos estudados: como as ins- tituições do tipo associação de empresários, ligados ao comércio e/ou manufatura de produtos. Segundo os autores, parece ser natural que os empresários, se organizem e constituam Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Associação Comercial e Industrial (ACI). Além desse tipo de organizações, há a presença das secretarias de turismo (HOFFMANN; CAMPOS, 2013) – situação esperada, tendo em vista que é mediante ela que o poder público se faz presente nos municípios. Ademais, pode acontecer de algumas instituições autuarem em um destino no qual não estão presentes fisicamen- te. Essa situação foi identificada por Hoffmann e Campos (2013) ao identificarem a atuação de instituições que não tinham sede em todas as cidades, mas faziam um tra- balho para a região que incluíam todas as cidades, como a Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Outrossim, há destinos que possuem mais instituições de suporte do que outros, mesmo que próximos geograficamente, como é demonstrado em estudos que analisaram mais de um destino conjuntamente: Alto Paraíso-GO e Pirenópolis-GO (HOFFMANN; OLIVEIRA; BROCCHI, 2016), Figueres (ANDRÉ, 2004) e Barcelona (BONET, 2004).

Ainda sobre a presença das instituições no destino, cumpre destacar que os es- tudos devem considerar o momento em que estão conduzindo a pesquisa, pois a ativi- dade das instituições pode variar conforme o período do ano. Esse fato foi identificado por Hoffmann, Vianna, Miyazaki, Cruz e Negri (2007) ao analisarem os municípios de Imbituba e Garopaba, no litoral sul de Santa Catarina. Os autores identificaram que apenas sete instituições prestavam serviços às instituições de suporte, contudo, iden- tificaram que havia outras instituições que mantinham suas atividades em períodos específicos do ano, de modo a concentrar a atuação na alta temporada. Essa situação (momento de coletar os dados) deve ser levado em consideração pelos estudos, para que instituições não deixem de ser analisadas.

Ademais, espera-se que o tipo de instituição e serviços prestados no destino variem conforme o perfil do turismo – o que reforça o pensamento de que não há um padrão de instituições a serem identificadas no turismo. Ou seja, as instituições presentes nos destinos serão heterogêneas (quando comparados dois destinos) pelo fato de cada aglomerado necessitar determinados tipos de serviços, como falado teo- ricamente por Scott, Cooper e Baggio (2008) e demonstrado empiricamente por Hof- fmann, Oliveira e Brocchi (2016). Ainda, a heterogeneidade pode existir nos serviços prestados por uma mesma instituição, a depender do destino. Por exemplo, o SEBRAE oferecerá cursos relacionados à necessidade da localidade. Ou seja, a instituição está presente em diversos destinos, mas seus serviços variam conforme as características locais. Logo, pode-se considerar as instituições, devido sua atuação no destino, como uma fonte de recursos não uniformes nas cidades, de modo que não se identifica um padrão de instituições e serviços disponibilizados pelas instituições.

Isso posto, é possível perceber que não há um padrão que determine quais são as instituições mais importantes e influentes nos municípios nos temas referentes ao turismo. Por exemplo, Santos (2017) conduziu uma pesquisa que envolveu três muni- cípios de Minas Gerais. O autor identificou como as instituições mais influentes: a) na cidade de Tiradentes (Associação Empresarial de Tiradentes e o Conselho Municipal de Turismo); b) na cidade de São João Del Rei (Secretaria Municipal de Cultura, Tu- rismo, Esporte e Lazer, Associação Comercial e Industrial e o Conselho Municipal de Turismo); e c) na cidade de Prados (Secretaria de Turismo e Cultura e o Conselho Mu- nicipal de Turismo). Quanto ao nível regional Santos (2017) explica que as instituições SEBRAE, Secretaria Estadual de Turismo, IPHAN e Associações tiveram um papel importante no Desenvolvimento Regional, mas identificou o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes como a principal instância de governança e articulação do turismo na região. Ainda acerca do perfil do turismo do aglomerado, Siemens (2007) ressalta as peculiaridades de um turismo do tipo rural. Siemens (2007), ao analisar os destinos Ilha de Vancouver, Colúmbia Britânica e ilhas menores próximas desses dois destinos (todos na costa oeste do Canadá) constataram que a falta de apoio por parte do gover- no, como estradas de qualidade, eletricidade em toda a parte do aglomerado turístico, etc, pode ser um “charme” que atrai os turistas para determinadas localidades. Obser- va-se que a relação entre falta de “serviços urbanos” *versus* atratividades do destino, deve ser ponderada cuidadosamente, para que as expectativas dos turistas não sejam prejudicadas (SIEMENS, 2007). Nesse caso, se vê que atuação das instituições será requerida conforme, mais uma vez, a partir das idiossincrasias do destino.

# Referências

ANDRÉ, Marién. Políticas locales de dinamización turística y grandes atractivos cultu- rales: el caso de figures. In: SENTIAS, Josep Font (org.). **Casos de turismo cultural**: de la planificación estratégica a la gestión del producto. Barcelona: Ariel, 2004.

BONET, Luís. La estrategia de turisme de Barcelona, un consorcio público-privado de éxito. In: SENTIAS, Josep (org.). **Casos de Turismo cultural**: de la planificación estratégica a la gestión del produto. Barcelona: Ariel, 2004. p. 235-260.

HOFFMANN, Valmir Emil; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Instituições de supor- te, serviços e desempenho: um estudo em aglomerações turísticas de Santa Cata- rina. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 18-41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000100003

HOFFMANN, Valmir Emil; OLIVEIRA, Bruna Paixão; BROCCHI, Jaqueline Thomazi- ne. Instituições de suporte ao turismo nos destinos de Alto Paraíso e Pirenópolis: uma análise sob a perspectiva das redes interorganizacionais. **Caderno Virtual de Turis- mo**, v. 16, n. 1, p. 74-94, 2016. DOI: 10.18472/cvt.16n1.2016.1015

HOFFMANN, Valmir Emil; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; MIYAZAKI, Emily Jun- durian; CRUZ, Thiago César; NEGRI, Danielle Vanessa. O papel das instituições de suporte ao turismo nos municípios de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ,

6., 2007, Itajaí. **Anais...** Itajaí: Univali, 2007.

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee; GURSOY, Dogan. Public trust in tou- rism institutions. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 3, p. 1538-1564, 2012. DOI: 10.1016/j.annals.2012.04.004

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

SCOTT, Noel; COOPER, Chris; BAGGIO, Rodolfo. Destination networks: four Austra- lian cases. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 1, p. 169-188, 2008. DOI: 10.1016/j. annals.2007.07.004

SIEMENS, Lynne. Challenges faced by rural/remote tourism businesses on Van- couver Island: an exploratory study. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, v. 1, n. 4, p. 308-320, 2007. DOI: 10.1108/17506200710833818

SILVA, Jalberto Dória; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Desenvolvimento do turismo em Sergipe: apoio à criação de negócios e parcerias entre o setor público e privado. **Ca- derno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 2, p. 133-149, 2014.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

THOMAZINE, Jaqueline Silva. **Transferência de conhecimento e competitividade em destinos turísticos**: uma análise comparativa. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

# Capítulo 8

**DIFICULDADES DE GESTÃO RELATIVAS AOS DESTINOS TURÍSTICOS**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

Parte do referencial empírico analisado para produção do presente livro se dedi- cou, entre outras ações, a identificar os problemas presentes nos destinos (LERNER; HABER, 2000; LIMA, 2006; FERREIRA; MEIRELES; MACEDO; BARONE; SANT’AN- NA; ZOTES, 2011; SILVA; TEIXEIRA, 2014; COELHO; GOSLING; BERBEL, 2016;

SANTOS, 2017). Grande parte das dificuldades identificadas pelos autores podem ser resolvidas, ao menos em parte, com a atuação das instituições de suporte, como segue. Lerner e Haber (2000), ao analisarem empreendimentos turísticos israelenses na cidade de Negev (região sul de Israel), identificaram como uma das principais dificuldades enfrentadas pelo destino a falta de linhas de financiamento para os em- preendimentos turísticos. De fato, linhas de financiamento podem ser úteis para o desenvolvimento da atividade turística, como identificado, a título de exemplo, em dois casos: Barcelona-ESP (BONET, 2004) e na Região de Queenstown na Nova Zelândia (MITCHELL; SCHREIBER, 2007).

Lima (2006) analisou o destino de Jericoacoara-CE. O autor constatou, à épo- ca, que o destino ainda apresentava características incipientes de um APL, ao passo que vários aspectos precisavam ser melhorados, como: mais participação do poder público, desenvolvimento de uma governança local, melhorias de aprendizagem inter- na, mais cooperação entre os atores e, ainda, melhoria da qualidade da mão-de-obra local. Ainda, Ferreira, Meireles, Macedo, Barone, Sant’anna e Zotes (2011) analisaram o município de Paraty-RJ e constataram como fatores que dificultam o desenvolvi- mento do destino e o fortalecimento dos laços relacionais na região: a qualidade dos serviços oferecidos aos turistas, necessidade de a comunidade se organizar em asso- ciações e outras organizações com vistas a inovar e aproveitar ao máximo os recursos existentes, necessidade de reduzir a sazonalidade da região e, ainda, a necessidade do desenvolvimento de lideranças voltadas ao turismo.

Silva e Teixeira (2014) analisaram o Estado de Sergipe e identificaram como os principais fatores que dificultavam o empreendedorismo no setor de turismo: a falta de apoio financeiro, educação e capacitação. Os autores destacam, ainda, o desconheci-

mento e dificuldade por parte dos empreendedores acerca das condições necessárias para fazer uso dos mecanismos de apoio por programas de governo. Coelho, Gosling e Berbel (2016) analisaram o município de Ouro Preto-MG. Os autores identificaram como principais problemas do destino questões relacionadas à gestão de recursos dis- poníveis, a capacitação de profissionais e a formatação de produtos com vistas a atrair e aumentar o tempo de permanência dos turistas. Coelho, Gosling e Berbel (2016) ressaltam que um planejamento turístico, envolvendo as diferentes organizações do destino, poderia ser elaborado com vistas a abordar os problemas e possíveis diretri- zes com vistas a solucionar os problemas.

Santos (2017) analisou três destinos da Mesorregião do Campo das Vertentes, Minas Gerais, sendo eles Prados, São João Del Rei e Tiradentes. O autor conclui que disputas políticas existentes na região comprometem a integração e desenvolvimento dos municípios – isso quando os municípios eram governados por partidos opositores. Instituições que atuam na governança da região atuam para, entre outras questões vol- tadas ao turismo, mediar conflitos e defender a necessidade de que o desenvolvimento regional está acima de disputas político-partidárias (SANTOS, 2017). Além de proble- mas políticos, Santos (2017) identificou como problemas para o turismo da região as diferenças municipais existentes, o grau de organização de cada município e a forma como cada destino estruturou sua atividade turística. Como apontado anteriormente, as implicações e dificuldades identificadas nos destinos decorre não das atrações ofe- recidas aos turistas, mas sim, decorre de dificuldades que podem ser amenizadas pela atuação das instituições de suporte – seja mediante a atividade de gerenciamento, atividade de promoção de relacionamentos ou serviços.

Ainda acerca das dificuldades enfrentadas nos destinos, cumpre destacar que diferentes atores do destino podem ter opiniões divergentes quanto a elas (DUDEN- SING; HUGHES; SHIELDS, 2011; STACKE; HOFFMANN; COSTA, 2012; THOMAZI-

NE, 2012). Essa situação foi identificada no trabalho de Dudensing, Hughes e Shields (2011), no qual os pesquisadores buscaram analisar a percepção de diferentes ato- res acerca das principais dificuldades/desafios enfrentados pela aglomeração. Nesse estudo, empresas e organizações deveriam indicar os vários desafios do destino e, apesar de diferentes atores concordarem alguns pontos, identificou-se, predominante- mente, divergências entre as opiniões dos respondentes. Consequentemente, não se identificou um “alinhamento” acerca das ações que deveriam ser tomadas para que o destino pudesse se desenvolver como um todo (DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011). Apesar de o estudo não ser conclusivo acerca das justificativas para a diferença de visão dos atores, os resultados podem ser explicados pelas características dos em- presários e gerentes das empresas, pelas características dos gestores das instituições, pelo tipo de negócio que cada ator se dedica e seus interesses individuais ou, ainda, simplesmente pelo fato de alguns atores estarem mais bem informadas sobre as ne-

cessidades dos destinos do que outros (DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011). De maneira geral as empresas se mostraram mais pessimistas quanto ao desenvolvimen- to do turismo (no sentido de apontarem mais dificuldades) e, ainda, significativa parte das empresas apontaram que as instituições voltadas ao desenvolvimento regional não têm uma compreensão adequada de sua indústria do turismo. Independentemente da justificativa, o que se percebe nesse trabalho é a falta de alinhamento da visão da necessidade do que deve ser realizado para desenvolver o destino, o que pode impli- car em dificuldades de alinhar esforços e promover ações coordenadas.

Poucos estudos têm analisado as divergências de opiniões entre os diferentes membros do destino (DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011). Na visão de Duden- sing, Hughes e Shields (2011) esse tipo de estudo é útil pois as empresas e institui- ções estão relacionadas e, em grande parte, as ações de uma influencia na outra. Por exemplo, caso uma instituição ofereça um curso de treinamento para a mão-de-obra, ela colocará matérias que elas julgam importantes, contudo, essas matérias podem divergir da opinião das empresas (DUDENSING; HUGHES; SHIELDS, 2011). Isso de- monstra, mais uma vez, a importância de as empresas e instituições se comunicarem entre si.

No mesmo sentido, Stacke, Hoffmann e Costa (2012) identificaram divergências entre os atores de um mesmo destino sobre as características do aglomerado. Essa pesquisa identificou que, quando perguntado sobre o turismo, o governo tem uma perspectiva mais positiva do que quando comparado com organizações não públicas. Stacke, Hoffmann e Costa (2012) questionam se isso acontece devido ao fato de o poder público ter a tendência de avaliar melhor as tarefas que são de sua atribuição. Ainda, sobre esse tema, Thomazine (2012) refere-se ao fato de haver diferença entre a vontade e o otimismo de buscar relacionamentos interorganizações com diferentes atores de um aglomerado. Quanto a esse tema, as empresas são menos otimistas que as demais instituições (públicas e privadas) do aglomerado turístico. No cenário ana- lisado, enquanto as instituições possuíam mais relacionamentos interorganizacionais e mais interesse em estabelecer novos contatos, as empresas apresentaram menos relacionamentos interorganizacionais e menos interesse em formar parcerias; essa situação, inclusive, influenciou outros constructos como comunicação, cooperação e confiança.

# Referências

BONET, Luís. La estrategia de turisme de Barcelona, un consorcio público-privado de éxito. In: SENTIAS, Josep (org.). **Casos de Turismo cultural**: de la planificación estratégica a la gestión del produto. Barcelona: Ariel, 2004. p. 235-260.

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

DUDENSING, Rebekka; HUGHES, David; SHIELDS, Martin. Perceptions of tourism promotion and business challenges: a survey-based comparison of tourism busines- ses and promotion organizations. **Tourism Management**, v. 32, n. 6, p. 1453-1462, 2011. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.10.008

FERREIRA, Maria Tatiana da Silva; MEIRELES, Sheila Santos; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; BARONE, Francisco Marcelo; SANT´ANNA, Paulo Roberto; ZOTES, Luiz Pérez. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um es- tudo de caso do município de Paraty (RJ). **Revista de Administracao** Pública, v. 45, n. 2, p. 517-39, 2011. DOI: 10.1590/S0034-76122011000200010

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

LIMA, Helena Mara Oliveira. **Estratégias competitivas em arranjos produtivos lo- cais de turismo**: estudo de caso em Jericoacoara - Ceará. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2006.

MITCHELL, Richard; SCHREIBER, Christine. Wine tourism networks and clusters: operation and barriers in New Zealand. In: MICHAEL, Ewen (org.). **Micro-clusters and networks**: the growth of tourism. Amsterdam: Elsevier, 2007.

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

SILVA, Jalberto Dória; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Desenvolvimento do turismo em Sergipe: apoio à criação de negócios e parcerias entre o setor público e privado. **Ca- derno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 2, p. 133-149, 2014.

STACKE, Ariani Raquel Neckel Prux; HOFFMANN, Valmir Emil; COSTA, Helena Araú- jo. Knowledge transfer among clustered firms: a study of Brazil. **Anatolia**, v. 13, n. 1, p. 90-106, 2012. DOI: 10.1080/13032917.2011.653634

THOMAZINE, Jaqueline Silva. **Transferência de conhecimento e competitividade em destinos turísticos**: uma análise comparativa. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

# Capítulo 9

**ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE DESTINAÇÕES**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

Agora, falando especificamente da atuação do poder público, algumas consi- derações podem ser apontadas. Nunkoo, Ramkissoon e Gursoy (2012) analisaram as Ilhas Maurício e, na visão dos autores, as instituições públicas conseguem desenvol- ver o papel de coordenador do destino mais facilmente do que as instituições priva- das. Isso pelo fato de a confiança estar mais próxima a elas quando comparado com as empresas e com outras instituições privadas daquele destino, corroborando com estudos em outros destinos (MISH-LER; ROSE, 2005; WONG; MISTILIS; DWYER, 2011). Logo, Nunkoo, Ramkissoon e Gursoy (2012) defendem que as instituições pú- blicas tem uma tendência maior de obter a confiança dos demais membros do desti- no e, por sua vez, de desempenharem papel de destaque – como o de responsável pela gestão do destino (DMO). Outros trabalhos também ressaltam a importância da atuação do poder público para o desenvolvimento da atividade turística (TEBCHIRA- NI, 2001; HOFFMANN; CAMPOS, 2013; COELHO; GOSLING; BERBEL, 2016). Te-

bchirani (2001), ao analisar a cidade de Curitiba-PR, ressalta a importância do poder público em promover infraestrutura adequada para o desenvolvimento de eventos, de modo que, na visão do autor, à época necessitava de mais centro de convenções. Hoffmann e Campos (2013) também viram como relevante o papel das instituições públicas, até mesmo para a continuidade da atividade turística. Na mesma direção Coelho, Gosling e Berbel (2016) reconheceram a necessidade da atuação do governo com vistas a conscientizar os moradores acerca da relevância da atividade turística e da importância da atuação conjunta da comunidade local com os demais atores.

Há literatura que, de fato, reconhecem a importância do poder público, contudo, demonstram que quanto mais organizado é o *trade* turístico, menos dependente se torna do poder público (HAVEN-TANG; JONES, 2012; LEE; CHOI, 2017). Lee e Choi (2017) avaliaram diferentes áreas nas quais ocorriam ecoturismo na ilha sul-coreana de Jeung-do (Coréia do Sul) com vistas a examinar os efeitos da redução do apoio governamental que ocorrera em algumas áreas. Os pesquisadores constataram que a redução do apoio governamental não impactou significativamente aquelas regiões

nas quais os atores conseguiram se organizar, de modo que a educação dos morado- res, a atuação das empresas e de organização não governamentais (instituições de suporte) não cessaram suas atuações após a região parar de receber apoio governa- mental. Lee e Choi (2017) concluem ainda que, principalmente em países em desen- volvimento, os governos podem incentivar o desenvolvimento de regiões turísticas e que, caso os atores consigam se organizar, não sofrerão caso o governo diminua sua atuação. Logo, um destino turístico pode iniciar sua atividade sendo dependente da atuação governamental e, depois, conseguir se transformar autossustentáveis, me- diante a atuação de instituições de suporte que organize as atividades necessárias para o funcionamento do destino (LEE; CHOI, 2017). Conclusão semelhante a essa foi identificada empiricamente por Haven-Tang e Jones (2012). Nesse estudo, os autores concluíram que o desenvolvimento bem-sucedido do turismo depende da organização dos atores locais, de modo que lideranças de diferentes grupos (instituições de su- porte) atuem de forma conjunta, sem necessariamente a intervenção governamental. Noutro estudo, Ramukumba, Mmbengwa, Mwamayi e Groenewald (2012) anali- saram um programa de desenvolvimento econômico local, que iniciou parcerias e ser- viços de apoio para empreendedores emergentes do turismo no município de George, localizado na Província do Cabo Ocidental da África do Sul. Nesse destino, ocorrera um programa da prefeitura no qual foram imprimidos esforços mediante serviços de apoio para os empreendedores voltado ao turismo. O objetivo da prefeitura era usar as instituições para promover a capacitação dos membros do turismo com vistas a desenvolver a região, criando de emprego e gerando renda (RAMUKUMBA; MMBEN- GWA; MWAMAYI; GROENEWALD, 2012). Como conclusões, os autores afirmam que a ajuda exclusivamente do governo se mostrou insuficiente para o desenvolvimento do turismo da região, contudo, devido ao baixo nível de desenvolvimento local que a

região se encontrava, foi possível perceber melhorias.

As conclusões do estudo se dividem em duas linhas, a primeira aponta os motivos pelos quais eles consideram que o apoio das instituições públicas falhou; a segunda linha foca na identificação do que ainda precisa e pode ser realizado median- te a atuação de instituições públicas e privadas. Primeiro, Ramukumba, Mmbengwa, Mwamayi e Groenewald (2012) apontam que um dos fatores que levou a pouca efe- tivação e utilização dos serviços das instituições públicas foi a pouca confiança dos empreendedores daquela região possuíam no poder público. Segundo, para melhorar a relação entre as empresas e o poder público os autores defendem a necessidade de melhorias dos canais de comunicação – mediante reuniões periódicas entre os empreendedores e os representantes do poder público – e a formação de um conse- lho eleito que represente os empreendedores. Ademais, os autores identificaram uma frágil atuação do poder público na exposição (marketing e promoção) dos produtos na região e da região como um todo, tanto de modo nacional quanto internacional e,

ainda, a necessidade de iniciativas e programas de treinamento patrocinados pelo município – em especial em gestão básica de negócios e em gestão financeira (RA- MUKUMBA; MMBENGWA; MWAMAYI; GROENEWALD, 2012). Noutro estudo empí-

rico, Sharpley (2002), dessa vez tendo como lócus o país Chipre, também fora identi- ficado a deficiência do poder público em fazer a promoção da região. Nesse destino, os empreendedores do turismo se viram obrigados a cada um criar seus próprios sites o que, na visão dos autores, apresentavam informações e valores incorretos e diver- gentes. Tendo em vista a importância de se vender a região como um todo, como um único produto, os autores ressaltam a deficiência do poder público nessa atividade.

Contudo, o apoio governamental não pode ser ignorado, principalmente o apoio ao chamado turismo rural ou ecoturismo (SHARPLEY, 2002). Nessa pesquisa, o autor aponta que, de maneira geral, a renda advinda do turismo rural tem sido menor do que geralmente é almejada no início dos projetos. Ainda, é mais comum a existência de turismo rural de forma complementar do como principal produto (SHARPLEY, 2002). Ou seja, um destino possui uma potencialidade e de maneira periférica busca promo- ver algumas atrações como ecoturismo, hotéis fazenda, entre outras. Essa situação relaciona-se ainda com as evidências identificadas no Chipre que, geralmente, o turis- mo rural não gera altos níveis de renda para os empreendedores e para os cidadãos (SHARPLEY, 2002). Logo, mais uma vez ressalta-se a importância da atuação gover- namental no fornecimento de subsídios financeiros contínuos com vistas a sustentar os empreendimentos de turismo rural, como no caso de Chipre (SHARPLEY, 2002).

Em adendo, outra forma que o governo pode auxiliar os empreendimentos do turismo é mediante programas do tipo incubadora. Nesse tema, a presente pesquisa encontrou apenas uma pesquisa que tenha acompanhada um desses programas: Ler- ner e Haber (2000). Nesse estudo, o programa de incubadora não se mostrou como exitoso. Ao comparar, em Israel, empreendimentos turísticos que não haviam solici- tado apoio consultivo de uma incubadora do governo *versus* empreendimentos que haviam solicitado esse apoio, Lerner e Haber (2000) concluíram que os empreendi- mentos não assistidos apresentavam melhores desempenho. Ainda segundo os auto- res, essa conclusão poderia sofrer descrença ao se pensar que os empreendimentos que solicitam a assistência da incubadora são frequentemente mais jovens e menores que os empreendimentos não assistidos. Entretanto, no mesmo estudo, os autores concluem que independentemente do tamanho e da idade dos empreendimentos, aqueles que obtiveram a assistência consultiva governamental tiveram desempenho inferior (LERNER; HABER, 2000).

# Referências

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

HAVEN-TANG, Claire; JONES, Eleri. Local leadership for rural tourism development: a case study of Adventa, Monmouthshire, UK. **Tourism Management Perspectives**, v. 4, n. 1, p. 28-35, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2012.04.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.04.006)

HOFFMANN, Valmir Emil; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Instituições de supor- te, serviços e desempenho: um estudo em aglomerações turísticas de Santa Cata- rina. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 18-41, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000100003

LEE, Jae-hyuck; CHOI, Hae Ok. Stakeholders’ views on reducing financial support in government-led ecotourism áreas. **Ocean & Coastal Management**, v. 144, n. 1, p. 7-15, 2017. DOI: [10.1016/j.ocecoaman.2017.03.033](https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.03.033)

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

MISHLER, William; ROSE, Richard. What are the political consequences of trust? A test of cultural and institutional theories in Russia. **Comparative Political Studies**, v. 38, n. 9, p. 1050-1078, 2005. DOI: 10.1177/0010414005278419

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee; GURSOY, Dogan. Public trust in tou- rism institutions. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 3, p. 1538-1564, 2012. DOI: 10.1016/j.annals.2012.04.004

RAMUKUMBA, Takalani; MMBENGWA, Victor Mbulah; MWAMAYI, KA; GROE-

NEWALD, Jan. Analysis of local economic development (LED) initiated partnership and support services for emerging tourism entrepreneurs in George municipality, Wes- tern Cape Province, RSA. **Tourism Management Perspectives**, v. 2-3, n. 1, p. 7-12, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2011.12.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2011.12.006)

SHARPLEY, Richard. Rural tourism and the challenge of tourism diversification: the case of Cyprus. **Tourism Management**, v. 23, n. 3, p. 233-244, 2002. DOI: 10.1016/ S0261-5177(01)00078-4

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Economias de aglomeração e competitividade**: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

WONG, Emma; MISTILIS, Nina; DWYER, Larry. A framework for analyzing intergover- nmental collaboration. The case of ASEAN tourism. **Tourism Management**, v. 32, n. 2, p. 367-376, 2011. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.03.006

# Capítulo 10

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO TURISMO E DE SEU MUNICÍPIO**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

Outro tópico recorrente nos trabalhos analisados, é a relação entre a ativida- de turística e a comunidade onde ocorre. Fleischer e Felsenstein (2000), ao analisar áreas rurais turísticas de Israel, evidenciaram que o apoio governamental às empre- sas voltadas ao turismo traz um custo-benefício para o lado social melhor quando comparado com outras indústrias. Segundo Fleischer e Felsenstein (2000), o exame dos impactos da distribuição de renda de programas que incentivaram os micro e pe- quenos empreendedores da indústria do turismo revelou um efeito mais pronunciado quando comparado à outros segmentos. Até mesmo o apoio mínimo pode produ- zir retornos econômicos e sociais substanciais (FLEISCHER; FELSENSTEIN, 2000). Contudo, Fleischer e Felsenstein (2000) apontam que um governo incentivar e criar políticas públicas que incentivem exclusivamente os micros e pequenos empreende- dores dessa indústria pode violar o princípio da “neutralidade” nas políticas públicas. Noutro estudo (LERNER; HABER, 2000), encontra-se conclusões semelhantes. Se- gundo Lerner e Haber (2000), a atividade turística é uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico dos moradores dos destinos. Nesse sentido, Echtner (1995) já apontara que o desenvolvimento de uma região turística com a diminuição da pobreza local e aumento da renda dos residentes pode ser inviabilizada caso os moradores se tornem empreendedores. Contudo, Lerner e Haber (2000) apontam que as grandes empresas do turismo inviabilizaram o desenvolvimento do turismo por parte dos pequenos empreendimentos dos locais, de modo que, na visão dos autores, o poder público falhou nas políticas públicas ao não disponibilizar treinamento de ne- gócio e gestão de turismo para os moradores da região.

Outro fator que parece influenciar o empreendedorismo local na atividade tu- rística – além do apoio governamental – é a identificação dos empreendedores com a região (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2012). Hallak, Brown e Lindsay (2012) – na região sul da Austrália – identificaram uma relação positiva significativa entre a “iden- tidade de lugar” (*place identity theory*) e desempenho de micro e pequenos empreen- dedores na indústria do turismo. Argumenta-se que a identidade de lugar, ou seja, o

lugar no qual as pessoas se sentem pertencentes, podem se tornar um componente que influencia a atuação dos indivíduos como empreendedores (HAYWARD, 1975; HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2012). Ademais, a identidade de lugar influencia as ati- tudes e os comportamentos dos empreendedores, incluindo o comportamento em relação à comunidade local (TWIGGER-ROSS; UZZELL, 1996; PRETTY; CHIPUER; BRAMSTON, 2003); e, ainda, exerce influência sobre as cognições, crenças, percep- ções ou pensamentos de um indivíduo, pelo fato de ele sentir-se conectado a dada região (JORGENSEN; STEDMAN, 2001). Nesse sentido, Hallak, Brown e Lindsay (2012) buscaram compreender o papel desempenhado pelas características locacio- nais no turismo. Hallak, Brown e Lindsay (2012) conseguiram demonstrar uma série de contribuições a partir de seu estudo, e apontam a importância de fatores psicológi- cos para se desenvolver os empreendedores em dada região. Primeiro, ressalta-se a relevância da identidade do lugar para a gestão do turismo, de modo que a pesquisa fornece evidências do impacto potencial da identidade do lugar nos indivíduos e em seus papéis empreendedores. Caso os empreendedores de uma região se sintam pertencentes àquela localidade, isso possui um impacto positivo em suas ações em- preendedoras (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2012).

A motivação dos empreendedores em potencial tende a aumentar caso eles tenham a sensação de que é possível desenvolver seus empreendimentos em locali- dades nas quais eles se sentem pertencentes (MORRISON; BAUM; ANDREW, 2001; GETZ; CARLSEN; MORRISON, 2004). Ainda além, outra constatação de Hallak, Brown e Lindsay (2012) refere-se ao fato de que a identidade local também influenciar o nível de suporte que será fornecido à comunidade. Ou seja, um empreendedor do turismo, seja um empresário ou um gestor de alguma instituição de suporte, tenderá a promover mais o bem-estar social, a preservação ambiental e outras questões de in- teresse do aglomerado turístico caso ele se identifique com o local. Em suma, Hallak, Brown e Lindsay (2012) concluem e finalizam o estudo ressaltando que os aglome- rados turísticos necessitam de receitas e, naturalmente, da atuação de empreende- dores locais e que ambos (empreendedores e comunidade) se beneficiam caso os empreendedores desenvolvam sentimentos de pertencer e um senso de identidade de lugar.

Naturalmente, outras questões influenciam a aceitação da população com a ati- vidade turística, como por exemplo, se suas tradições culturais estão sendo mantidas e valorizadas pela atividade turística (SANTOS, 2017). Os atrativos culturais como uma forma de atrair os turistas respeita e tende a fortalecer as tradições e cultura de dada região, de modo a gerar valor e qualidade de vida para a população, como verificado por Santos (2017). Na mesma direção, Haven-Tang e Jones (2012) ao ana- lisarem o destino de Monmouthshire (País de Gales), concluíram que a promoção da cultura local, como alimentos, bebidas típicas, produtos locais de artesanato, festivais

e eventos daquela cultura se mostraram enriquecedora a experiência do turismo. No mesmo estudo, Haven-Tang e Jones (2012) identificaram um senso de orgulho da co- munidade ao conseguir desenvolver o turismo local e a identidade de Monmouthshire mediante os bens culturais e naturais da região. No mesmo sentido, Coelho, Gosling e Berbel (2016) constataram na cidade de Ouro Preto-MG que os respondentes reco- nhecem os eventos culturais como uma oportunidade de atrair novos turistas e, ainda, possibilitar a participação dos moradores no turismo. Esse resultado corrobora com o que já havia sido dito por Kim (1998), de que destinos bem-sucedidos necessitam de produtos com viabilidade mercadológicas, como eventos culturais e festas religiosas, que possam atrair os turistas e valorizar a cultura local.

Ressalta-se, ainda, a importância de o turismo ser bom, naturalmente, para o visitante, bem como para o morador. A aceitação do morador é um fator considerado pela literatura. Nesse interim, Tebchirani (2001) cita o caso de Curitiba-PR. Após aná- lise do destino, o autor aponta que da forma como foi construída, a cidade de Curitiba não é ambígua, de modo a servir ao curitibano como ao visitante. No mesmo sentido, Nunkoo, Ramkissoon e Gursoy (2012) analisaram o apoio da comunidade à atividade turística. Tendo em vista que o apoio de moradores locais influencia no desempenho de um destino turístico, as instituições desempenham papel fundamental para “influen- ciar” os moradores a se envolveram na atividade turística – tendo em vista seu poder (NUNKOO; RAMKISSOON; GURSOY, 2012). Segundo os achados da pesquisa, essa influência de dá pelo fato de as instituições possuírem a capacidade de captar a con- fiança dos moradores de um destino (NUNKOO; RAMKISSOON; GURSOY, 2012).

Como observado, a atividade turística está diretamente relacionada com a comunidade na qual ela acontece. Ademais, a aceitação ou não de uma população apenas pode ser analisada caso a caso. É natural compreender que em diferentes destinos ocorrerá diferentes níveis de aceitação e participação da população na ativi- dade turística, como observado por Santos (2017). A título de exemplo, Santos (2017) identificou maior envolvimento da população no município de Tiradentes-MG – isso na tomada de decisões, planejamento do turismo, representação e atuação no Conselho Municipal de Turismo – quando comparado ao destino de São João Del Rei-MG.

Cumpre destacar que nem todas os locais que precisam de emprego e geração de renda são candidatos ao turismo (FLEISCHER; FELSENSTEIN, 2000). Os resul- tados dos autores ofuscam a ideia de que todos os ambientes são potenciais cam- pos para o desenvolvimento da atividade turística, tendo em vistas questões como a “danificação” existente nos ambientes, recursos gastos, culturas locais corruptas e mão-de-obra local explorada. Assim, os gestores públicos possuem como desafio de- senvolver instrumentos de avaliação que analisem quais regiões possuem o potencial de se tornar um ambiente turístico, considerando os fatores que envolvem a atividade e, ainda, confrontar os gastos necessários e os possíveis ganhos de renda e emprego (FLEISCHER; FELSENSTEIN, 2000).

# Referências

COELHO, Mariana de Freitas; GOSLING, Marlusa; BERBEL, Giulia. Atratividade de destino turístico: a percepção dos atores locais de Ouro Preto, MG, Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 4, p. 929-947, 2016.

ECHTNER, Charlotte. Entrepreneurial training in developing countries. **Annals of Tou- rism Research**, v. 22, n. 2, p. 119-133, 1995. DOI: 10.1016/0160-7383(94)00065-Z

FLEISCHER, Aliza; FELSENSTEIN, Daniel. Support for rural tourism: does it make a difference? **Annals of Tourism Research**, v. 27, n. 4, p. 1007-1024, 2000. DOI: 10.1016/S0160-7383(99)00126-7

GETZ, Donald; CARLSEN, Jack; MORRISON, Alison. **The family business in tou- rism and hospitality**. 1. ed. Wallingford, UK: CABI, 2004.

HALLAK, Rob; BROWN, Graham; LINDSAY, Noel. The place identity e performance re- lationship among tourism entrepreneurs: a structural equation modelling analysis. **Tou- rism Management**, v. 33, n. 1, p. 143-154, 2012. DOI: 10.1016/j.tourman.2011.02.013

HALLAK, Rob; BROWN, Graham; LINDSAY, Noel. The place identity e performance re- lationship among tourism entrepreneurs: a structural equation modelling analysis. **Tou- rism Management**, v. 33, n. 1, p. 143-154, 2012. DOI: 10.1016/j.tourman.2011.02.013

HAVEN-TANG, Claire; JONES, Eleri. Local leadership for rural tourism development: a case study of Adventa, Monmouthshire, UK. **Tourism Management Perspectives**, v. 4, n. 1, p. 28-35, 2012. DOI: [10.1016/j.tmp.2012.04.006](https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.04.006)

HAYWARD, Geoffrey. Home as an environmental and psychological concept. **Lands- cape**, v. 20, n. 1, p. 2-9, 1975.

JORGENSEN, Bradley; STEDMAN, Richard. Sense of place as an attitude: lakeshore owners attitudes toward their properties. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, n. 3, p. 233-248, 2001. DOI: 10.1006/jevp.2001.0226

KIM, Hong-bumm. Perceived attractiveness of korean destinations. **Annals of Tou- rism Research**, v. 25, n. 2, p. 340-361, 1998. DOI: 10.1016/S0160-7383(98)00007-3

LERNER, Miri; HABER, Sigal. Performance factors of small tourism ventures: the in- terface of tourism, entrepreneurship and the environment. **Journal of Business Ven- turing**, v. 16, n. 1, p.77-100, 2000. DOI: 10.1016/S0883-9026(99)00038-5

MORRISON, Alison; BAUM, Tom; ANDREW, Rick. The lifestyle economics of small tourism businesses. **Journal of Travel and Tourism Research**, v. 1, n. 1-2, p. 16-25, 2001.

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee; GURSOY, Dogan. Public trust in tou- rism institutions. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 3, p. 1538-1564, 2012. DOI: 10.1016/j.annals.2012.04.004

PRETTY, Grace; CHIPUER, Heather; BRAMSTON, Paul. Sense of place amongst adolescents and adults in two rural Australian towns: the discriminating features of pla- ce attachment, sense of community and place dependence in relation to place identity. **Journal of Environmental Psychology**, v. 23, n. 3, p. 273-287, 2003. DOI: 10.1016/ S0272-4944(02)00079-8

SANTOS, Thiago de Sousa. Desenvolvimento regional, governança e turismo na Re- gião do Campo das Vertentes: análise de três municípios da Estrada Real. 2017. 225

f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, São Caetano do Sul, 2017.

TEBCHIRANI, Flávio Ribas. **Economias de aglomeração e competitividade**: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

TWIGGER-ROSS, Clare; UZZELL, David. Place and identity processes. **Journal of En- vironmental Psychology**, v. 16, n. 3, p. 205-220, 1996. DOI: 10.1006/jevp.1996.0017

# Capítulo 11

**CALDAS NOVAS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa** **Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e Economia

Conforme Albuquerque (1996), o primeiro povoamento na área remonta ao sé- culo XVIII, quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho, também conhecido como ban- deirante Anhanguera, descobriu fontes termais na região em 1722. Em 1777, Coelho Siqueira encontrou novas nascentes pelo rio Pirapetinga e pelo ribeirão de Lavras, batizando-as de Caldas de Pirapetinga e Caldas Novas, respectivamente, fundando a Fazenda das Caldas, origem do primeiro povoamento e aldeia (ALBUQUERQUE, 1996). Ainda segundo o autor, a casa principal está preservada até hoje, foi passa- da para seu filho, Antônio Coelho de Siqueira, após a morte de seu pai; em 1818, a fazenda foi visitada pelo pesquisador francês Auguste de Saint-Hillaire. Aqui, desde a sua origem esse destino já evidenciava seu principal atrativo: suas fontes termais (ALBUQUERQUE, 1996).

O mesmo autor explica que após a morte de Antônio Coelho de Siqueira, a fazenda foi vendida para José Domingos Ribeiro; em 1853, a igreja é elevada à fre- guesia de Caldas Novas, com a vigária Olinta José da Silva; em 1880, Caldas Novas se separou de Santa Cruz e foi anexada ao município de Vila Bela de Morrinhos, atual Morrinhos; em 1893, foi elevado a um distrito; em 5 de julho de 1911, o município de Caldas Novas foi criado e sua sede foi elevada a uma vila em 21 de outubro de 1911, data que marca o aniversário da cidade; em 21 de junho de 1923, Caldas Novas foi elevada à categoria de Cidade e atualmente está localizado a 300 km de Brasília, a 150 km de Goiânia e a 750 km de São Paulo. O município é o maior complexo hidro- termal do mundo em operação, recebe mais turistas do que qualquer outra cidade no Centro-Oeste e possui o maior número de hotéis do estado, tornando-se esta sua principal atividade econômica (TOLEDO; OLIVEIRA, 2014; DIAS, 2005).

# Indicadores Socioeconômicos

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), no seu último censo (2010), a área da unidade territorial na cidade possui 1.608.439 km², seu esgotamento sanitário foi de cerca de 62%, contendo 71% de arborização pública e apenas 4,8% de urbanização em vias públicas cidade. Ainda a mesma fonte, o muni- cípio tinha 70.473 habitantes, com uma projeção de aumento para 95.183 habitantes no ano de 2021 e densidade demográfica de 44,16 habitantes por km2. Com relação aos indicadores econômicos, o produto interno bruto (PIB) perca pita no ano de 2018 foi de R$ 28.676,21, com 58,9 % do percentual das receitas de renda externa (dados de 2015). Ainda segundo o IBGE, em 2019 o salário-mínimo médio na cidade era de 1,9 salários, com 30,6% dos indivíduos ocupados; com relação aos índices educacio- nais do município, a taxa de escolarização nas idades de 6 a 14 anos foi de 97.3 em 2010, em 2019 os alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental obtiveram uma nota média de 6,1 e 5,3, respectivamente, no IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O último índice de desenvolvimento humano (IDH) registrado foi de 0,733 em 2010 (IBGE, 2010).

# Recomendações aos Turistas

Caldas Novas é um destino turístico muito popular, voltado para o âmbito fa- miliar, visitado com frequência nos finais de semana, ao longo de algum feriado e du- rante o período de férias (PORTUGUEZ, 2011). Caso a visita seja com o objetivo de ter sossego, é melhor comparecer durante dias úteis, pois há um grande movimento nos finais de semana e dias não úteis, resultando em reclamações com relação lim- peza da água dos parques aquáticos (PORTUGUEZ, 2011). Se não estiver em uma excursão organizada, a melhor maneira de chegar até Caldas Novas é ir a Goiânia ou Brasília e alugar um carro ou pegar um ônibus para a cidade de destino (IBGE, 2018). Na cidade é recomendado passeios a pé para aproveitar, aluguel de carro, uso de táxis e/ou moto táxis para aproveitar os passeios nas piscinas, parques aquáticos, parques nacionais, lagos, lagoas e transporte intermunicipal, com tarifas acessíveis, para visitar o Hot Park, na cidade irmã de Rio Quente, a 31 km de distância (ALBU- QUERQUE, 1996).

Segundo Portuguez (2011), por se tratar de uma região extremamente quente, é preciso considerar o tipo de roupa que irá utilizar, roupas leves, roupas de banho apropriadas, com mangas longas e proteção ultravioleta para crianças, e protetor solar são recomendações essenciais para aproveitar todas as atrações de Caldas Novas e Rio Quente sem grandes transtornos. No inverno a temperatura pode sofrer grandes variações em um mesmo dia, diante disso, é preciso verificar a temperatura média no

período em que se pretende viajar, para que não seja pego de surpresa e não venha aproveitar o passeio (PORTUGUEZ, 2011).

Para os passeios na cidade, recomenda-se o Jardim japonês, ótimo para tirar fotos, o museu da Museu da Soja para os entusiastas da agropecuária, o comércio lo- cal que, embora pequeno, fornece atrativos como Shopping Tropical, Galeria Domini- que, Galeria Hot Springs, com vestuários e artigos como brinquedos aquáticos, boias, souvenirs apropriados ao mar e piscina, lojas com artigos alimentícios como garrafas de mel de flores silvestres, muitos produzidos localmente (PORTUGUEZ, 2011). Uma sugestão de passeio para compras é a Feira do Luar que funciona aos sábados, do- mingos e segundas-feiras (PORTUGUEZ, 2011). Para os turistas que gostam de tri- lhas e cachoeiras, é recomendado a visita ao Parque Ecológico Serra de Caldas, com 123 km2 de vegetação de cerrado (PORTUGUEZ, 2011).

# Atrativos Turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Considerada a maior estância hidrotermal do mundo, a maior atração de Cal- das Novas é obviamente a água; os rios da cidade e de sua vizinha Rio Quente possuem água morna e oferece propriedades medicinais, sendo assim, é possível aproveitar o passeio mesmo nas noites mais frescas de inverno (PANZERA, 2018). A cidade oferece uma infraestrutura como hotéis e piscinas ou o acesso a algum dos parques aquáticos de Caldas Novas; sendo assim, os visitantes podem passar o dia com a família curtindo a piscina, divertindo-se nos tobogãs ou em grupos nos parques existentes na região (PANZERA, 2018).

De acordo com Panzenera (2018), as principais atrações turísticas e de infraes- trutura em Caldas Novas são:

* Praça Mestre Orlando (Centro da cidade) - construído em 1911 e reformado em 2007, quando fontes luminosas foram adicionadas;
* Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores (Igreja Nossa Senhora das Graças);
* Monumento às Águas (Monumento às Águas Quentes), fonte de pedra gigan- tesca, inaugurada em 2004 pelo Thermas di Roma Hotel, abre diariamente, 24h;
* Lagoa Quente (Lagoa Pirapitinga) estrada para o Pires do Rio, km 6, com pis- cinas e camping;
* Parque Ecológico Serra de Caldas (PESCAN) a 3 km do centro, criado em 1970 para proteger o principal ponto de recarga das águas termais da região, o Parque foi estruturado apenas para receber visitantes em 1999 - as belezas da flora e fauna do cerrado brasileiro colorem o cenário em toda a sua extensão, que é 123 km2;
* Casarão dos Gonzaga, construído em 1907 para sediar a fazenda de um ex-

-prefeito, agora abriga o Centro de Apoio Craftsman;

* Lago de Corumbá que alimenta a barragem do mesmo nome, adequado para pesca e esportes aquáticos;
* Jardim Japonês na entrada da cidade;
* Museu da Soja, construído com o objetivo contar a história do cultivo de soja, mostrar os processos de produção e conscientizar os visitantes sobre os benefícios desse alimento - inaugurado em 2007, é aberto ao público e funciona durante o horário comercial; de acordo com vários visitantes, é apenas uma loja de produtos derivados deste cereal; a maior atração são degustações de diversos produtos, como grãos com sabor de pizza, chocolate e laranja, e até hidratantes; e
* Quanto aos Clubes, o Bougainville Thermas Clube, grande parque aquático com

vários escorregadores e atrações para crianças, o Caldas Termas Clube (CTC), mais antigo e mais popular clube da cidade, com um enorme parque aquático hidrotermal e o Lagoa Termas Parque, Lagoa Pirapitinga, com vários toboáguas, balanços, Kamika- se, Mini Tirolesa, rampa gigante de água, parede de escalada, 2 piscinas infantis, 4 piscinas para adultos, além de outros.

Segundo Panzera (2018), a cidade tem ainda festivais de música, como Caldas Country Show, maior evento de música country brasileira, com duração de dois dias a cada ano e média de 150 mil fãs presentes; há muitos outros desvios e atrações na área. Mesmo a cidade sendo pequena, Caldas Novas oferece opções para a vida noturna, no centro da cidade, situado na Praça Mestre Orlando, encontra-se diversos bares e restaurantes que são ótimos para um lanche, comidinha, happy hour e beber socialmente, um pouco mais afastado do centro, encontra-se o Chicago Steak House que atende muito bem os visitantes e oferece diversas opções de cerveja (PANZERA, 2018).

# Referências

ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas - Além das água quentes.** Caldas Novas: Kelps, 1996.

ne Rezende. Turismo sustentável e lazer em Caldas Novas. Monografia, UNB. 2005,

41p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Caldas Novas.** 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/panorama>. Acesso em: 01 out. 2021

PANZERA. Camille. **O que fazer em Caldas Novas.** 2018. Disponível em: [https://](https://guia.melhoresdestinos.com.br/o-que-fazer-em-caldas-novas-214-2734-p.html) [guia.melhoresdestinos.com.br/o-que-fazer-em-caldas-novas-214-2734-p.html](https://guia.melhoresdestinos.com.br/o-que-fazer-em-caldas-novas-214-2734-p.html). Aces- so em: 14 nov. 2018.

PANZERA. Camille. **Pontos turísticos de Caldas Novas.** 2018. Disponível em: ht- tps://guia.melhoresdestinos.com.br/pontos-turisticos-de-caldas-novas-214-2758-p. html. Acesso em: 14 nov. 2018.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas.** São Paulo: Roca. 2011.

TOLEDO, Gabriela Alves; OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Caldas Novas: de estação de cura à maior estância hidrotermal de lazer e entretenimento do Brasil. Anais do Simpósio Nacional de História da UEG e Fórum de Ensino de História, v. 3, n. 1, p. 63-72, 2014.

# Capítulo 12

**PARANAGUÁ - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e economia da cidade

A história da cidade de Paranaguá é baseada no cotidiano dos índios, eles chamavam a formosa baía de Pernaguá, Parnaguá e por fim Paranaguá (PMP, 2018). Paranaguá significa Grande Mar Redondo no dialeto tupi-guarani; o litoral do Paraná começou a ser povoado em meados de 1550, situado na ilha da Cotinga, sendo con- siderado um ponto referencial nos processos que ali ocorriam, ou seja, investigação e pesquisas auríferas (PMP, 2018).

Após 20 anos, Domingos Peneda, um dos pioneiros que estava à frente, nasci- do em São Paulo, era uma pessoa temida e conhecido como sendo o “Régulo e Mata- dor”, ele foi tido como o fundador da povoação, conquistou a margem esquerda do Rio Taguaré (Itiberê) que foi habitado pelo índio Carijó (CANEPARO, 2000).

Os vicentinos e os cananeenses foram despertados pelas informações que re- ceberam, ou seja, que na cidade havia ouro, nas denominadas Terras de Sant´Ana, que fica ao sul da Capitania de São Vicente, então intensificaram sua navegação ao encontro de riquezas que a terra supostamente poderia ofertar (PMP, 2018).

Em 1550 encontrava-se Ararapira e Superagui navegando a grande e mara-

vilhosa baía de Paranaguá, suas canoas de origem vicentina apontaram na ilha da Cotinga, perto do continente (ABRAHÃO, BAHL, 2011). Ficaram muito encantados em deslumbrar suas adjacências que haviam várias habitações de índios carijó, em con- trapartida, ficaram com receio com a possibilidade dos índios os atacarem, então fo- ram em direção a ilha da Cotinga, navegando para o lado do furado, ou seja, em que divide a ilha Rasa, onde foi o início de suas habitações (ABRAHÃO, BAHL, 2011).

Chegando e se atracando, a primeira povoação historicamente foi na ilha da Cotinga, após um período mudaram-se para a ribanceira onde ora está, pela história

supõe-se que eles achavam o território mais apropriado para gerar um povoamento, por ser mais arenoso e possuir uma planície muito formosa onde encontraram água numa fonte nativa e o Rio Taguaré um seguro fundeadouro, nessa habitação encontra- ram-se seguro dos ventos e também dos piratas em suas baías (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012).

No Rio dos Almeidas, os cotinganos mineravam nos recôncavos, rios e sertões em busca de ouro, ao redor da baía, onde por fim o acharam, após chamaram o Rio dos Almeidas de Rio dos Correias, Rio Guaraguaçu e finalmente mais reconhecida como Minas de Paranaguá (PMP, 2018).

Apesar da grande exploração, os índios carijós possuíam um bom relaciona- mento de amizade e escambo, o que originou o processo de povoamento das ilhas, a desembocadura de rios e recôncavos (PMP, 2018).

Claramente a informação de que foi achado ouro na habitação aconteceu com rapidez, além das barras, fazendo com que demais faiscadores fossem a procura da região que continha o ouro, unindo-se aos demais grupos que já trabalhavam com bateias (PMP, 2018).

Desde essa época, em 1554 os santistas possuíam seu comércio modal maríti- mo em contato com o porto de Paranaguá, onde levavam ferramentas, anzóis e fazen- das que trocavam por algodão que os próprios índios carijós cultivavam, também no Rio de Janeiro era possível encontrar comércio desse gênero (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012).

Um marco na história daquela época foi nos anos de 1549 até 1556, onde os missionários jesuítas já tinham percorrido os sertões de Iguape, de Cananéia e tam- bém Paranaguá, indo até os planaltos da Serra do Mar (PMP, 2018). No entanto, em 1556 houve o martírio e o falecimento dos jesuítas Pedro Correia e seu parceiro de missão. Na Serra do Mar, quando os mesmos retornaram do sertão dos índios Carijós (PMP, 2018).

Foi nessa época em que Portugal bem como suas colônias passaram-se a ser domínio da Espanha e Paranaguá se destaca no mapa como sendo a Baya de La Co- rona de Castilha, ou seja, localizado entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata (CANEPA- RO, 2000). Obviamente em virtude dessas mudanças, a povoação aumenta conside- ravelmente, havendo necessidade da criação da Câmara Municipal, então torna-se vila com o pelourinho e escrivão juramentado (CANEPARO, 2000). Já em 1640, chega na cidade o Capitão Provedor Gabriel de Lara, com sua família, em posição de implantar o governo militar (CANEPARO, 2000).

Anos mais tarde, em 1646 o Capitão Gabriel de Lara ordenou erigir o Pelouri- nho para ser considerado como símbolo de poder e justiça de El-Rei (PMP, 2018). Em 1648, a povoação foi tida como Vila, chamada de Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá; então morreram os Felipes de Espanha, os portugueses tomaram a coroa

e no mesmo ano os faiscadores entraram na baía extraindo o ouro e carregando as burras de Dom João IV (PMP, 2018).

Na década de 1660, de Vila passou-se à Capitania, ou seja, tornando-se Cidade em 05/02/1842, ao longo dos anos foi-se expandindo o casario pelas margens do Rio Itiberê e tecendo com os fios de ouro da história (CANEPARO, 2000).

A criação da Capitania dos Portos do Paraná originou também a criação da Província do Paraná, onde passou a ser considerada em 13/02/1854, onde o marco principal para Paranaguá foi a ilustre visita de D. Pedro II no ano de 1880, visita des- tinada ao lançamento da pedra fundamental do edifício da Estação Ferroviária (PMP, 2018).

Surpreendentemente a estrada de ferro foi construída num período muito curto considerando a imensidão da obra que em 02/02/1885 foi inaugurada, esse marco é motivo de muito orgulho até hoje no segmento da engenharia nacional (PMP, 2018).

Alguns anos à frente, em 1935 a cidade de Paranaguá foi agraciada com o famoso Porto Dom Pedro II, com sua instalação alterou todo o perfil econômico da cidade, sendo tido como o segundo maior em volume de exportações e o primeiro da América Latina em movimentação de grãos (CANEPARO, 2000). Ao conhecer Para- naguá é possível vislumbrar nas paredes do casario colonial a ocorrência da história (CANEPARO, 2000).

# Espaço geográfico

A cidade de Paranaguá encontra-se situada no litoral do estado do Paraná, é conhecida como a Cidade Mãe do Paraná (PMP, 2018). Apesar do Paraná ser frio, Paranaguá é bastante quente - a sede municipal encontra-se nas coordenadas geo- gráficas: 25°31’12” de latitude sul e 48°30’32” de longitude oeste do Meridiano de Greenwich (PMP, 2018).

Possuí limite com o norte de Antonina e Guaraqueçaba por meio da Baía de Paranaguá e encontra-se ao sul de Guaratuba e Matinhos, e ao leste com Pontal do Paraná e por fim, ao oeste com Morretes; o município compõe uma região de 826,652 quilômetros quadrados de extensão (IBGE, 2010). O Porto de Paranaguá encontra-se há 91 km de distância da capital Curitiba (MELLO, ABREU, FELTRIM, 2017).

A cidade de Paranaguá, como dito foi a primeira cidade do estado, e por isso sua importância não apenas histórica, mas, geográfica (NEU, 2012). Tendo em vista sua posição litorânea de destaque no estado, pois nos primórdios de invasões era porta de entrada por meio do único meio de transporte existente no passado, os na- vios (NEU, 2012). Segundo o autor, nesse passo, o espaço geográfico atualmente em Paranaguá não se pauta apenas pelas linhas divisórias de territórios, mas pela ques- tão social e turística nessa divisa espacial. O papel do governo local no que tange à

economia regional é uma importante cidade pois abriga mais da metade dos residen- tes no litoral paranaense (NEU, 2012).

Os espaços urbanos atualmente já deram lugar a uma cidade praticamente ocupada das atividades portuárias (RICOBOM, CANEPARO, 2014). Segundo o mes- mo autor, a expansão da cidade em direção ao norte do estado se deu pela expansão portuária e principalmente na década de 30 quando em 1935 inaugurou-se o porto dom Pedro II. Nesse espaço geográfico, de fundação à época do Brasil Colônia, há marcas importantes na história local e nacional, sendo base de um dos portos mais importantes do Brasil, no fluxo comercial de produtos exportados (RICOBOM, CANE- PARO, 2014).

# Características socioeconômicas do município

Paranaguá é considerada como cidade litorânea paranaense referência pela sua relevância no que tange ao Porto de Paranaguá, pois causa grande impacto sig- nificativo na economia do Paraná, também contém um belo conjunto arquitetônico colonial do Estado, sendo valorizado em virtude de sua representatividade e potencial turístico (PMP, 2018).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), no ano de 2016, a média salarial era é 3 salários mínimos. Já a proporção de indi- víduos ocupados em relação à população daquele ano, era uma pequena, apenas 27,7% (IBGE, 2018). Comparando com os demais municípios do estado, ocupava-se o ranking 9 de 399 e 63 de 399 respectivamente (IBGE, 2018).

Levando em consideração domicílios com faturamento mensal de até meio sa- lário mínimo per capital, havia-se 35,7% dos indivíduos em tal condição, o que o ele- vava para o ranking 122 de 399 dentre as cidades do seu estado e no ranking 3.418 de 5.570 dentre as demais cidades do Brasil (NEU, 2012).

A população estimada para Paranaguá no ano de 2018, segundo o IBGE (2018) é de 153.666 pessoas, já em 2010 no último censo realizado a população era de

140.469 pessoas (IBGE, 2018).

No ano de 2015, os alunos do ensino fundamental da rede pública de Para- naguá, obtiveram uma nota mediana de 5,5 no IDEB, já para os estudantes do nível fundamental, registraram nota de 3,5 (IBGE, 2015). Comparando a cidades do mesmo estado, a nota dos alunos do ensino fundamental apontava a cidade no ranking 269 de 399, já tomando por base a nota dos estudantes do ensino fundamental, o ranking era 362 de 399 (NEU, 2012).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

O principal atrativo turístico da cidade de Paranaguá e a Ilha do Mel, possuí em torno de 95% de sua extensão de ecossistemas de restinga e Floresta Atlântica, a qual fornece ar puro e primitivo do local (SECULTUR, 2018). O acesso a Ilha do Mel é conforme a descrição das normas internacionais para reservas mundiais de biosfera, fato que colabora com a sua preservação; para se chegar à Ilha do Mel o ponto de partida é Pontal do Sul, que fica em Pontal do Paraná ou direto de Paranaguá (SE- CULTUR, 2018).

Conta também com duas Unidades de Conservação (UC), uma Estação Ecoló- gica e um Parque Estadual, mais quatro vilas, sendo, a Nova Brasília, Farol, Fortaleza e Encantadas (RICOBOM, CANEPARO, 2014). Em 1975 a Ilha do Mel foi tombada pelo Patrimônio Artístico e Histórico do Paraná, com intuito de garantir a proteção e a preservação da fauna e da flora, bem como os aspectos naturais, históricos e arquite- tônicos (RICOBOM, CANEPARO, 2014).

Por falar em atrativos naturais e históricos, há alguns pontos a se destacar, os atrativos naturais ganham destaque pela Gruta das Encantadas, os Morros das Conchas, do Miguel e do Meio, suas praias e belas ilhas (MELLO, ABREU, FELTRIM, 2017). Sendo encontrados na ilha uma importante porção ainda preservada da Mata Atlântica brasileira, composta de vegetação exuberante e manguezais; já no que tan- ge os atrativos históricos, pode-se apontar o Farol das Conchas e a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (MELLO, ABREU, FELTRIM, 2017).

Outro importante ponto turístico de Paranaguá é o Aeroparque, teve sua inau- guração em 2003, com o objetivo de oferecer a oportunidade da prática de esportes e lazer, tendo à disposição uma pista com 3.500 metros para caminhar e correr, play- grounds, pista de skate, pista de Motocross, também aparelhos de musculação, qua- dra de futebol e vôlei de praia; onde também ocorrem aulas de ginástica (CANEPARO, 2000).

Dez anos antes, a Ilha da Cotinga foi homologada como sendo terra indígena, afastados na aldeia Pindoty, habitam os índios mbyá-guarani, onde ainda conseguem preservar suas origens, costumes e tradições (SECULTUR, 2018). Em contrapartida de vários povos indígenas, sua rotina é viver dispersos ou perto de centros urbanos (SECULTUR, 2018).

Os indígenas da Cotinga guardam os costumes, possuem o dialeto do tronco linguístico tupi-guarani e em especial, a religião milenar (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂN- DARA, 2012). Diariamente, no pôr do sol, a comunidade indígena se reúne na Opy (casa de reza), construída num ambiente estratégico da ilha, ou seja, no topo de um morro com uma bela paisagem da Baía de Paranaguá (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂN- DARA, 2012).

É desse lindo lugar em que os índios homens, mulheres e crianças de olhos fechados e de mãos dadas, cantam em seu idioma por muitas horas, em devoção ao seu deus (Nhanderú) (SECULTUR, 2018). Além de serem muito religiosos, os índios ainda seguem o modelo de vida de seus ancestrais e não aceitam outras culturas; tudo é motivo de festejar na aldeia, para as crianças, todos os dias é dia de brincar, mergulham na baía ou sobem nas árvores (SECULTUR, 2018).

Na aldeia, os índios cultivam feijão, milho, mandioca, mel, caçam e pescam (SECULTUR, 2018). Trabalham com artesanato, fazendo cestas e imagens em ma- deira, ilustrando tucanos, macacos, papagaios e jacarés, atividade está que se encon- tra acima de ganhos financeiros (SECULTUR, 2018).

No ano de 1903, na zona do Porto D. Pedro II, os engenheiros Dr. Rudolf Lange (engenheiro-arquiteto) e o engenheiro construtor Dr. João Carlos Gutierrez fundaram a pedra fundamenta do edifício da nova Alfândega (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012).

O edifício que contava com a arquitetura do final do XIX para o XX, na época

da arquitetura eclética, predominou o estilo romano-renascentista; em 1910 instalou-

-se a Alfândega de Paranaguá, no entanto, o ato oficial ocorreu apenas no dia 1911

(CANEPARO, 2000).

Ao longo de muitos anos, o prédio continuo sendo usando pela Fazenda Na- cional, funcionando também como Agência da Receita Federal, até 1975, foi quando saiu a autorização para mudar de endereço em virtude da precária situação de con- servação do prédio (SECULTUR, 2018). Também foi sede da Casa do Homem do Mar e da Sociedade da Marinha do Paraná – SOAMAR; incrivelmente ainda funciona, com atividades aduaneiras e foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná no ano de 1999 (SECULTUR, 2018).

A Casa Cecy foi considerada um marco durante a colonização árabe em Para- naguá, tem esse nome pois foi construída por Musse Cecy e Mattar Cecy com o ob- jetivo de oferecer moradia e servir como comércio (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012).

Nela foi inaugurada a Padaria Cecy que teve suas atividades comerciais até o começo dos anos 60, após foi adquirida e restaurada pelo poder público, atualmente é sede do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR) (SECULTUR, 2018).

A Casa Dacheux tem esse nome por pertencer a família Dacheux, é uma re- ferência da arquitetura da história de Paranaguá, também foi restaurada pelo poder público e agora é utilizada como espaço cultural para exposições de obras de artistas e oficinas culturais (SECULTUR, 2018).

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas possui esse nome por ter sido construída pela ordem dos franciscanos, foi o templo católico da aristo-

cracia imperial de Paranaguá, sua construção foi em meados do século XVIII, era uma igreja de elite parnanguara, e composta por um átrio contíguo, um cemitério para crianças e sacerdotes (SECULTUR, 2018).

A igreja passou por um incêndio que destruiu todo o seu interior, onde a ordem franciscana deixou de mantê-la e a prefeitura assumiu sua manutenção e restauração durante o século XIX (ABRAHÃO, BAHL, 2011).

A torre, à esquerda da fachada, é construção posterior, datada em 1841 (SE- CULTUR, 2018). Sua arquitetura é barroca, toda em pedra e em obras de cantaria, simples nas suas linhas e sem ricas decorações; tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1962 e pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1967 (SECULTUR, 2018).

Pode-se visitar as grutas das encantadas, localizada na região meridional da ilha, num grande paredão rochoso, sendo um ambiente repleto de lendas e histórias fantásticas (ABRAHÃO, BAHL, 2011). De 1767 à 1769 foi construída a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, o Rei de Portugal, Dom José quem determinou sua construção com o objetivo de proteger a Baía de Paranaguá (ABRAHÃO, BAHL, 2011). A Fortaleza da Barra como também é conhecida, situa-se na praia da Forta-

leza, no sopé do morro da Baleia, na ilha do mel no litoral do paraná (SECULTUR, 2018). Essa proteção tinha como objetivo a defesa estratégica da antiga Vila de Para- naguá, fomentando a segurança do ancoradouro há quinze milhas de distância, onde se encontrava o ouro, madeira e a erva-mate extraídos da região, em oposição aos corsários e espanhóis que frequentemente se encontravam naquele trecho do litoral (SECULTUR, 2018).

Uma Unidade de Conservação (UC) tem como princípio básico proteger o uso racional do palmito, na Floresta Estadual do Palmito encontra-se um museu, trilhas ecológicas, uma cozinha experimental, viveiro de mudas, ancoradouro de barcos, lan- chonete e comércio de artesanato (SECULTUR, 2018).

Na Floresta são executadas ações com fomento de educação ambiental, res- saltando a relevância da proteção do bioma Floresta Atlântica, sua flora e fauna, con- servação do solo e recursos hídricos através de passeios pelas trilhas interpretativas, investigação científica pela necessidade de obtenção de dados a respeito da dinâmica das relações da fauna e flora, solo e água realizadas por alunos de cursos de gradua- ção e pós-graduação de várias universidades do Brasil, onde o estudante tem a opor- tunidade de ver na prática todo conteúdo teórico estudando em classe (ABRAHÃO, BAHL, 2011).

# Referências

ABRAHÃO, Cinthia M. de Sena; CHEMIN, Marcelo; GÂNDARA, José Manoel. A Ofer- ta Turística De Paranaguá (Pr): Uma Análise De Atrativos E Equipamentos De Hos- pedagem. **REV**. **CULTUR, ano 06 - nº 04** - Out/2012. Disponível em: [www.uesc.br/](http://www.uesc.br/) revistas/culturaeturismo. Acesso em 05 jan. 2019

ABRAHÃO, Cinthia Sena Abrahão; BAHL, Miguel. Turismo Cultural e Desenvolvimen- to Includente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. Revista Turismo em Análise. ISSN 1984-4867. Vol. 22, n. 1, abril 2011.

CANEPARO, Sony Cortese. Análise Da Dinâmica Espacial Da Ocupaçãoantrópica Em

Paranaguá/Pr (1952-1996),Através Do Uso De Sistema Deinformações Geográficas.

**R. RA’EGA, Curitiba, n. 4**, p. 111-130. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: [https://](https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3343/2679) [revistas.ufpr.br/raega/article/view/3343/2679](https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3343/2679). Acesso em 04 jan. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Paranaguá.** 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama. Acesso em: 01 out. 2021.

MELLO, Yara Rúbia de; ABREU, Felipe Costa; FELTRIM, Wilson Flávio. Caracterís- ticas Climáticas E Análise Rítmica Aplicada A Episódios Extremos De Precipitação E Temperatura No Município De Paranaguá, PR, **Revista Brasileira de Climatologia** ISSN:1980-055x (Impressa) 2237-8642 (Eletrônica. Ano 13 –Vol. 20–JAN/JUL 2017

NEU, Márcia Fernandes Rosa. Relação porto e cidade: breve estudo comparativo en- tre Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), CaderNAU- Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v.5, n.1, 2011/2012.

PMP. Prefeitura Municipal de Paranaguá. **História.** 2018. Disponível em: [http://www.](http://www/) paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia. Acesso em: 05 dez. 2018.

PMP. Prefeitura Municipal de Paranaguá. **Localização.** 2018. Disponível em: http:// [www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/localizacao.](http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/localizacao) Acesso em: 05 dez. 2018.

PMP. Prefeitura Municipal de Paranaguá. **Dados Gerais.** 2018. Disponível em: http:// [www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/dados-gerais.](http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/dados-gerais) Acesso em: 05 dez. 2018.

RICOBOM, Arnaldo Eugênio; CANEPARO, Sony Cortese. A Cartografia Prospectiva E A Geração De Mapas Preditivos Do Uso E Cobertura Da Terra – Estudo De Caso: Perímetro Urbano De Paranaguá – Paraná – Brasil. Capa > v. 31 (2014). DOI: http:// dx.doi.org/10.5380/raega.v31i0.31029. Disponível Em: https://revistas.ufpr.br/raega/ article/view/31029. Acesso em 06 jan. 2019.

SECULTUR. **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paranaguá.** 2018. Dis- ponível em: [http://www.paranagua.pr.gov.br/secultur/item/ilha-do-mel/.](http://www.paranagua.pr.gov.br/secultur/item/ilha-do-mel/) Acesso em: 05 dez. 2018.

# Capítulo 13

**SÃO JOAQUIM - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e economia da cidade

De acordo com dados da Prefeitura de São Joaquim (2018), que registra sua história, por volta do ano de 1750, uma fazendeira da região casa-se com um capitão-

-mor da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, após isso, por volta do ano de 1755 chegam à região novos posseiros que se instalam e fundam suas fazendas, com os casamentos locais entre as famílias da região, o local transforma-se em um feudo, em meados de 1820. O progresso chega mais perto da região por meio da abertura de estradas, como a que ligara os povoados de Lajes à Laguna, essa abertura, ao que consta, deve-se ao estancieiro Manoel Joaquim Pinto de São Paulo, tido como o fundador da atual cidade (LOSSO, PEREIRA, 2012).

Consta que, de acordo com dados de Ribeiro (2016), a instalação da 1ª Câma- ra Municipal foi em 7 de maio de 1887 onde foram eleitos como vereadores Matheus Ribeiro de Sousa, Marcos Batista de Sousa, José Alves de Sá, José Rodrigues de Sousa, João de Deus Pinto de Arruda, Aureliano de Sousa e Oliveira (Neto) e Policar- po José Rodrigues.

São Joaquim, nasce sendo uma cidade pequena na região serrana de Santa Catarina, e tendo como característica principal a precipitação de neve no período de inverno, sendo considerada a cidade mais fria do país até ter seu posto perdido para a cidade de Urupema, também na mesma região de serras catarinenses (PREFEITU- RA, 2018)

A economia do município era fundamentada na pecuária, mas teve grande im- pulso com a cultura da maçã, iniciada na década de 1970, sendo hoje o terceiro produtor da fruta no Estado, contando mais de 600 pequenos produtores (LOSSO,

PEREIRA, 2010). A economia da cidade, por natureza sempre foi a agricultura e plan- tação de frutas, mas o turismo despontou como sendo um importante contributo para a região, que ao plantar uvas em altitude elevada, a mais de 1300 metros do nível do mar, descobre sua vocação para o turismo enológico, despontando ainda como uma das maiores produtoras de maçãs do país, ganhando o primeiro posto no estado de Santa Catarina (LOSSO, PEREIRA, 2010).

Todos os vinhos e espumantes da região são feitos com uvas altamente se- lecionadas, de vinhedos acima de 1.200m de altitude, vinícolas com adegas de alta tecnologia, com equipamentos importados da Europa e aprimorados para ser mais efi- cientes, seguros e permitir produzir produtos de alta qualidade, conquistando prêmios nacionais (BERTONCINI, 2011).

A Secretaria de estado do planejamento, descreve a ascensão, efeitos das vinícolas e do rápido desenvolvimento do turismo do vinho no Brasil nos últimos 20 anos (SPG, 2018). Com o crescimento e profissionalização das vinícolas, espaços adequados foram criados para receber visitantes, no entanto, esse avanço não afetou a receptividade dos empreendimentos, com as adegas de identidade familiar, os tu- ristas são geralmente recebidos pelos próprios donos da empresa, ou pelos enólogos responsáveis pela elaboração dos vinhos (SPG, 2018). Tal como acontece com a pro- dução de vinho em si, a maioria das rotas de turismo do vinho pode ser encontrada no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil - perto das fronteiras da Argen- tina e do Uruguai, com uma boa disponibilidade de aeroportos, estradas em boas con- dições, sinalização eficiente facilitam a viagem às principais rotas e estrutura hoteleira confortável, formada basicamente por hotéis localizados nas cidades que servem de referência para os polos de enoturismo ou acomodações dentro das próprias vinícolas (SPG, 2018). Além de descobrir deliciosos vinhos, os turistas têm a chance de provar a culinária local, conferir a programação cultural e o folclore brasileiro, fazer compras, entre muitas outras atrações. A experiência do turismo de vinhos no Brasil está muito longe do estereótipo das praias e festas populares, o que torna uma agradável surpre- sa para qualquer viajante (SPG, 2018).

# Características socioeconômicas do município

Os aspectos Geográficos e Sociais da região de São Joaquim, são encontra- dos em dados estatísticos e oficiais do governo local e IBGE, sendo a população de 26.763 habitantes estimados para 2018. Segundo dados levantados pelos estudos de Bertoncini, (2011), a cidade de São Joaquim detém muitas características voltadas para a produção e vida agropecuária, tem participação predominantemente na eco- nomia de produção rural, superior à do restante do estado e já o setor de serviços, contam com participações de atividades turísticas, hospedagens, alugues imobiliários e serviços de passeios guiados.

A cidade e seu entorno têm grande participação na economia primaria do es- tado de Santa Catarina, notadamente em relação a produção agrícola de lavouras permanentes, destacando-se o cultivo de maçãs, as plantações de hortaliças e ver- duras, além milho e soja correspondendo a 0,5 por cento do produto interno bruto do Estado de Santa Catarina (SPG, 2016). De acordo com dados públicos, a renda per capta dos moradores da cidade é inferior ao do restante do estado e por sua vez, os indicadores que medem o desenvolvimento humano IGH, são também mais baixos quando comprados com outras regiões, com exceção do município de Bom Jardim da Serra que desponta com melhores números de desenvolvimento humano e per capta (SPG, 2016).

Segundo dados disponibilizados pela secretaria de estado e planejamento de Santa Catarina de 2016, a maioria das pessoas que residem no município estão loca- lizadas na zona urbana. Mais de sessenta e cinco por cento dos moradores estão na cidade, enquanto apenas, cerca de 34 por cento moram na zona rural (SPG, 2016). Esse número, segundo a própria secretaria, reflete uma realidade diferente das de- mais regiões do estado, pois o percentual de residentes na zona rural é maior do que nas demais regiões do estado (SPG, 2016). A região de São Joaquim, é a mais popu- losa dentre as cidades vizinhas, com cerca de vinte mil habitantes no senso de 2010 do IBGE, sendo que o município mais populoso depois de São Joaquim é Urubici com aproximadamente dez mil habitantes gerais, seguido por Bom Retiro com cerca de 7 mil habitantes (SPG, 2016).

Já de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE (2018), na região de São Joaquim há a denominada centro de zona que é a cidade principal atraindo turistas para os municípios vizinhos, centro local, que são as cidades de Bom Jardim da Serra, Rio Rufino e Bom Retiro, Urupema e Urubici. Havendo ainda os municípios da subre- gião com o Lages que se liga á capital Florianópolis (BERTONCINI, 2011).

O salto econômico de São Joaquim é associado a crescente produção de maçã e a industrialização da fruta, somado a produção pecuária e a atividade da vitivinicul- tura como alicerces na solidificação da economia (BENETTI, 2017).

São inúmeros os exemplos de que o vinho melhora a saúde das pessoas quan- do consumido moderadamente, mas na Serra catarinense, a bebida melhorou de for- ma acelerada a saúde da economia de São Joaquim, município cuja cidade é uma das que têm mais incidência de neve no país, há 10 anos, em 2006, a receita bruta da economia joaquinense era de R$ 170 milhões, em 2018, saltou para R$ 608 milhões, um acréscimo de 258%, ultrapassando as economias dos municípios da região, fican- do atrás somente de Lages, que fechou 2016 com R$ 3,9 bilhões(LOPES, 2018).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

O enoturismo - ou, mais simplesmente, o turismo do vinho - é um desenvolvi- mento relativamente recente na tendência mais ampla do agroturismo, ou experiên- cias que se concentram em torno da produção e agricultura (BENETTI, 2018). O dese- jo de experimentar alimentos no local onde foi produzido já existe há algum tempo, no entanto, os turistas de vinho, desde então, deram um impulso muito necessário para o lucro e atenção na região serrana de santa Catarina - particularmente na região viní- cola mais famosa do estado próximas de São Joaquim, a vinicultura na região cresceu ao longo dos anos graças às condições favoráveis do estado (BENETTI, 2018).

A experiência do turismo do vinho no Novo Mundo tornou-se extremamente bem organizada e embalada, onde os visitantes reservam um horário específico em um local, recebem uma apresentação de um profissional de relações públicas, desfru- tam de uma degustação organizada e bem ensaiada e partem aproximadamente uma hora depois (BERTONCINI, 2011).

Santur (2018), lista os principais atrativos turísticos de São Joaquim, para além de visitas a produtores de vinho, como parques, igrejas tradicionais, Parque nacional da maça, o Parque Snow Valley, que tem esportes de aventura, como muro de escala- da, pêndulo, arvorismo, trilhas, a tirolesa com um longo “passeio” sobre as copas das árvores e um riacho, o Mirante de Belvedere, com escadaria que leva à parte mais alta da cidade começa no final da avenida principal, a Igreja Matriz de São Joaquim que é toda de pedra basalto, com belos vitrais e esculturas na parte externa, existem também hotéis-fazendas e pousadas rurais para conhecer a rotina da vida no campo (SANTUR, 2018)

O turismo local esteia-se também na busca pelo frio, com visitação crescente em virtude das baixas temperaturas, turismo de aventura, alimentação e principal- mente a vinicultura, sendo um dos principais destinos turísticos de inverno no Brasil, pois há neve (LOSSO, PEREIRA, 2012). Ainda segundo a SPG (2016), o aumento da demanda de turismo na cidade ocorre na época do inverno com o frio chegando abai- xo de zero o que atrai muitos visitantes do próprio estado e de outras partes do país.

# Referências

BERTONCINI, Sandra da Silva; **ACORDE SÃO JOAQUIM**: Identidade local e voca- ção turística. Universidade do estado de Santa Catarina - MPPT-UDESC. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC, 2011.

BENETTI, Estela. **Vinho mais que duplica a economia de São Joaquim**. 2017. Dis- ponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2017/03/vinho->

-mais-que-duplica-a-economia-de-sao-joaquim-9746068.html. Acesso em 25 nov. 2018.

FLORES, Maria Amélia Duarte. **Diagnóstico do enoturismo brasileiro**: um mercado de oportunidades. Brasília, DF : SEBRAE ; Bento Gonçalves, RS: IBRAVIN, 2012. 126p.

FRANÇA JUNIOR, Romualdo Theophanes de; SLIVA, Cristiane. A influência da Viní- cola Villa Francioni na paisagem turística de São Joaquim (Santa Catarina, Brasil). Tu- rismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 7, n. 3, p. 446-466, julho de 2014. Dossiê sobre Enoturismo.

IBGE. **Panorma cidades brasilerias**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/bra- sil/sc/sao-joaquim/panorama. Acesso em 27 nov. 2018.

LOPES, Oneris. Assess. de Imprensa da Amures, **Revista Visão São Joaquim**. 2018. Disponível em: <http://portal.revistavisao.com.br/post/29649/sao-joaquim-se-consoli-> da-como-a-segunda-maior-economia-da-serra-catarinense/. Acesso em 25 nov. 2018.

LOSSO, Flavia Baratieri; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O Turismo e a Produção de Vinhos Finos na Região de São Joaquim (SC): Notas Preliminares. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.** Saberes e Fazeres no turismo: Interfaces. 9 e 10 de julho de 2010. Universidade de Caxias do Sul. Mes- trado em Turismo. Caxias do Sul. RS, Brasil.

LOSSO, Flavia Baratieri; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O desenvolvi- mento da vitivinicultura e as possibilidades de implantação de roteiros enoturísticos na Região de São Joaquim (SC, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 6(2), pp. 181-200, mai./ago. 2012.

PREFEITURA. **Município De São Joaquim**. Disponível en: https://www.saojoaquim. sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/5157. Acesso em 25 de nov. 2018.

RIBEIRO, Enedino Batista. **Departamento Estadual de Estatística**. São Joaquim: notícia estatístico-descritiva. [S.l.: s.n.]. 71 p. Disponível em: https://www.saojoaquim. sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/4829. Acesso em 25 nov. 2018;

SANTUR. **Secretaria de Turismo de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: http:// turismo.sc.gov.br/cidade/sao-joaquim/. Acesso em 27 nov. 2018.

SPG. **Secretaria de estado do planejamento.** Perfil Socioeconômico ADR, 2016. SÃO JOAQUIM-SC. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/> acoes/palestra-desenvolvimento-regional-1/712-perfil-socioeconomico-adr-sao-joa- quim/file;. Acesso em 25 nov. 2018.

# Capítulo 14

**BENTO GONÇALVES - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e economia da cidade

Bento Gonçalves é a capital do vinho do Brasil, com a maioria dos vinhos e do suco de uva do país produzidos na região (TRT, 2005). A cidade foi colonizada por imigrantes italianos perto do final do século XIX e suas colinas, vinhedos, edifícios his- tóricos e patrimônio italiano fizeram desta cidade uma das grandes cidades turísticas da Serra Gaúcha (TRT, 2005).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, esta região recebeu imigran- tes italianos, portugueses, alemães, poloneses e espanhóis e por isso, além do vinho, que inclui espumante nesta região, há uma grande variedade de delícias culinárias em oferta, resultado do caldeirão de diferentes culturas presentes nessas cidades (BENTO GONÇALVES, 2018).

As rotas do turismo do vinho na Serra Gaúcha têm como base de referência a cidade de Bento Gonçalves, mas se espalham ao longo de um grande número de municípios, cada um com uma atração local, com as paisagens típicas das cidades do interior, os arredores estão cheios de vales, montanhas e vinhas concentradas na região que oferecem uma grande diversidade de produtos, destacando-se vinhos es- pumantes e vinhos tintos (TONINI, 2009).

Essa região vinícola do Brasil é habitada em grande parte por imigrantes italia- nos, que imigraram para o Brasil na década de 1870, que trouxeram consigo mudas de vinho de casa para fazer seu próprio vinho (TONINI, 2009). Muitos dos moradores mais velhos ainda falam um antigo dialeto veneziano, e a cultura italiana causou um grande impacto na cena culinária local e é possível encontrar alguns dos melhores e mais autênticos alimentos italianos fora da Itália em trattorias como Mama Gema (TO- NINI, 2009).

Bento Gonçalves, juntamente com Caxias do Sul, Garibaldi e outras cidades, faz parte da Rota da Uva e do Vinho, no sul do país, com a região do Vale dos Vinhe- dos como uma herança dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil em 1875 trazendo com eles suas ricas tradições de cultura, arquitetura, culinária e vinho, ob- servadas nas pequenas e grandes propriedades espalhadas pela cidade (TONINI, 2009). O Vale dos Vinhedos é a primeira região produtora de vinhos do Brasil e Bento Gonçalves é uma das poucas cidades do país a ter um curso Técnico em Enologia, sendo o maior produtor brasileiro de vinhos finos e uvas (TONINI, 2009).

# Espaço geográfico

De acordo com Queiroz (2014), pode-se considerar o espaço geográfico como sendo parte da totalidade do mundo, diferente do espaço social, o espaço geográfico traduz-se mais precisamente num espaço concreto e real, e não num espaço pensado ou imaginário, junte-se o espaço material e o espaço social para se ter um espaço geográfico totalmente pautado n realidade. Nesse ponto, o espaço geográfico é um espaço composto por conjunto indissociável de natureza, pessoas, socialmente orga- nizadas, solidário, objetos e em Bento Gonçalves está pautado em uma população diversificada e economia voltada para a cultura do vinho, tornando-se uma parte in- tegrante do espaço geográfico técnico científico informacional, com tecnologias inter- conectadas às pessoas por meio de expansão horizontal e processo de globalização constante pelo turismo (FALCADE, 2005).

Sendo a oitava economia mais rentável do Rio Grande do Sul a cidade despon- ta como um importante destino turístico em meio a montanhas, serras, e um desen- volvimento humano e ambiental notável (TREVIZAN, 2019).

O país é mais coberto por florestas tropicais, não por vinhedos, então o estado mais austral do Brasil, o Rio Grande do Sul, é responsável por 90% da produção bra- sileira de vinho e abriga cinco das seis principais regiões vinícolas brasileiras, dentro disso, a região da Serra Gaúcha é a mais importante e impactante, contendo cinco sub-denominações: Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira, Altos Montes, Farroupilha e Monte Belo (GODINHO; FALCADE; AHLERT, 2007).

# Características socioeconômicas do município

Bento Gonçalves tem uma área territorial de 274,070 km quadrados, com um esgotamento sanitário adequado de 86,9%, arborização e urbanização de vias públi- cas de 72,5%, população estimada para 2018 de 119,049 habitantes e uma densidade demográfica de 280,86 habitantes por quilometro quadrado (GODINHO; FALCADE; AHLERT, 2007). A região tem uma altitude de 691 metros, 4.830 hectares de vinhedo,

com 1.400 famílias de agricultores, 60 vinícolas registradas (IBRAVIN), maior produ- ção de uva para a produção exclusiva de suco, relevo fortemente inclinado com boa fertilidade (FALCADE, 2004).

O Brasil começou a despontar como produtor de vinhos, quando na região sul, especificamente nas serras gaúchas começaram as primeiras vinícolas com venda comercial de vinho, o reconhecido Vale dos Vinhedos teve no ano de 2002 uma in- dicação geográfica importante que transformou a região num polo turístico do vinho (BENTO GONÇALVES, 2018b). As regras rígidas que os produtos dessa região de- vem obedecer fazem com que os produtos oriundos daí, sejam mais qualitativos do que de outros locais não reconhecidos com indicação geográfica (BENTO GONÇAL- VES, 2018b).

O país, na verdade, é responsável pela quinta maior produção de vinho do Hemisfério Sul, à frente da mais conhecida Nova Zelândia (BENTO GONÇALVES, 2018). O Brasil é coberto por 79.000 hectares de vinhedos (aproximadamente 195.000 acres), mais de 1.000 vinícolas - 90% das quais são pequenas vinícolas familiares - e mais de 20.000 famílias produtoras de vinho, que produzem pequenas quantidades de vinho para si ou para vender através de coletivos (BENTO GONÇALVES, 2018).

Além disso, a cidade é um polo moveleiro, sendo a principal força no segmento industrial da cidade (MARQUES, PASQUALETO, ANDRADE, 2014). O setor opera com tecnologia de última geração e utiliza os mais modernos e qualificados sistemas empresariais e organizacionais do mundo, tornando-o o polo moveleiro mais expres- sivo e o mais importante do Rio Grande do Sul e um dos mais fortes de todo o Brasil, representando 8% da produção nacional de móveis, 40% da produção estadual e 56% da produção municipal (MARQUES, PASQUALETO, ANDRADE, 2014).

No segmento turístico a cidade se destaca por suas grandes feiras e eventos, por vários atrativos turísticos, por suas rotas turísticas e por ter eventos nas quatro estações, permitindo ao visitante ter experiências únicas durante todo o ano (PAIVA; JUNIOR, 2019).

A metalurgia é o segundo setor mais representativo da economia local, com 12,57% de participação (IBGE, 2018). Hoje Bento Gonçalves possui 293 empresas que se dedicam basicamente a produção de máquinas e equipamentos para a indús- tria moveleira e vinícola, as empresas transportadoras representam a maior participa- ção na economia local dentro do segmento de Serviços com 68,4 % de representati- vidade (IBGE, 2018).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Certamente que os atrativos turísticos da região sul e em especial do Vale dos Vinhedos, são as vinícolas, e todo o seu entorno com serras geladas, vales encanta-

dores, plantações diversas de uvas, maçãs, entre outros (BONOTTO, et.al., 2018). No Vale dos Vinhedos, pode-se fazer visitas guiadas a pequenos produtores e aprender tudo sobre os processos e degustar os melhores vinhos e espumantes produzidos na Serra Gaúcha, uma das atividades mais procuradas pelos visitantes, também pode-se participar de oficinas de fabricação, provar queijos em alguns lugares e nas proprie- dades, pode-se encontrar cantinas, restaurantes e lojas de artesanato (BONOTTO, et.al., 2018).

Além disso, os vales, canyons, rios e cavernas da região são o cenário perfeito para quem gosta de aventura, como, por exemplo, o Salto Ventoso, uma cachoeira de 52 m de altura na cidade de Farroupilha (a 24 km de Bento Gonçalves), ideal para praticar rapel (BENTO GONÇALVES, 2018).

Outra experiência incrível é pilotar o trem Maria Fumaça, um trem a vapor que percorre a bela região da Serra Gaúcha, entretendo os viajantes com atrações italia- nas (DALL’ANGOL; GASTAL, 2008). Caso não se possa fazer nenhum dos passeios, pode visitar a Casa do Vinho, no centro de Bento Gonçalves e o Parque Temático Épico Italiano, que conta a história de um casal de imigrantes, completo com efeitos especiais e onde pode-se saborear os sucos e biscoitos frescos da região (DALL’AN- GOL; GASTAL, 2008).

Bento Gonçalves é uma das cidades mais charmosas do Sul e tem um clima de romance no ar, ao longo do percurso, existem mais de trinta vinícolas, que estão abertas a visitação durante todo o ano e que podem ser pagas ou não, dependendo da adega, e geralmente oferecem degustação (FÁVERO, 2012).

Complementando a oferta turística, hotéis, restaurantes, ateliês de arte, queija- rias, geleias e doces são distribuídos na região, no Vale dos vinhedos recomendamos também uma tarde no Wine Garden na Vinícola Miolo, um piquenique na Larentis Wi- nery, Vinícola Casa Valduga e Lido Carraro, que produziu o vinho oficial da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (BENTO GONÇALVES, 2018).

Visite também a bela propriedade da vinícola Dal Pizzol para uma degustação de vinhos, conhecida como a vinícola com o “vinhedo mundial”, com 400 variedades de uvas, é uma das três maiores coleções privadas de uvas do mundo (BONOTTO, et.al., 2018).

Além das muitas pequenas vinícolas, temos também o famoso Gasper Adven- ture Park é uma grande atração, o Vale do Rio das Antas, com paisagens exuberantes ao longo do rio Antas, o distrito de Tuiuty, a ponte Ernesto Dorneles arqueada e outras atrações (CÉSAR, 2016).

De acordo com dados da prefeitura municipal, a cidade ainda conta com outros pontos turísticos como, Casa do Artesão e do Artista Plástico de Bento Gonçalves, Biblioteca Pública Castro Alves, Pipa Pórtico, La Fontana, Monumento aos Imigran- tes Italianos, Ponte Ernesto Dorneles e Ferradura do Vale do Rio das Antas (BENTO

GONÇALVES, 2018b). Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves foi inaugurada em 1986 com o objetivo de formular e executar a política cultural do município, promo- vendo o aprimoramento de manifestações artístico-culturais (BENTO GONÇALVES, 2018b).

# Referências

BENTO GONÇALVES. Município de Bento Gonçalves. **Culturas produzidas em Bento Gonçalves.** 2018. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cida-> de/economia-local/setor-fruticultura. Acesso em: 06 dez. 2018.

BENTO GONÇALVES. Município de Bento Gonçalves. **Pontos de Visitação.** Turis- mo. 2018b. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-vi-> sitacao. Acesso em: 06 dez. 2018.

BONOTTO, Camile; SANTOS, Eurico de Oliveira; THOME-ORTIZ, Humberto; GON- ZÁLEZ, Noe Antonio Aguirre. Desenvolvimento rural da região dos Caminhos de Pe- dra, no município de Bento Gonçalves/RS – Brasil. COLÓQUIO – **Revista do Desen- volvimento Regional - Faccat** - Taquara/RS - v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Roteiros turístico-culturais na Serra Gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico memorial. **Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo,** 10(3), pp. 416-434, set./dez. 2016.

DALL’ANGOL, Sandra; GASTAL, Susana. **Turismo e suas percepções** - Bento Gon- çalves (RS). ANPTUR, 2008.

FALCADE, Ivanira. **Indicações Geográficas:** O caso da região com indicação de procedência vale dos vinhedos. Dissetação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FALCADE, Ivanira. **Enoturismo nas Regiões Vitivinícolas Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos (Brasil)**. Construções Teóricas no campo do Turismo. Anais do II Se- minário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, UCS, 2004.

FÁVERO, Autora: Ivane Maria Remus. **A Competitividade do Turismo** O Caso de Bento Gonçalves – Serra Gaúcha. ANAIS do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relaçaõ complexa. UCS, 2012.

GODINHO, Jones; FALCADE, Ivanira; AHLERT, Siclério. **O uso de imagens de sa- télite como recurso didático para o ensino de Geografia**. Anais XIII Simpósio Bra- sileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 1485-1489.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Bento Gonçalves.** 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama. Acesso em: 06 dez. 20108.

MARQUES, Ellen Cristina Silva; PASQUALETO, Antônio; ANDRADE, Dayanne. **Diag- nóstico Socio Econômico E Ambiental Do Assentamento São Domingos Dos Olhos D’água Após A Construção E Recuperação Da Estrutura Física**. 4º Con- gresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente. Bento Gonçalves – RS, Brasil, 23 a 25 de Abril de 2014.

PAIVA, Carlos Águedo; JUNIOR, Luiz Lentz. **A Dimensão Socioeconômica Da Viti- vinicultura Gaúcha**. IBRAVIN, Instituto Brasleiro do Vinho, bento Gonçalves, 2019. Disponível em: [http://www.ibravin.org.br/downloads/1377634352.pdf.](http://www.ibravin.org.br/downloads/1377634352.pdf) Acesso em 6 jan. 2019.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **Espaço Geográfico, Território Usado E Lugar: Ensaio Sobre O Pensamento De Milton Santos**. Para Onde!?, 8 (2): 154- 161, ago./dez. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geo- ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil

RIVELLI, Marilia Jazmin. **Um evento e sua trajetória histórica: A Fenavinho em Bento Gonçalves-RS**. Mestrado em Turismo. Semintur. Universidade Cacias do Sul. 2014.

TOMAZZONI, Edegar Luis; POSSAMAI, Ana Maria; LOVATEL, Rodrigo. **Turismo no município de Bento Gonçalves (RS)**: análise do desenvolvimento de um destino in- dutor no Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.4, n.2, p.5-30, ago. 2010.

TRT, 4ª REGIÃO. **República Velha**: positivismo, colonização e desenvolvimento in- dustrial. Características da história econômica do Rio Grande do Sul que configuram a presença de focos rincipais de coleções documentais no acervo da Justiça do Traba. Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. TRT4ª região. Porto Alegre, 2005.

TONINI, Hernanda. **Economia Da Experiência**: O Consumo De Emoções Na Região Uva E Vinho. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR) V.3, N.1 . 2009, p.4-14

TRVIZAN, Morgana; ROSSATTO, Jonas. **Bento Gonçalves (Rs–Brasil**): Geografias

De Um Local Em Movimento. Universidade de Caxias do Sul - UCS, 2019.

# Capítulo 15

**MATEIROS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e economia da cidade

O município de Mateiros está localizado no estado de Tocantins, estado criado no ano de 1988, com a área de 277.620,9 km² e divisa com os estados do Maranhão, Pará, Piauí, Bahia, Pará, Mato Grosso e Goiás, ao qual pertencia o território antes da separação e criação do atualmente denominado Tocantins (SEDEN, 2018).

O estado mantém sob sua égide 139 municípios (IBGE, 2017), dentre os quais alguns com designação de destino turístico, em virtude de parques como o do Jala- pão. O Município de Mateiros, analisando sua estrutura e histórico, localiza-se na região leste do estado e dista cerca de 310 quilômetros da capital o estado, Palmas, tem como principal referência a produção de artesanatos, mais especificamente os oriundos do capim dourado abundante na zona rural da região, especialmente na localidade denominada mumbuca que tem origem nos quilombolas, local onde se concentra a matéria prima do capim dourado para produção das peças artesanais (MATEIROS, 2018).

Segundo a prefeitura municipal de Mateiros, o nome do município, não é uma consequência da simples nomeação de uma localidade, como em quase todos os lugares, os nomes advêm de origens diversas e culturais que marcam a localidade de uma forma ou de outra, neste caso, o nome se dá em virtude de, na região encon- trar-se uma quantidade enorme de animais veados mateiros, encontrados em abun- dância na região em meados dos anos 50; inicialmente o Município de Mateiros era subordinado ao Município de Ponte Alta do Norte, desde a divisão territorial da região ocorrida em meados no ano de 1963, mais tarde, quando houve a criação do estado do Tocantins, em 1988, houve alterações no ano seguinte na separação do município,

em 1989 ocorreu no município de Ponte Alta do Norte a alteração par Ponte Alta do Tocantins por meio de um decreto legislativo de número 01 datado de 1º de janeiro de 1989, após a criação de Tocantins e a Constituição Federal de 1988 (MATEIROS, 2018). O Município de Mateiros, ganhou sua independência após outra divisão territo- rial em 1990, passando a categoria de município somente em 20 de fevereiro de 1991 por meio da Lei Estadual 251, tendo seus limites territoriais alterados em 1992, por meio da lei estadual 498 de 21 de fevereiro de 1992, sendo finalmente desmembrado do Município de Ponte Alta do Tocantins (MATEIROS, 2018).

# Espaço geográfico

Em 20 de fevereiro de 1991, através da Lei nº 15/91, foi criado o município de Mateiros - com seus devidos limites e confrontações; mateiros é um município locali- zado no estado do Tocantins, na região Norte do país, distante 220 km da capital, Pal- mas (MATEIROS, 2018). O destino faz parte da região turística Encantos do Jalapão, juntamente com municípios como Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo e São Félix do Tocantins, os principais segmentos turísticos nos quais Mateiros é comercializado são o Ecoturismo, o Turismo de Aventura e o Turismo Cultural (MATEIROS, 2018). Os principais atrativos de Mateiros, conforme constatado durante a pesquisa de campo, são as Dunas do Cerrado, os Fervedouros, o Rio Novo e a Comunidade Mumbuca, no Parque Estadual do Jalapão, além de eventos programados como o Festival da Colheita do Capim Dourado, no entanto a oferta de serviços e equipamentos em Ma- teiros ainda é modesta: o destino conta com 1 meio de hospedagem, segundo dados da RAIS, e não há estabelecimentos de alimentação registrados no destino (RAIS) e guias de turismo cadastrados (Cadastur) (MATEIROS, 2018).

Segundo o IBGE (2018), a geografia de Mateiros no Tocantins está elencada por meio de uma área da unidade territorial equivalente a 9.681,658 km²; o município dispõe de sistemas de segurança nas áreas de circulação turística, tanto do policia- mento militar quando de guardas e defesa civil. O Município dispõe ainda em sua região geográfica de domínio territorial de aeroporto municipal para voos particulares (MATEIROS, 2018).

# Características socioeconômicas do município

Segundo o IBGE (2017) o município de Mateiros no Tocantins dispõe de uma estrutura administrativa formada por Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sanea- mento e Turismo, cuja tem atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento da atividade no destino turístico. Com uma população de 2.219 habitantes e 9.591,54km2 de extensão territorial, o município possui um PIB de 51.358 e PIB per capita de1,5 salários-mínimos, segundo dados do IBGE (2021).

Ainda segundo o IBGE, apresenta 10,4% de domicílios com esgotamento sa- nitário adequado, 33,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

O ecoturismo, um dos principais segmentos turísticos comercializado no muni- cípio, é um dos setores de crescimento mais rápido da indústria do turismo e definido como viagem responsável a áreas naturais que conservam o meio ambiente e melho- ram o bem-estar da população local (MTUR, 2018). O ecoturismo, que utiliza o sertão e as praias, também se tornou uma possibilidade atraente para países que nunca pensaram que tinham algo a oferecer ao turista; florestas nubladas e lagos ferventes, desertos escaldantes e regiões de tundra vazias começaram a ser abertas ao turismo e muitas operadoras oferecem essas atividades desde safaris na África até a explora- ção das espetaculares paisagens do Jalapão (MTUR, 2015).

De acordo com a MTUR (2018), o Turismo da Natureza está crescendo a 10- 12% ao ano no mercado internacional e ‘turismo experiencial’ - que engloba o eco- turismo, a natureza, o patrimônio, o turismo cultural e de aventura suave, bem como sub-setores como rural e comunitário do turismo - está entre os setores que deverão crescer mais rapidamente nas próximas duas décadas.

No Município de Mateiros as características socioeconômicas estão elencadas a um conjunto de fatores que envolve não apenas as instancias da prefeitura e dos cidadãos, mas também o turismo e por isso dispõe de um conselho de meio ambien- te e turismo no município (SEDEN, 2018). De acordo com dados do próprio governo (SEDEN, 2018), em 2016, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos, sendo que ocupa boa posição em relação aos demais municípios do Estado de Tocantins.

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Para Oliveira & Piffer (2016), os atrativos turísticos da cidade de Mateiros estão espalhados nas áreas da cultura, história e natureza e diversos fatores contribuíram para a disseminação desses atrativos nessa região, em especial, a questão das pai- sagens naturais e a grande relevância na área cultural do conhecido capim dourado. Tanto a área cultural, natural quanto a histórica ganham aspecto de relevância no cenário nacional quando confrontadas com outras régios, em virtude da atividade ar- tesanal típica de muitos anos na comunidade denominada de Mumbuca (OLIVEIRA; PIFFER, 2016). Essa região e a comunidade espalhada por outros municípios do Tocantins e até outros estados, produzem o artesanato reconhecidamente no Brasil em outros países, produzindo brincos, colares, pulseiras e diversos outros artesana- tos como utensílios domésticos, tudo isso elencado, está diretamente ligado à tradi- ção local e a existência de tradição permeada por meio de associações locais, como

exemplo, a Associação Extrativista do Povoado de Mumbuca e a Akppm (OLIVEIRA; PIFFER, 2016).

Na Comunidade de Mumbuca, há forte tradição cultural local, que vai desde a contação de histórias folclóricas, diversas lendas originadas no próprio local, até o cultivo e a produção de farinha de mandioca, um forte componente econômico na comunidade, que contam inclusive com presença de órgãos do governo local para coordenação e desenvolvimento da cultura como destino turístico, por meio da Se- cretaria Municipal de Educação e Cultura (IBGE, 2017). Algumas dificuldades apa- rentes no Município de Mateiros, é a carência de equipamentos de lazer e atividades culturais mais elaboradas, assim como a falta de clubes e associações desportivas e ainda museus ou cinemas, a não existência de registro ou tombamento de patrimônio imaterial, artístico, nem a existência de um plano municipal de cultura nem legislação de incentivo à cultura, como por exemplo o FMC que é um fundo público destinado exclusivamente à promoção da cultura local (IBGE, 2017).

Mesmo não tendo tanta atuação ou movimentação por parte do poder público local na questão cultural, há iniciativas louváveis no campo do turismo natural; há diversos roteiros já bem sedimentados e de grandes expectativas para os visitantes (MTUR, 2015). Segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo, Mateiros possui além de local apropriado para atendimento ao turista, como o centro de infor- mação, disponibiliza também tecnologias como acesso a redes sem fio para a internet nos hotéis, pousadas, e há ainda, atuação por parte do governo municipal na fiscali- zação das hospedagens, principalmente na questão da vigilância sanitária.

O município de Mateiros está situado dentro do parque estadual do Jalapão, criado no ano de 2001, para preservação da região e dos seus recursos, assim, a unidade de conservação do jalapão protege abrange uma área de 34 mil km² (MATEI- ROS, 2018). Nessa região, os recursos naturais e toda a fauna e flora, encontram-se protegidos em virtude da criação do parque, pois com isso, pode-se proteger a área de desmatamentos, entradas e ocupações irregulares, caça predatória entre outros e a região é composta não apenas por rios, paredões e dunas, mas por grandes áreas de caatinga, vegetação de cerrado (MATEIROS, 2018).

De acordo com o Ministério do Turismo (2015), os atrativos naturais do Municí- pio que mais atraem a atenção e desejo do turista são as Dunas do Jalapão, seguida de perto pela conhecida Cachoeira do Formiga e o fervedouro do Ceica, todas regiões de belos pontos naturais para o turista visitar, com preservação e manutenção das belezas naturais ali existentes. As festas locais atraem os turistas em busca da diver- sidade local à noite, como a Festa do Divino comemorada em agradecimento a Deus, a Festa da Colheita em agradecimento aos plantios de alimentos colhidos e ressal- tando-se ainda a comemoração do dia do Evangélico e a Estação Ecológica Da Serra Geral e no Parque Nacional Das Nascentes do Rio Parnaíba; a comunidade Mumbuca tradicional é muito visitada e a fazenda da região do Parnambi (MTUR, 2015).

Além disso, a cachoeira da Velha, fervedouros, a Serra do Espirito Santo, as praias, a Comunidade Mumbuca, a Praia dos Crentes, e os Campings, como por exem- plo o Vicente e a Pedra da Baliza (SECOM, 2015). Os fervedouros, cujo valor cobrado pelo acesso geralmente é R$ 10,00, são os seguintes: Fervedouro do Buritis; Ferve- douro do Rio Sono; Fervedouro do Recanto do Salto, o já citado Fervedouro do Ceiça; Fervedouro Buritizinho; Fervedouro Encontro das Águas (SECOM, 2015). Já as ca- choeiras, cujo valor do acesso é, geralmente, de R$ 20,00, são as seguintes: Cachoei- ra do Formiga; Cachoeira Camping do Vicente; Cachoeira da Velha (nesta cachoeira a entrada é gratuita, já que é um atrativo gerido pelo estado, tal como é o caso das dunas e da Serra do Espírito Santo (SECOM, 2015).

Como visto, um dos atrativos da região é o denominado Fervedouro do Encon- tro das Águas (MATEIROS, 2018). Mesmo não sendo o mais bonito ou maior atrativo ainda assim é demanda interesse devido a sua característica principal que é uma nascente de águas com alta pressão, fazendo com que a pessoa não afunde, fazendo com que essa atração natural seja única na região e atraia grande interesse de todos os turistas, garantindo uma experiencia inesquecível ao visitante (MATEIROS, 2018).

A prainha do Rio Novo é uma das atrações repleta de fortes correntezas, por- tanto, pode ser utilizada para prática de canoagem e turismo de aventura como estipu- lado pela secretaria de turismo da prefeitura local), por sua vez, a cachoeira da velha é uma das cachoeiras de água doce maiores da região e por isso tem grande visitação (MATEIROS, 2018).

# Referências

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2017. Cidades | v4.3.10.0. Dis- ponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama. Acesso em 01 dez. 2018.

IBGE. **Panorama dos Municípios**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/ brasil/to/mateiros/panorama. Acesso em 01 out. 2021.

MATEIROS. **Prefeitura Municipal de Mateiros**. 2018. História do Município, 2018. Disponível em: [http://www.mateiros.to.gov.br/historia-do-municipio.](http://www.mateiros.to.gov.br/historia-do-municipio) Acesso em: 01 de dez. 2018.

MATEIROS. Índice De Competitividade Do Turismo Nacional 65 Destinos Indutores Do Desenvolvimento Turístico Regional. 2011. Ministério do Turismo. Sebrae Nacio- nal. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/> turismo/o\_ministerio/publicacoes/Indice\_competitividade/2011/Mateiros\_relatorioanali- tico2011.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018;

MTUR. Ministério Do Turismo. Índice De Competitividade Do Turismo Nacional, Mateiros. 2015. FGV/MTUR/SEBRAE, 2015. Disponível em: [http://www.turismo.gov.](http://www.turismo.gov/) br/sites/default/turismo/o\_ministerio/publicacoes/Indice\_competitividade/2015/Matei- ros\_RA\_2015.pdf

OLIVEIRA, Nilton Marques de; PIFFER, Moacir. **Conjuntura do desenvolvimento re- gional dos municípios do estado do Tocantins**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate - ISSNe 2237-9029) v. 6, n. 3, p. 32-61, nov. 2016.

SECOM-TO. **Plano De Marketing Turístico Estratégico E Operacional**. SPI, OIKOS,

CHIAS. Versão final. Polo Turístico do Jalapão, 2015, p. 13.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens, Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p.15-36.

SEDEN. Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura. Estado do Tocantins. 2018. Disponível em: https://seden.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultu- ra/tocantins---historia/l-criacao-do-estado-do-tocantins---1988/. Acesso em: 01 dez. 2018.

# Capítulo 16

**SÃO RAIMUNDO NONATO - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

# História e economia da cidade

O município de São Raimundo Nonato é conhecido por sua ligação com sítios arqueológicos encontrados na região e foi criado no ano de 1912, contando hoje com cerca de 34.535 habitantes, segundo dados do IBGE (2018). Tem uma extensão de 2606 km², constituindo-se no município polo da microrregião com uma economia ba- seada nos setores primário e terciário (RIBEIRO, 2015).

O município foi oficialmente criado por meio de decreto em 1832e elevado à ca- tegoria de Município em 1850, mas somente em 1912 adquiriu status de Cidade, com a denominação de São Raimundo Nonato, pela Lei Estadual nº 669 de 26 de junho de 1912 (SRN, 2018). A cidade de São Raimundo, de acordo com pesquisas de Déborah Silva (2014), nasceu em meio a produção da pecuária e mão de obra escrava que dominava a região na época, principalmente no sudeste do estado do Piauí, as fa- zendas, na época sedes também da religião católica de origem portuguesa, abrigava escravos e esses propagavam famílias nas redondezas, fazendo crescer o povoado. Portanto, a ocupação demográfica da região onde atualmente se localiza a ci-

dade de São Raimundo Nonato se deu por meio da forte tendência inicial na pecuária de criação de gado, principalmente em virtude das grandes extensões de terras do sudeste do estado, que não dispunham de correta demarcação que pudesse limitar a fazenda, os gados eram criados livres no pasto e nas pastagens de outros fazendeiros (MACEDO, 2016).

De acordo com registros históricos Silva (2013), afirma que em muitos casos as terras eram certamente usurpadas dos povos locais por grandes criadores de gados, em virtude de seu poderio de defesa, os locais, cultivadores de pimentas e fazedores

de cerâmicas, perderiam suas terras para os companheiros de guerras e familiares de posseiros que conquistavam a forca as terras que pretendiam. A região, então, ocupa- da por lavouras menores e pequenos criadores deu origem a povoado; em meados de 1890 havia o surgimento inicial da possível cidade ainda rustica; tudo que se plantava era utilizado para vestir, comer e produzir utensílios domésticos (SILVA, 2013).

# Espaço geográfico

Segundo dados do IBGE, o município possui uma área de 2.428 km² com clima semiárido tropical e sub úmido seco; a superfície de São Raimundo Nonato, 241.559 hectares 2415,59 km² com altitude de 350 metros; localiza-se na microrregião de São Raimundo Nonato, mesorregião do Sudoeste Piauiense. O município tem 32.215 ha- bitantes de acordo com o IBGE e 2.606,8 km². (IBGE, 2018)

Abrangido ainda pelo Parque Nacional da Serra da Capivara, que contém mui- tos dos inúmeros refúgios rochosos do Parque Nacional da Serra da Capivara são decorados com pinturas rupestres, algumas com mais de 25.000 anos e são um tes- temunho excepcional de uma das mais antigas comunidades humanas da América do Sul (PORTALSRN, 2018).

Estabelecido em 1979, o Parque Nacional da Serra da Capivara cobre qua- se 129, 140 hectares, tem uma circunferência de 214 quilômetros, situa-se na zona morfoclimática da Caatinga brasileira, diferenciada pela multiplicidade de formações vegetais típicas das regiões semiáridas do Nordeste brasileiro e faz fronteira com duas grandes formações geológicas - a bacia sedimentar Maranhão-Piauí e a depres- são periférica do rio São Francisco - e é dotada de uma diversidade de vegetação de relevo e paisagens de tirar o fôlego e pontuada por vistas excepcionais dos vales circundantes, montanhas e planícies (RIBEIRO, 2015).

A área abriga um dos mais importantes sítios arqueológicos das Américas, con- tendo evidências e artefatos que forçaram uma ampla reavaliação das teorias tradi- cionais fundamentais que sustentam as origens da colonização humana nas América, com mais de 300 sítios arqueológicos, a maioria consistindo de pinturas rupestres e de parede que datam de 50.000 a 30.000 anos antes do presente, confirmando a presença milenar dos seres humanos no continente americano e a importância do patrimônio (MACEDO, 2016).

O estabelecimento formal do Parque serviu para garantir a preservação dos sítios arqueológicos, que são um testemunho do antigo assentamento humano na América do Sul, contidas em segurança nas delimitações claras e na zona tampão de 10 quilômetros, os locais da área permaneceram efetivamente protegidos e intactos, tanto em termos de preservação da integridade física quanto de valor histórico e cultu- ral (PORTALSRN, 2018). O Parque Nacional da Serra da Capivara contém evidências

da colonização por grupos culturais da região há milhares de anos, povoados esses que desenvolveram com sucesso práticas e padrões adaptados ao ambiente, além de expressões culturais ricas e complexas, como refletido no trabalho de arte rupestre sobrevivente que fornece uma prova tangível da riqueza cultural desses povos pré-co- loniais no Brasil (PORTALSRN, 2018).

O Parque Nacional da Serra da Capivara é administrado em conjunto pelo Ins- tituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), substi- tuído pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, esta- belecido por meio da Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, para administrar unidades de conservação (UC) em todo o Brasil, e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), uma ONG dedicada à pesquisa científica, além disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) contribui para o monitoramento, a fiscalização e a conservação do patrimônio arqueológico, em estreita cooperação com a FUMDHAM (SANTANA, 2016). O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado para proteger e preservar o patrimônio cultural e ecológico contido na área, os sítios arqueológicos relacionados são protegidos pela Lei Federal 3924 de 1961, o parque também está protegido pelo Decreto-Lei 25 de 1937, oficialmente designado como patrimônio da federação através da Portaria 54 de 16 de março de 1993 e inscrita no Livro do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Livro de Tombo Arqueo- lógico, Etnográfico e Paisagístico) sob o número de registro 108, página 70, em 28 de setembro de 1993 (SANTANA, 2016).

O fluxo contínuo de recursos financeiros e de cooperação internacional é es- sencial para dar continuidade às medidas previstas no Plano de Gestão elaborado pela FUMDHAM em 1991, com o objetivo principal de recuperar o equilíbrio entre a proteção do patrimônio cultural existente e o patrimônio ecológico, um esforço que requer monitoramento e vigilância permanentes, além de medidas para conservar os vestígios arqueológicos e fornecer infra-estrutura física para o acesso de visitantes (RIBEIRO, 2015). Atualmente, o principal desafio consiste em garantir o registro progressivo e sistemático (fotogrametria / metrologia) dos locais que contêm arte rupestre, a fim de possibilitar pesquisas futuras, bem como a execução de medidas de conservação em andamento, todas dependentes de programas nacionais e ininter- ruptos apoio internacional (RIBEIRO, 2015).

O Parque Nacional da Serra da Capivara e a conservação da área surgiram como essenciais para o futuro da região em virtude do crescimento e expansão do ecoturismo arqueológico, um dos principais motores do desenvolvimento econômico - o turismo tem aumentado constantemente desde a implementação dos primeiros pro- jetos de infraestrutura, incluindo o Museu do Homem Americano (IBGE, 2020). Para garantir a continuidade desses esforços, é necessária a consolidação de um sistema de gestão sustentável para o Parque Nacional da Serra da Capivara, com vistas a pro-

mover a coordenação estratégica das diversas iniciativas lançadas pela FUMDHAM e pelos órgãos governamentais participantes, incluindo IPHAN e ICMBio (IBGE, 2018). Além disso, promover maior acessibilidade e incentivos ao turismo, entre outras me- didas, é visto como uma estratégia potencialmente eficaz para gerar os meios adicio- nais necessários para manter e conservar a área no futuro (FARIAS, 2020).

# Características socioeconômicas do município

O município de São Raimundo Nonato está situado no estado do Piauí, com uma população estimada pelo IBGE em 2018 de 34.535 pessoas sendo a população no último censo em 2010 de 32.327 pessoas (IBGE, 2018). O município se estende por 2.415,6 km², situa-se a 350 metros de altitude, sendo o município que compõe o Parque Nacional da Serra da Capivara, patrimônio mundial (SRN, 2018)

A região é reconhecida como um polo de desenvolvimento regional e atende a uma grande quantidade de atividade comercial, não apenas a criação de gado ou turis- mo compõem o poder econômico do município, mas também as tradições culturais que ensejam a criação, por exemplo, do museu do homem americano que contém acervo de grande valor contando a vida pré histórica da região (OLIVERA FILHO, 2009).

Nesse museu encontram-se peças das mais variadas formas e épocas, como peças arqueológicas, paleontológicas e que cultivam a imaginação do visitante por meio da exposição aliada a tecnologia avançada que recria paisagens, pinturas rupes- tres e conteúdos repletos de informações sobre a localidade (RIBEIRO, 2015).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

A descoberta dos vestígios de uma sociedade pré-histórica deu impulso para a criação do Parque nacional da Capivara no Piauí, sendo então objeto de proteção inclusive da UNESCO por sua importância arqueológica, o que fez com que São Rai- mundo Nonato pudesse adquirir grande potencialidade de interação, considerando-se que, a partir de então, a cidade torna-se turística por causa do Parque (RIBEIRO, 2015).

Devido ao parque nacional da Capivara, criou-se o Museu da Natureza, um complexo cultural inédito no Piauí, propondo aos visitantes e entusiastas do meio am- biente e cultura uma grande imersão pela história natural da região, partindo desde o início da vida tal qual a conhecemos ao surgimento da nossa espécie e a influência do ser humano no clima, especialmente em um período de constantes mudanças climáti- cas (SRN, 2018).

A importância dessa região para o turismo se dá principalmente por suas desco- bertas arqueológicas o que atrai muitos visitantes, de todos os locais, tanto brasileiros

quanto estrangeiros, nesse sentido, o patrimônio e a conservação se tornaram temas importantes nas discussões atuais sobre o lugar, a identidade cultural e a preservação do passado (RIBEIRO, 2015). Os sítios arqueológicos fazem parte do patrimônio e de sua exposição, certamente antes do uso do termo “patrimônio” e do estudo formal do turismo, No entanto, as preocupações atuais com o ritmo crescente de destruição do local podem ser atribuídas à percepção entre o público e os profissionais de que os sí- tios arqueológicos, como o ambiente natural, são recursos finitos não renováveis que se deterioram a uma taxa crescente e essa deterioração decorre de uma ampla gama de causas, que vão desde a negligência e má gestão até o aumento da visitação e do vandalismo, de tratamentos passados inadequados à manutenção diferida (RIBEIRO, 2015). Sem dúvida, as recentes pressões dos benefícios econômicos das atividades turísticas em conjunto com o aumento da comunicação e da mobilidade causaram da- nos acelerados a muitos locais despreparados para o desenvolvimento e a visitação (RIBEIRO, 2015).

Os sítios arqueológicos também são lugares notáveis para visitar (OLIVEIRA FILHO, 2009), muitas vezes situados em penhascos traiçoeiramente íngremes e es- condido nos vales isolados do Nordeste, eles contêm uma das mais importantes e espetaculares obras de arte rupestre da América do Sul, de acordo com a Unesco e causa bastante controvérsia (SILVA, 2014). A arte rupestre está sendo datada há cerca de 25.000 anos, enquanto um pequeno número de eminentes especialistas em arte rupestre está propondo uma data ainda mais antiga - talvez já há 36.000 anos (SILVA, 2014).

Segundo Macedo (2016), antes da designação da área como Parque Nacional, os locais de arte rupestre eram difíceis e muitas vezes perigosos para entrar, nos tem- pos antigos, essa inacessibilidade deve ter aumentado a importância dos locais e, de fato, daqueles que pintaram nas rochas. Ainda de acordo com o autor, esta arte de ro- cha ‘perigosa’ tende a ser pintada em vários tons de vermelho usando ocre (hematita), que naturalmente sangra do afloramento de rocha exposta circundante, embora oca- sionalmente amarelo (limonita) e pigmentos cinza também foram usados, com cada painel (ou tela) geralmente tomando a forma de um longo bloco linear de imagens, dispostas cerca de 0,5 a 2 m acima do piso original e estendendo-se por algumas dezenas de metros de comprimento, ocasionalmente, enchendo todo o comprimento do abrigo rochoso ou saliência naturalmente formados. A maioria das imagens parece estar estrategicamente colocada, geralmente dentro de depressões naturais (MACE- DO, 2016).

Ainda de acordo com Ribeiro (2015), animais selvagens e figuras humanas dominam a arte rupestre e são incorporados em cenas frequentemente complexas envolvendo caça, seres sobrenaturais, atividade sexual (incluindo cenas bestiais), es- caramuça e dança. Os artistas retratavam os animais que percorriam a floresta antiga

local: veados, tatu, capivara (um grande roedor), jaguar, lagarto, anta e a ema gigante (um tipo de avestruz extinto), entre outros, com o animal simplesmente pintado em contorno, ou totalmente preenchido, ou internamente decorado com padrões geomé- tricos ou fileiras de pontos (RIBEIRO, 2015). Os grandes mamíferos geralmente são pintados em grupos e tendem a ser mostrados em uma postura de corrida, como se estivessem tentando fugir das caçadas (RIBEIRO, 2015).

Também são retratadas linhas de figuras humanas e animais - também pare- cem de grande importância para esses artistas antigos e podem representar unidades familiares ou grupos de guerreiros, em vários painéis, fileiras de figuras estilísticas, algumas com até 30 figuras individuais, foram pintadas usando os contornos ondu- lantes naturais da superfície da rocha, evocando assim os contornos da paisagem circundante (RIBEIRO, 2015). Outras ocorrências interessantes, mas muito raras, são cenas que mostram pequenas figuras humanas segurando e dançando em torno de uma árvore, possivelmente envolvidas em alguma forma de dança ritual - bastante semelhante à maneira como as crianças tradicionalmente dançam ao redor de um mastro (RIBEIRO, 2015).

# Referências

IBGE. Panorama das cidades Brasileiras. 2018. Disponível em: https://cidades.ibge. gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama

GEORGE, Pierre. Os métodos da Geografia. São Paulo, Ed. Difel 1978. GEORGE. Pierre. O Homem na Terra. A Geografia em Ação. Lisboa : Edições 70, 1993.

MACEDO, Jorge Luiz de. Análise do sistema de abastecimento de água de São Rai- mundo Nonato – Piauí da companhia de saneamento básico sob o foco do planeja- mento e controle da produção. 84 f. Dissertação de Mestrado Apresentado ao Progra- ma de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

FARIAS, Rafael Araújo Sousa. Diga-me como és que eu te digo qual o teu resultado: um estudo sobre instituições, serviços de suporte, relacionamentos e desempenho em destinos turísticos. 2020. 476 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Univer- sidade de Brasília, Brasília, 2020.

OLIVEIRA FILHO, Raimundo Coelho de. Maria do Socorro Lira Monteiro. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? Turismo em Análise, v.20, n.2, agosto 2009.

PORTALSRN. Cidade Verde, 2018. Disponível em: [https://cidadeverde.com/saorai-](https://cidadeverde.com/saoraimundononato) [mundononato.](https://cidadeverde.com/saoraimundononato)

RIBEIRO, Antonio José Castelo Branco. O Parque Nacional da Serra da Capivara e a urbanização de São Raimundo Nonato: transformações socioespaciais no Piauí e suas repercussões no entendimento de sertão. Recife: Tese (doutorado) - Universida- de Federal de Pernambuco, CFCH-UFPE, 2015.

SANTANA, Elizabeth Abreu De Sousa. O Parque Nacional Da Serra Da Capivara: Tu- rismo Arqueológico No Município De São Raimundo Nonato/Pi. Mestrado Profissional Em Gestão De Negócios Turísticos. Universidade Estadual Do Ceará, Fortaleza, CE, 2016.

SILVA, Déborah Gonsalves. Família Escrava: Casamento E Compadrio Na Vila De São Raimundo Nonato-Piauí (1871-1888). Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacio- nal de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014, disponível em: file:///C:/Users/a/Downloads/2201-6462-1-PB. pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, Déborah Gonsalves. Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre es- cravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888) / Déborah Gonsalves Silva. – São Luís, 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de PósGraduação História Social, 2013. CDU 326.3:316.812.1 (812.2)

SRN. Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato. Disponível em: [http://saoraimun-](http://saoraimundononato.pi.gov.br/portal/sobre-o-municipio/) [dononato.pi.gov.br/portal/sobre-o-municipio/](http://saoraimundononato.pi.gov.br/portal/sobre-o-municipio/). Acesso em 01 dez. 2018.

# Capítulo 17

**BARCELOS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

O Município de Barcelos localizado no estado do Amazonas foi fundado em 1758 e segundo dados históricos disponíveis na prefeitura de Barcelos (2018), a ci- dade nasceu como muitas outras, por meio de povoados, neste caso, mais especi- ficamente uma aldeia, denominada de aldeia Mariuá. A data de fundação da cidade remonta meados dos anos de 1728, incialmente chamada de Missão de Nossa Se- nhora da Conceição de Mariuá, por intermédio de um frei chamado Carmelita Matias, com a primeira capela, comum na época de início das cidades brasileiras, nascida de palha com nome de Nossa Senhora da Conceição, e em seguida, passando por um crescimento inicial, a cidade teve um ponto de atendimento hospitalar e logo depois um colégio (BARCELOS, 2018).

Após alguns anos, a cidade de Barcelos, ainda uma aldeia, foi criada oficial- mente como uma comarca no ano de 1876, por meio de um ato estadual de número 45, no ano de 1930, foi criada a cidade Município de Barcelos (BARCELOS, 2018). A localização estratégica da cidade, a margem do rio negro é notável do ponto de vista de acesso, especificamente por via fluvial, uma vez que a distância da capital, a apro- ximadamente 400 quilômetros, não contribui para o progresso, por isso a proximidade com um rio navegável é crucial (LADILAU, 2017).

A cidade conta com diversas ilhas locais, navegáveis que contribuem para o turismo ecológico, sendo o maior arquipélago do mundo, com águas negras e brancas (cristalinas) em diversas partes da região, havendo ainda a presença natural de serras que despontam como belezas naturais, dentre essas, encontra-se a serra de Aracá que abriga a cachoeira do Eldorado, a de maior queda livre do país, fora os muitos

atrativos, o município ganha destaque em relação aos demais que compõem a região amazônica por sua estruturação no ecoturismo (INOMATA, 2013).

O Ministério do Turismo (MTur, 2015) define o local de Barcelos como um desti- no de turismo de pesca, tendo a maior quantidade de tucunarés da região amazônica, estruturado para receber turistas interessados na pesca de aventura esportiva e no turismo natural ecológico, sendo acessível por via aérea, voos comerciais regulares em dias específicos da semana e via fluvial, por meio de barcos. A produção agrícola, baseada nas culturas de banana, açaí, castanha, macaxeira e mandioca, e não supre as necessidades do município, que importa a maioria dos gêneros alimentícios que consome, com a principal fonte de renda a pesca sustentável de peixes ornamentais, destacando-se pela grande produção e pela exportação, com mais de 20 milhões de peixes exportados para todo o mundo, principalmente para o Japão, sendo que de cada cinco peixes exportados, um é o cardinal (IBGE, 2018).

# Espaço geográfico

A caracterização do território de Barcelos inicia-se por sua área territorial, de mais de 123.026 km², maior que muitos estados e países mundo afora, localizada a 401 km de Manaus, teve em 2010 no último censo do IBGE um IDHM de 0,500, uma população de 25.718 habitantes, densidade demográfica de 0,21 hab/km² (IBGE, 2018). De acordo com Ladislau (2017) o Município de Barcelos, notadamente e predo- minantemente composto por pessoas vindas de outras regiões, não naturais de Barce- los, com cerca de 37% dos pescadores da região que residem na zona rural e 53% dos que residem na zona urbana vindo de outras localidades, que fazem uso da pesca de peixes ornamentais para sobreviverem economicamente. O crescimento populacional do Município foi de mais de 130% nos últimos censos do IBGE, passando de 11 mil

pessoas em média no ano de 1991, ara mais de 25 mil em 2010 (INOMATA, 2013).

As distancias quilométricas entre a zona rural, onde encontram-se os pesca- dores ornamentais e as cidades mais próximas, fazem com que muitos declarem sua naturalidade como sendo o rio e a comunidade local (LADISLAU, 2017). Como visto, a localização do Município de Barcelos que é ao lado do Rio Negro, é o maior do estado do amazonas e mesmo que sua população oficial seja modesta, de apenas, cerca de 25 mil habitantes em estimativas de 2016 do IBGE, ainda assim, o município é de gran- de importância por sua extensão territorial e por sua riqueza natural.

Após o fim do ciclo da borracha, que movimentou os anos do século 20 findan- do em meados dos anos 50 até 70, a nova fonte de receita da região são os peixes ornamentais, o comercio extrativista que atrai atenção do mundo inteiro, sendo a re- gião de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, extremamente sedimentados na pesca (LADISLAU, 2017).

# Características socioeconômicas do município

Em 2019, o salário médio mensal era de 1.6 salários-mínimos, com a proporção de pessoas ocupadas de 4.3% (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Barcelos é 0,500, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desen- volvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,728, seguida de Renda, com índice de 0,545, e de Educação, com índice de 0,315 (IBGE, 2010).

O extrativismo de peixes ornamentais de água doce tem grande importância em Barcelos-AM, onde 60% da economia do município é atribuída à pesca desses peixes, sendo que o Brasil somente se destaca como grande exportador de peixes ornamentais devido aos milhões de peixes que são coletados na Bacia Amazônica, em especial nesse município (RIBEIRO et al., 2017).

Assim, a principal característica socioeconômica do Município de Barcelos, como visto, é a pesca de peixes ornamentais, que serve o comércio não apenas da região amazônica, mas principalmente do sudeste do Brasil em estados como São Paulo e Rio de janeiro, maiores compradores, e ainda, a exportação para países vizi- nhos (LADISLAU, 2017). Além da pesca, a agricultura se faz presente na região, com plantações de mandiocas, milho, feijão e outros alimentos; além disso, a extração de fibras como a piaçava, frutos e madeira estão entre os dados socioeconômicos da região (LADISLAU, 2017).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

O turismo é uma importante fonte de renda, suplementar e possivelmente subs- tituir os setores agrícola e extrativo em muitas regiões, como no caso de Barcelos no Amazonas, as unidades populacionais de peixes e as oportunidades de pesca recrea- tiva que oferecem são uma das muitas atrações baseadas em recursos naturais que atraem turistas, e em projetos bem sucedidos de pesca ecológica como o de Barcelos, os pescadores e as populações locais podem se tornar constituintes viáveis para a conservação dos recursos utilizados (MTUR, 2018). Com um número significativo de pescadores turistas na região e sua afinidade típica com o meio ambiente, a pesca esportiva na região de Barcelos, capital do peixe ornamental, pode ser uma ferramenta aliada ao gerenciamento sustentável de recursos e para o desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2010).

O papel da pesca recreativa na gestão sustentável de recursos e no desenvolvi- mento econômico da região amazônica é de grande potencial para estimular significa- tivamente o desenvolvimento econômico, por exemplo, o setor de turismo na região de Barcelos, por causa das belezas naturais e dos peixes ornamentais e pesca esportiva,

suporta várias atividades econômicas relacionadas à pesca, como viagens, acomoda- ção, aluguel de barcos, construção ou conserto de motores, isca e fornecimento de suprimentos, infraestrutura, restaurantes e etc. (INOMATA, 2013).

A cooperação entre ecoturismo e atividades de pesca tem fornecido apoio vital à economia de pequenas vilas de pescadores, especialmente porque essas comunida- des tendem a depender excessivamente dos peixes como uma fonte única de renda e nutrição e esquemas de diversificação por meio de receitas alternativas, como o eco- turismo, são necessários para melhorar os meios de subsistência locais e, ao mesmo tempo, enfrentar a lucratividade e o emprego em declínio no setor das pescas (ADHB, 2017).

O município de Barcelos, como visto, desponta no cenário nacional e internacio- nal como sendo um polo de peixes ornamentais (BARCELOS, 2018). Entretanto, não é apenas isso que faz do município ser reconhecido como um destino turístico altamente atrativo, há ainda que chamar atenção para o fato de que é o município com a maior concentração de peixes tucunarés do Brasil, fazendo com que haja o batimento de um recorde de maior tucunaré já pescado de 12,445 quilos e não à toa a pesca esportiva é muito valorizada na região, sendo considerada o berço da modalidade de pesca ama- dora esportiva no Brasil, além de ser a pesca ecologicamente sustentável e valorizada por todos os locais e turistas (BARCELOS, 2018). A cidade, como não poderia ser di- ferente na região, é banhada e cercada de águas, pelos rios menores e principalmente pelo rio negro (BARCELOS, 2018).

Os atrativos turísticos ficam também por conta das paisagens exuberantes na natureza, como o Parque Nacional do Jaú, Parque estadual Serra do Aracá, a Ca- choeira do El Dorado que é considerada a maior queda d’água livre do Brasil, com qua- se 400m de altura, o abismo Guy Collet que é considerada a caverna mais profunda do Brasil (BARCELOS, 2018).

Além da pesca esportiva e o ecoturismo, os eventos promovidos na região atraem os turistas que participam de competições esportivas de pesca que geram receita significativa para as comunidades, tanto atraindo pescadores para competir, como criando uma atmosfera festiva para os participantes (LADISLAU, 2017). Dentre as atividades culturais encontram-se o festival do Peixe Ornamental que é um evento instituído no município em 1994, homenageando a cultura do município e a vida dos pescadores conhecidos como piabeiros, onde, na época da festa, expõe espécies ra- ras de peixes e os turistas elegem o mais exótico (INOMATA, 2013). A festa costuma atrair milhares de visitantes e apresenta uma programação de pesca desportiva, eco- turismo e espetáculos (INOMATA, 2013).

A cidade de Barcelos realiza ainda no mês de junho, o festival denominado de Arraial do Sr. Mamécio, realizado pela prefeitura municipal em parceria com comer- ciantes e comunidade local, em que a cidade é transformada e colorida em diversas ruas, contribundo para atratividade da região (BARCELOS, 2018).

# Referências

BARCELOS. **Prefeitura Municipal de Barcelos**. 2018. Disponível em: [http://prefeitu-](http://prefeitu-/) radebarcelos.com.br/. Acesso em: 30 nov. 2018.

ADHB. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil.** 2018. Barcelos, AM. Disponí- vel em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barcelos_am>. Acesso em 1 dez. 2018.

FERREIRA, Vanessa Andreia Martins, RODRIGUES, Tássia Tamires Estevão, YAMA- MOTO, Kedma Cristine, FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho, NOGUEIRA, António José Arsénia (2017): “Caracterização socioeconómica da pesca ornamental no muni- cípio de Barcelos, Amazonas, Brasil”, **Revista Observatorio de la Economía Lati- noamericana**, Brasil, (marzo 2017). Disponível em: línea: <http://www.eumed.net/cur-> secon/ecolat/br/17/pesca.html. Acesso em 10 jan. 2019.

IBGE. **Panorama Das Cidades Brasileiras**, 2018. Disponível em: [https://cidades.](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/panorama) [ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/panorama.](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barcelos/panorama) Acesso em 02 dez. 2018.

INOMATA, Sandrelly Oliveira. **Sustentabilidade ecológica e econômica da pesca comercial do município de Barcelos, região do médio rio Negro, Amazonas**. - Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013, p. 87

LADISLAU, Daniel da Silva. **Perfil sócio-econômico e etnoconhecimento ictiológi- co de “piabeiros” do município de Barcelos, Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos. Universidade Federal do Amazonas. Ladislau. 2017. 112 f.

MTUR. **Ministério do Turismo**. Instituto Casa Brasil de Cultura. Goiânia, 2010. Dis- ponível [em:http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\_ministerio/publicacoes/](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/) downloads\_publicacoes/barcelos.pdf. Acesso em 30 nov. 2018.

OLIVEIRA, Davi Marques de. **O Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município de Barcelos-AM**: Conscientização da População e Gestores. UFF/ICHS. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3373/1/Davi%20Marques%20de%20Oliveira.](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3373/1/Davi%20Marques%20de%20Oliveira.pdf.%20Acesso%20em%2030%20nov.%2020) [pdf. Acesso em 30 nov. 2018.](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3373/1/Davi%20Marques%20de%20Oliveira.pdf.%20Acesso%20em%2030%20nov.%2020)

RIBEIRO, Felipe de Azevedo Silva. LIMA, Marco Tulio. FERNANDES, Carlos João Ba- tista Kochenborger. **Panorama Do Mercado De Organismos Aquáticos Ornamen- tais**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA – Mossoró). Departamento de Ciências animais. Universidade Estadual Paulista (UNESP - Jaboticabal). Centro de Aqüicultura. 2017. Disponível em: [http://ablimno.org.br/boletins/pdf/bol\_38(2-3).](http://ablimno.org.br/boletins/pdf/bol_38(2-3)) pdf.

# Capítulo 18

**DIAMANTINA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

A cidade foi fundada em 1691 e no século XVIII os exploradores em busca de ouro fizeram uma descoberta surpreendente, que as pedras brancas encontradas no chão, usadas para peças de gamão, eram na verdade diamantes e, após essa desco- berta, a cidade prosperou, e igrejas e mansões barrocas ornamentadas começaram a ser construídas, sendo testemunhas hoje deste período secular de efervescência e riqueza (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

Diamantina, uma vila colonial situada como uma joia em um colar de monta- nhas rochosas inóspitas, lembra as façanhas de garimpeiros no século 18 e testemu- nha o triunfo do esforço cultural e artístico humano sobre o meio ambiente (SIQUEI- RA, OLIVEIRA, 2018). O Centro Histórico de Diamantina, localizado no coração de montanhas áridas e rochosas no nordeste de Minas Gerais, se eleva a 150m de um vale íngreme, com ruas sinuosas e irregulares seguindo a topografia natural, com uma arquitetura barroca diferente da de outras cidades brasileiras sem ser de madeira, e se distingue pela sua geometria e detalhes que indicam transferência em uma modes- ta escala de características arquitetônicas portuguesas (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2013, 3-17). Suas igrejas têm cores e texturas semelhantes às dos edifícios civis, e a maioria tem apenas uma torre, as habitações geminadas dos séculos XVIII e XIX regularmen- te alinhadas, com um ou dois pisos, são pintadas em cores vivas sobre fundo branco e contrastam com a pavimentação de lajes cinzenta das ruas (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2013, 3-17). O centro histórico atesta a conquista das regiões do interior do Brasil, ilustrando como exploradores, garimpeiros e representantes da Coroa Portuguesa forjaram uma cultura original no século XVIII, adaptando suas origens às realidades das Américas (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2013, 3-17).

Diamantina mostra como exploradores do território brasileiro, garimpeiros e re- presentantes da Coroa conseguiram adaptar modelos europeus a um contexto ame- ricano no século XVIII, criando uma cultura que foi fiel às suas raízes e ainda com- pletamente original, com um grupo urbano e arquitetônico perfeitamente integrado a uma paisagem selvagem, um bom exemplo de um espírito aventureiro combinado com uma busca pelo refinamento típico da natureza humana (SILVEIRA, et al., 2011). Esses padrões arquitetônicos inspirados pelos portugueses e o contorno urba-

no do Centro Histórico de Diamantina permanecem bem preservados, ambos os ele- mentos engenhosamente gravados nas encostas rochosas circundantes de diversas altitudes que dão origem a uma cidade estratificada separada de seus pontos mais altos a mais baixos em até 150 metros, com a associação entre o ambiente natural e o espaço urbano criando uma paisagem na qual o território circundante acidentado se funde perfeitamente com o corpo artístico do complexo urbano (LACERDA, 2017). O complexo urbano é exemplificado por uma configuração especial marcada pela im- plementação de estruturas de forma contínua, cadenciadas e escalonadas ao terreno irregular, dando expressão a um tecido urbano que foi preservado desde a sua for- mação no século XVIII, conforme registrado em uma variedade de mapas do período (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

A formação histórica do antigo Arraial do Tijuco, a contínua apropriação dos espaços relacionados e vias públicas ao longo dos séculos pelas festas religiosas tradicionais e o uso predominantemente residencial da área são os elementos chave subjacentes aos atributos que conferem ao local sua singularidade e Valor Universal Excepcional (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014).

A proteção do Centro Histórico de Diamantina foi introduzida pela primeira vez em 1938, após o reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro no Processo 64-T-38 e aplicação efetiva dessa proteção através do Decreto-Lei nº 25/37 e desde a década de 1950, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem trabalhado com a cidade, inclusive por meio de uma equipe de trabalho de emergên- cia, atuante no local (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

Em 1982 e 1986, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN

/ Fundação Nacional Pró-Memória (Fundação Nacional Pró-Memória) desenvolveu duas diretrizes técnicas (Diretrizes n° 01/82 e 01/86) para a Vila Santa Isabel, uma nova seção criada a partir da retirada de terras da Santa Casa de Caridade de Dia- mantina, com o objetivo de organizar a implantação de novas estruturas para garantir uma integração mais efetiva da área com o local demarcado (PORTAL SÃO FRAN- CISCO, 2018). O Plano Diretor de Diamantina (Lei Municipal nº 035/99), objeto de recomendações do ICOMOS para fins de reconhecimento como Patrimônio Histórico da UNESCO, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo tanto no Sítio Histó- rico quanto no entorno, inclusive no pé das montanhas Cristais, e uma salvaguarda

adicional na legislação, envolveu a criação do Grupo de Apoio Técnico (GAT) a fim de promover a revisão conjunta entre o IPHAN e o Governo Municipal de novos projetos de construção em áreas próximas ao Sítio Histórico (VIEIRA, et al. 2014).

Em 1999, Diamantina foi tombada como Patrimônio Cultural do Mundo pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (VIEIRA, et al. 2014).

Em 2002, a Superintendência do IPHAN-MG editou a Portaria 12/2002, que estabelece os limites e regras para a intervenção urbano-arquitetônica no complexo arquitetônico e urbano da cidade e nas áreas adjacentes e, entre outras medidas, a Diretiva reforçou as principais provisões municipais sobre uso e ocupação do solo em áreas ao redor do Sítio Histórico (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014). O Instituto Esta- dual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) designou a Serra dos Cristais como Propriedade Natural por meio de uma Designação de Marco Provisório aprovada em 14 de dezembro de 2000 e uma designação de Marco Permanente aprovada pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural

- CONEP) em 19 de novembro de 2010, ampliando a proteção legal do monumento natural, paisagem reconhecida como inseparável do Sítio Histórico (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

Estudos de marcação de terras em conexão com as Montanhas Cristais pelo IPHAN estão atualmente em desenvolvimento, com vistas a fortalecer a proteção do monumento natural, um fator crítico para a compreensão do contexto e singularidade do Sítio Histórico de Diamantina como uma paisagem única (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014).

# Espaço geográfico

A cidade de Diamantina está localizada na região central do estado de Minas Gerais, dista aproximadamente 285 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte e foi fundada no dia 06 de março de 1831. Na classificação de regiões, a cidade está na mesorregião do vale do Jequitinhonha com altitude de 1280 metros, faz com que a cidade tenha serras e montanhas propícias para a região turística encantar os visi- tantes (DIAMANTINA, 2018). O município possui uma população de 47.924 estimada para 202, com densidade geográfica de 11,86 habitantes por quilômetro quadrado e a área de unidade territorial de 3.892 quilômetros por metro quadrado (IBGE, 2021).

A cidade tem diversos rios, riachos, nascentes e cachoeiras que banham sua extensão, notadamente os rios do Ribeirão do Inferno e o Rio Jequitinhonha e, em virtude da irregularidade dos terrenos acidentados por montanhas, a cidade desponta como destino de quedas d’água e cachoeiras com paisagens naturais únicas e ines- quecíveis (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014).

Diamantina é destino turístico por suas belezas naturais, arquitetônico e grande patrimônio cultural, tendo sido inclusive, a terra de nascimento do presidente Jusce- lino Kubitschek que primeiro teve a ideia de criar a capital federal atual em idos da década de 50 (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014).

# Características socioeconômicas do município

Diamantina, com o título de patrimônio cultural da Unesco, ganha ares de ci- dade histórica protegida internacionalmente e com isso turismo religioso, cultural e natural; o turismo, desponta com papel preponderante na expansão e desenvolvimen- to social e econômico do município (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014). De acordo com esses autores, as características socioeconômicas do município de Diamantina são ainda no sentido de que o setor de turismo na região é responsável pela transforma- ção da vida local de simples ruralistas para empreendedores do turismo, não apenas natural e de aventura, mas o turismo rural; a constante proposta de desenvolvimento e expansão do município está em linha estreita com o desenvolvimento social e eco- nômico e a sua equivalência no turismo (SILVEIRA; MEDAGLIA, 2014).

A cidade tem atrações nas áreas cultural, natural, patrimônio histórico e arqui- tetônico, explorada pela extração de ouro, não está de fora dessa formação inicial baseada em sua ligação com esse metal precioso, com seus casarões coloniais da época do reinado e também com inspirações barrocas, além disso, edificações histó- ricas com igrejas antigas com séculos de existência (MEDAGLIA; SILVEIRA).

# Atrativos turísticos (naturais, históricos e culturais) e festa populares

Como atrativos naturais, temos o Parque Estadual do Biribiri, a 15 km do centro de Diamantina, na região da Serra do Espinhaço, com cerca de 17 mil hectares de matas virgens, imensos paredões, lindas cachoeiras e pinturas rupestres que contam a história dos nossos antepassados, segundo estudos arqueológicos, as pinturas fo- ram feitas por índios nômades que pescavam na região (SILVA, 2014).

A fauna predominante é típica do Cerrado e tem animais como a onça parda e o lobo-guará, as cachoeiras, além de lindas, formam piscinas naturais propícias para

o banho, uma das mais famosas é a da Sentinela, com um ótimo poço (SILVA, 2014). Na área do parque fica também a Vila de Biribiri, nascida de uma extinta fábrica de te- cidos do final do século XIX e tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (DIAMANTINA, 2018).

Como atrativos históricos e arquitetônicos, citamos a Catedral Metropolitana de Santo Antônio da Sé, construída entre os anos de 1930 e 1940, localizada na região central da cidade e sua estrutura externa é simples, em tons de branco e azul que

reforçam uma aparência bem tradicional, com os altares laterais remetendo ao bar- roco, assim como boa parte da decoração; muitas igrejas de Minas Gerais têm a arte barroca como ponto em comum, já que esse movimento artístico foi bastante forte no Brasil, especialmente nesse estado (LACERDA, 2017).

O Museu do Diamante é o melhor lugar para se ter uma ideia de como era a vida cotidiana nos dias de mineração, descendo uma colina é a Igreja de Nossa Se- nhora do Rosário e, de particular interesse, é uma árvore crescendo em frente à igreja com uma grande cruz de madeira embutida no caminhão (DIAMANTINA, 2018). Diz a lenda que o padre de Rosário colocou uma cruz de madeira na frente para comemorar a antiga catedral que foi demolida em 1932, uma figueira brotou em volta dela, fazen- do a cruz parecer florir, há uma foto da árvore nesta etapa no Museu do Diamante (DIAMANTINA, 2018).

Há outros atrativos turísticos como a antiga Casa da Intendência, Capela Nossa Senhora da Luz, Conselheiro Mata, Teatro Santa Izabel, antiga Estação Ferroviária de Diamantina, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, Edifício do Fórum, Igreja Nossa Senhora do Amparo, Igreja Nossa Senhora das Mêrces, Biblioteca Antô- nio Torres (Casa do Muxarabiê), Mercado Velho – Centro Cultural David Ribeiro, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Basílica Sagrado Coração de Jesus e Igreja de São Francisco de Assis (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

A cidade de Diamantina é considerada um município com tradições religiosas fortes, e não é por acaso que na época das comemorações da semana santa, em meados de abril, ocorrem celebrações diversas em comemoração a padroeiras e a santa fé, com procissões ocorrendo na semana antes do Domingo de Ramos, e na quarta-feira de cinzas, também há cortejos e procissões na igreja São Francisco (SI- QUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

No centro da cidade, na catedral da Sé, ocorre cortejos com a Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, em procissão que sai desde a Igreja do Carmo, com a cidade inteira recebe enfeites e é preparada para as festas Antônio (SIQUEIRA, OLI- VEIRA, 2018). A festa de Santo Antônio também padroeiro da cidade de Diamantina, ocorre no mês de junho e ocorre na catedral metropolitana assim como na Capela de Santo Antônio (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018). Nesse espaço são montadas centenas de barracas de todos os tipos com comidas típicas, doces regionais, queijos e todas as iguarias existentes na região, além disso, a cidade comemora com fogos e hastea- mento dos mastros de bandeiras regionais e comemorativas das festas (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

Há ainda a festa do divino espírito santo ocorrendo de forma tradicional há de- zenas de anos desde meados de 1745, considerada uma festa sem precedentes de origem e remontagem histórico-cultural-folclórica, com danças de grupos regionais do folclore e de modernas formas de danças com os mais jovens, mas não perdendo a centenariedade da importância histórica (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

Na festa junina há comemorações ainda com desfiles e cortejos imperiais re- montando épocas passadas em Roma, lembrando ainda a santíssima Trindade e Jesus Cristo como sendo a terceira pessoa da “trindade”, ocorrem ainda comemorações re- ligiosas ao espírito santo encenado com o batismo de Jesus Cristo e aparecimento da pomba branca locais (VIEIRA, et al. 2014). No domingo da ressureição encenado com o Pentecostes, esteiam-se as bandeiras do divino com recolhimento de doações para os necessitados, que depois são distribuídos por organizações não governamentais locais (VIEIRA, et al. 2014). Mais tarde no mês de outubro, acontece ainda uma festa tradicional, chamada Festa do Rosário, comemoração realizada na Igreja do Rosário, centenária construção que desde a época da escravidão (SILVEIRA, et al., 2011).

Outros festivais também ocorrem, como a festa denominada de Vesperata, de abril a outubro, comemorada culturalmente por toda a região, com as atrações sendo músicos locais passeando pela cidade de Diamantina e tocando seus instrumentos, desde músicas antigas de roça até músicas modernas para alegrar os turistas e man- ter viva a tradição, que é trazer alegria às pessoas, essa comemoração ganhou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (GUIMARÃES; FERREIRA, 2006)

No mês de setembro de cada ano, acontece ainda os eventos por toda a cidade denominados de serestas, com músicas e apresentações feitas em todas as regiões da cidade, de casa em casa e nas esquinas, seguindo uma tradição da época do tro- vadorismo encenada por poetas e cantores de histórias (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

Há na cidade de Diamantina ainda o carnaval de rua, que não era assim consi- derado pelo menos antes do início do presente século, quando ainda era dançado em ambientes fechados e atualmente, conta com uma abundante a quantidade de bloco de rua que saem por toda a cidade (SIQUEIRA, OLIVEIRA, 2018).

Hotéis são abundantes na cidade, como a grande e luxuosa Pousada do Ga- rimpo, apenas a 5 minutos a pé do centro turístico, o Hotel do Tijuca, uma criação de Niemeyer, possui quartos e sacadas bem iluminados e coloridos, com belas vistas da cidade e o Salia Hotel, que fica a uma curta distância da catedral, instalado em um belo edifício de dois andares, o hotel oferece quartos com muito caráter e belas vistas da praça (NASCIMENTO, 2015).

# Referências

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina. **História de Diamantina.** 2018. Disponível em: [http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/historia-de-diamantina/.](http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/historia-de-diamantina/) Acesso em: 06 dez. 2018.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina. **Informações Geográficas.** 2018. Dispo- nível em: [http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/informacoes-geograficas/.](http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/informacoes-geograficas/) Acesso em: 06 dez. 2018.

GUIMARÃES, E. P.; FERREIRA, W. R. **Turismo de eventos e seus impactos:** o caso da Vesperata em Diamantina - MG. Reuna, v. 11, n. 3, p. 71-95, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Diamantina.** 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama>. Acesso em: 01 out. 2021

LACERDA, Mariana de Oliveira; SAADI, Allaoua. Paisagem garimpeira no planalto de Diamantina, Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, 2017, 6(2): 15-26.

MEDAGLIA, Juliana; MAYNART, Karla; SILVEIRA, Carlos Eduardo. **A Segmentação de Mercado e a Demanda Turística Real em Diamantina/MG e Região**. ebape.fgv. br/revistaoit, **Revista Acadêmica**. Observatório de Inovação no Turismo, FGV, 2013

NASCIMENTO, Jéssica. **Estudo Comparativo Entre A Pesquisa De Demanda Tu- rística Real De Diamantina - Mg E Os Registros De Demanda Nos Livros De Assi- natura Dos Museus**. Ix Fórum Internacional De Turismo Do Iguassu 17 a 19 de junho de 2015. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil, 2015.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Diamantina.** 2018. Disponível em: https://www.portal- saofrancisco.com.br/turismo/diamantina. Acesso em: 06 dez. 2018.

SILVA, Diego Rodrigues da; SANT’ANNA, Paulo Afrânio. **Turismo e Confronto com a Identidade Cultural**: impactos psicossociais daatividade turística em Diamantina-MG. Turismo em Análise. ISSN 1984-4867. Vol. 25, n. 3, dezembro, 2014

SILVEIRA, Carlos Eduardo Silveira; MEDAGLIA, Juliana [org]. **Desenvolvimento tu- rístico em cidades históricas:** estudos de caso de Diamantina/MG – Diamantina : UFVJM, 2014.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; BULHÕES, Nauê Gonçalves; JU- NIOR, Ronaldo Flaviano de Souza. Caminhos do turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM:** Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012 Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM.

SIQUEIRA, Eberton da Costa; OLIVEIRA, Izabel Cristina Carvalho de. **Turismo E Comunicação: Análise Da Oferta De Aplicativos Nos Destinos De Diamantina E Ouro Preto.** CULTUR, ano 12 - nº 01 – Fev/2018. v. 12 n. 1 (2018): Edição Especial II SEMPIT

VIEIRA, G.D.; Scalco, R.F.; Medaglia-Silveira, J.; Silveira, C.E. **Mercado e perfil do ecoturista de Diamantina (MG):** um estudo introdutório. Revista Brasileira de Ecotu- rismo, São Paulo, v.7, n.3, ago/out 2014, pp.482-499

# Capítulo 19

**FOZ DO IGUAÇU - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

# João Barbosa França Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

**História e economia da cidade**

No ano de 1542 uma grande descoberta ocorreu, o espanhol Álvar Nuñez Cabe- za de Vaca visitou o Rio Iguaçu e foi guiado por índios da tribo Cainganges e, chegan- do as Cataratas, registrou o descobrimento das quedas (MARTINS, RUSCHMANN, 2010). Já em 1881, a cidade de Foz do Iguaçu recepcionou os primeiros habitantes, o espanhol Manuel Gonzáles, o brasileiro Pedro Martins da Silva e anos mais tarde, os irmãos Goycochéa chegaram, explorando a erva-mate e oito anos mais tarde, foi fundada a colônia militar na fronteira, onde foi o marco do começa da ocupação oficial do lugar pelos brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu (MARTINS, RUSCHMANN, 2010).

No início do século XX, os habitantes do município chegaram próximo há 2.000 pessoas e o então vilarejo disponibilizava uma hospedaria, quatro mercearias, quar- tel militar ainda rústico, estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura que possibilitava a existência dos que ali residiam (PMFI, 2018). No ano de 1910, a Colônia Militar passou a ser Vila Iguassu, sendo distrito do Município de Guarapuava e em 1912, o ministro da guerra emancipou a Colônia, passando a ser povoamento civil com responsabilidade do governo do Paraná, que criou então a Co- letoria Estadual da Vila (PMFI, 2018). Mais tarde em 1914, o Município de Vila Iguaçu foi criado pela lei 1.383, instalando oficialmente apenas no dia 10 de junho, com a posse do primeiro prefeito, na época Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara dos Vereadores e no ano de 1918, o município passou a chamar-se Foz do Iguaçu (MONSORES; BRAG, 2018).

O Parque Nacional do Iguaçu, teve sua ideia iniciada em 1916, com a passa- gem de Alberto Santos Dumont por Foz do Iguaçu, mais conhecido como Pai da Avia-

ção, que foi quem fundou oficialmente o Parque (PMFI, 2018). A área era pertencente ao uruguaio Jesus Val. Santos Dumont que intercedeu junto ao Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, para que fosse desapropriada e por fim tor- nada em patrimônio público, no ano de 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu (PMFI, 2018).

Em 1965, foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade (Brasil – Paraguai), que em conjunto com a disponibilidade da BR-277, que liga Foz do Iguaçu à Curitiba e ao litoral, em 1969, que levou o desenvolvimento acelerado ao município, intensi- ficando assim o comércio, em especial com a cidade do Paraguai Puerto Presidente Stroessner – atual Ciudad del Este (HENZ, GONÇALVES, 2016).

Mais tarde, na década de 70 deu-se início a construção da Hidrelétrica de Itai- pu, que provocou impactos significativos em toda a região, crescendo consideravel- mente o número de habitantes, que antes na construção da hidrelétrica, na década de 60, contava com 28.080 habitantes, já em 1970, ano do início da construção, subiu para 33.970 habitantes e na década de 80 apresentava mais de 136.320 habitantes, um aumento de 385% (PMFI, 2018).

A cidade brasileira de Foz do Iguaçu atravessou esse período de crescimento frenético durante os 18 anos em que a hidrelétrica de Itaipu estava em construção (concluída em 1982), quando a população cresceu mais de cinco vezes, mas desde que se estabeleceu e é relativamente agradável até onde vão as cidades fronteiriças (MARTINS, RUSCHMANN, 2010). A cidade funciona perfeitamente como uma base para explorar as Cataratas do Iguaçu no Brasil e na Argentina, bem como outras atra- ções na área, como Itaipu Binacional e Parque das Aves (MARTINS, RUSCHMANN, 2010).

# Espaço geográfico

Foz do Iguaçu localiza-se no extremo oeste do Paraná, fica exatamente na divi- sa do Brasil com a Argentina e Paraguai, o município é um centro turístico e econômi- co do oeste do Paraná, um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros, uma das maravilhas modernas, com cerca de 260mil habitantes, é caracterizado por sua diversidade cultural, em torno de 80 nacionalidades, entre elas oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina (PMFI, 2018).

Possui uma área urbana de 191,46 km2 e uma área rural de 138,17 km2, já a área do Lago artificial de Itaipu ocupa 149,10 km2 e a Ilha Acaray ocupa 0,38 km2, o município totaliza, portanto, 617,71 km2 quadrados (MONSORES; BRAG, 2018). Foz do Iguaçu está ao norte do município de Itaipulândia, ao sul com Puerto Iguazú, lado da Argentina, a leste dos municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e a oeste com Ciudad del Este do lado do Paraguai (CAVATORTA, CALDANA,

2017). O clima é subtropical úmido, com verões quentes, geadas com poucas incidên- cias e chuvas o ano todo, com temperatura média 22,1°C, média de umidade relativa do ar de 72,4%, precipitação pluviométrica média de 102,1 milímetros (CAVATORTA, CALDANA, 2017).

Conta com nove microbacias hidrográficas, sendo que sete estão no perímetro municipal, os principais rios são o Rio Paraná, Iguaçu, Tamanduá, São João, Almada, M’Boicy, Monjolo e outros (HENZ, GONÇALVES, 2016). Sua vegetação é caracteriza- da como sendo subtropical na região do Parque Nacional e floresta tropical na área de várzea nas margens dos rios; possuí um fuso horário de menos três horas em relação ao Meridiano Greenwich (HENZ, GONÇALVES, 2016).

O espaço geográfico de Foz do Iguaçu pode ser caracterizado ainda como uma região de fronteira internacional. Não por acaso, a travessia mais famosa da região para o Paraguai é local de turismo de compras de varejo (PAIVA, 2014).

# Características socioeconômicas do município

De acordo com o IBGE (2010), pode-se afirmar que em Foz do Iguaçu há 79.233 (90,2%) domicílios ocupados, 8.408 (9,6%) não ocupados e 185 (0,2%) coletivos (PMFI, 2011). A região oeste concentra uma população de mais de 1.100.000 habitantes, dis- tribuídos em 51 cidades; destas, 3 possuem uma população acima dos 100.000 habi- tantes, sendo elas Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (PMFI, 2011).

Na data de 1970 no auge da ocupação agrícola do oeste do Paraná por co- lonos migrados do sul do país do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o município possuía em média 34 mil habitantes, já no início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, houve um crescimento demográfico significativo (CAVATORTA, CALDANA, 2017). Analisando os dados é possível verificar que o constante quadro do perfil da po- pulação de Foz do Iguaçu, originou problemas socioeconômicos na atualidade, e sua consequência dá-se pela rápida constituição da população, atraídas pelos dois últimos ciclos econômicos, sendo a construção da Usina de Itaipu e o turismo de compras, que atraiu uma parcela dessa massa gerando novos iguaçuenses de baixa renda e pouca qualificação profissional, vivendo com a outra parcela de alta qualificação, mas menos numerosa e atuantes no setor de produção de energia elétrica e o comércio do turismo (PMFI, 2011).

As relações econômicas da região com os países vizinhos, de acordo com Henz e Gonçalves (2016), não são apenas por conta da usina de Itaipu, notadamente uma obra estratosférica que serve aos dois países, mas acima disso, por causa do cresci- mento econômico da região, tanto oficial quanto irregular de compra e venda de pro- dutos.

A cidade de Foz do Iguaçu, desponta em economia local ligada ao comercio, movimentado principalmente por sua ligação intrínseca com Argentina e Paraguai, dois

parceiros comerciais principais na América Latina, do Brasil, essa relação mutua de produção de bens, serviços, indústria, transcende a economia básica e localizada e perpassa para um patamar de economia solidaria não vista em outros locais do mundo (MONSORES, Oliveira; BRAG, 2018).

Segundo Cardin (2017), os dados oficiais de comercio entre Brasil e Paraguai são mais expressivos quando se analisa as características socioeconômicas do mu- nicípio de Foz do Iguaçu e seus pares na Argentina e no Paraguai, mais expressiva- mente a cidade de Ciudad Del Leste, a troca intercambiaria de informações, serviços e produtos entre essas cidades é abrupta e solidifica uma relação social e econômica não vista em outras partes do país e quiçá do mundo, somente na Ciudad del Leste há um PIB que equivale a metade do país, já Foz do Iguaçu é apenas uma coadjuvante no Brasil, não representando papel tão destacado no PIB quando o país vizinho (CARDIN, 2017).

Nessa perspectiva, a realidade socioeconômica na região de Foz do Iguaçu, passa pela intrínseca relação existente ali com seus vizinhos, empregando milhares de trabalhadores formais e informas dos dois lados da fronteira e ao mesmo tempo em que progridem como sociedade internacionalizada (CARDIN, 2017)

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Não há muito no mundo que se compare às 275 cachoeiras que compõem as impressionantes Cataratas do Iguaçu, que se estende pela fronteira do Brasil e da Argentina, fica não muito longe do Paraguai e neste passeio, é possível viajar de Foz do Iguaçu, no Brasil, até o Parque Nacional do Iguaçu, na Argentina, para explorar o Circuito Superior, o Circuito Inferior e a Garganta do Diabo (PMFI, 2018). O Circuito Inferior é composto por uma trilha de aproximadamente 1,3 km de comprimento que permite que se aproxime de algumas das menores cachoeiras do lado argentino, ca- minhando ao longo da trilha, que é equipada com banheiros e lanchonetes, chegará perto da Cachoeira Carlos Bozzetti e no Circuito Superior, que é acessível para cadei- rantes, é possível ver o topo das cachoeiras majestosas do lado argentino e desfrutar de uma vista panorâmica da área (CAVATORTA, CALDANA, 2017).

A Garganta do Diabo é onde a maior quantidade de água flui através das Cata- ratas do Iguaçu, a uma impressionante altitude de 80 metros, é um ponto obrigatório para as Cataratas do Iguaçu (CARDIN, 2017). Graças à passarela, pode-se chegar bem perto deste local, mas se o lado argentino não for o suficiente, vale experimentar a opção com o lado brasileiro (PMFI, 2018).

O fluxo de água em Foz do Iguaçu pode ser igual a três vezes o das Cataratas do Niágara e significativamente mais amplo do que as Cataratas Vitória, uma visita às Cataratas do Iguaçu é uma experiência de imersão na natureza por meio de trilhas de

caminhada na mata e pela proximidade da imensidão das cachoeiras do Rio Iguaçu (PMFI, 2018). Localizado no interior do Parque Nacional do Iguaçu, o entorno conta com uma estrutura qualificada para receber turistas, com centro de visitantes, estacio- namento, hotéis, restaurantes, ônibus, passeios adicionais, lojas, praças de alimenta- ção, trilha para acessar as cataratas e passeios de helicóptero, para uma visão privi- legiada das cachoeiras, podem ser contratados no local (MONSORES; BRAG, 2018). Mais perto das Cataratas do Iguaçu, é possível alcançar a Usina de Itaipu (Usi-

na Hidrelétrica de Itaipu), reconhecida como uma das maiores obras de engenharia moderna, a maior usina hidrelétrica em produção de energia e até recentemente a maior em tamanho, a administração da Usina de Itaipu oferece um serviço turístico organizado que inclui várias opções de visita nas áreas de engenharia, tecnologia, natureza e história local (PMFI, 2018).

O templo budista também merece a visita, com um centro de meditação com vista para as fronteiras, foi construído pelas comunidades chinesas da área tri-estadual do Brasil, Paraguai e Argentina, e é considerado como um dos maiores centros de me- ditação e estudo budista na América Latina (CARDIN, 2017). O Templo Budista em Foz do Iguaçu é uma grande área verde para meditar e relaxar e contemplar as numerosas esculturas e estátuas de vários deuses budistas e está localizado um pouco acima da cidade, oferecendo uma bela vista do centro da cidade de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no Paraguai, um lugar perfeito para fazer uma pausa de um dia atarefado (CAR- DIN, 2017).

Mesquita Omar Ibn Al-Khatab é um edifício muito bonito, nas cores branco e azul, localizado no centro da cidade de Foz do Iguaçu, com uma atmosfera acolhedora, oferecendo muitas informações sobre a cultura e religião do Islã é realmente merece- dora de uma visita (HENZ, GONÇALVES, 2016).

Uma coisa especial que os visitantes da região de Foz do Iguaçu têm que fazer é caminhar por duas pontes, as Pontes das Fronteiras, que conectam três países, o Brasil, Argentina e Paraguai (PMFI, 2018). Para ir do Brasil ao Paraguai, os visitantes têm que tomar a Ponte Internacional da Amizade e para fazer uma viagem à Argentina, à cidade de Puerto Iguazú, eles têm que caminhar ao longo da Ponte Internacional da Fraternidade, também chamada de Ponte Tancredo Neves, que significa ‘Ponte Inter- nacional da Irmandade’(PMFI, 2018). Nesse lugar também encontramos o Espaço das Américas, projetado pelo arquiteto Domingos Bongstabs, construído para ser utilizado em promoção da educação ambiental e promover a unidade cultural das Américas portuguesa e espanhola (PMFI, 2018).

Outra atração de Foz é o Iporã Show, apresentação que conta a história dos nove países da América do Sul usando trajes extravagantes e mudando o cenário, cantando músicas e realizando danças tradicionais, lá, se contempla a famosa dança de tango da Argentina, o samba brasileiro, além de ouvir belas músicas folclóricas sul-americanas (PMFI, 2018).

# Referências

CARDIN, Eric Gustavo. **Turismo em Foz do Iguaçu: as possíveis faces de um mesmo processo**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-se-> minario-trabalho-ret-2010/Eric\_Gustavo\_Cardin\_turismo\_em\_Foz%20do%20Iguau. pdf. Acesso em 10 jan. 2019.

CAVATORTA, Mateus Galvão; CALDANA, Nathan Felipe da Silva; CAMPANHA, Thia- ra Gonçalves. Relações Fronteiriças Entre Foz Do Iguaçu, Ciudad Del Este E Puer- to Iguazu: Aspectos Políticos, Econômicos E Sociais Que Promovem A Integração. **Geographia Opportuno Tempore**. Universidade Estadual de Londrina. EISSN: 2358- 1972 Volume 3, Número 1, 2017. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n.

1, p. 220 - 233, 2017

HENZ, Aline Patrícia; GONÇALVES, Danielly. **Análise Das Políticas Públicas De Fomento Para O Turismo Em Foz Do Iguaçu/PR**. Forum Internacional de Turismo do Iguassu. X Fórum Internacional De Turismo Do Iguassu. 15 a 17 de junho de 2016. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil, 2016.

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de; RUSCHMANN, Doris van de Meene. Desen- volvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR. Semintur ISSN 1806.0447. **ANAIS do VI Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul**. Sabe- res e Fazeres no Turismo: Interfaces. 9 e 10 de julho de 2010. Universidade Caxias do Sul. Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, 2010.

MONSORES, Carla de Oliveira; BRAG, Zaira Carvalho Cornélio. A Contribuição Da Construção Da Usina Hidrelétrica De Itaipu No Desenvolvimento Regional Da Cidade De Foz Do Iguaçu, À Luz Da Teoria De Base Da Exportação. **Revista Orbis Latina** ISSN: 2237.6976. v. 8, n. 1, 2018.

PAIVA, Carlos Águedo. **Plano De Desenvolvimento Econômico De Foz Do Iguaçu Diagnóstico.** Latus Consultoria. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 10 de abril de 2014

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **A Cidade.** 2018. Disponível em: http://

[www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004.](http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004) Acesso em: 06 dez. 2018.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Dados Econômicos de Foz do Iguaçu.** 2011. Disponível em: [http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501.](http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501) Acesso em: 06 dez. 2018.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **História da Cidade.** 2018. Disponível

em: [http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007.](http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007) Acesso em: 06 dez. 2018.

# Capítulo 20

**ILHABELA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

Ilhabela é um município da microrregião de Caraguatatuba, localizada na re- gião do litoral norte de São Paulo, a principal ilha é chamada de Ilha de São Sebastião e o arquipélago é o munícipio de Ilhabela (PMI, 2018). A descoberta da ilha foi em 1502 pelos portugueses, apesar da descoberta, o povoamento deu-se anos depois, a vila da ilha foi fundada de maneira oficial somente no ano de 1806, e era chamada de Vila Bela da Princesa; o município passou-se a se chamar de Ilhabela apenas no ano de 1945 e em 1977 quase a totalidade do arquipélago foi declarado um parque esta- dual, bem como uma reserva da biosfera pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (PMI, 2018).

Ilhabela é uma cidade considerada um arquipélago, sendo uma das regiões mais bonitas do litoral brasileiro - 83% de sua área é preservada por meio do Parque Estadual de Ilhabela, a cidade conta com a maior reserva de Mata Atlântica do pla- neta (PMI, 2018). Sendo assim, encontra-se uma flora exuberante e fauna rica em biodiversidade, sua formosura é composta por 42 praias de vários estilos e cachoeiras abundantes (PMI, 2018).

A história de Ilhabela conta com várias lendas de piratas e corsários, é remetida aos engenhos de pinga que haviam até o término do século XIX; atualmente Ilhabela é um destino turístico consolidado, é reconhecida internacionalmente em virtude de seus eventos náuticos, como por exemplo, a Semana Internacional de Vela de Ilhabe- la, é o maior evento no ramo de velas da América Latina (PMI, 2018).

Ilhabela conta com praia, cachoeiras e montanhas, mesmo sendo uma cidade pequena, oferece infraestrutura completa aos seus visitantes, sendo um dos desti-

nos mais procurado da região do litoral norte por visitantes brasileiros e estrangeiros (ILHABELA, 2016).

Para o café da manhã, almoço e jantar, o visitante também pode contar com vários restaurantes e café próximos a Vila, depois podem passear no badalado centro histórico composto por diversas lojas de roupas, acessórios e artesanatos; no perío- do noturno o turista conta com vários atrativos, entre eles bares com mesas do lado externo e casas com música ao vivo e outras lideradas pelos DJ’s (ILHABELA, 2016, 2018).

Ilhabela é um dos poucos municípios que é um arquipélago marinho brasileiro, ou seja, Ilhabela é composta por 14 ilhas e ilhotes, curiosidade, o nome da cidade é escrito tudo junto e não separado como se vê comumente; entre as 14 ilhas, a maior é a Ilha de São Sebastião, a qual encontra-se a sede administrativa do município, numa área total de 346 km, sendo 84% tombado e consequentemente pertencente ao Parque Estadual de Ilhabela, como visto anteriormente (ILHABELA, 2016). As demais ilhas que a compõem são a Ilha dos Búzios, da Vitória, dos Pescadores e das Cabras, já os ilhotes são da Prainha, da Serraria, do Ribeirão, da Lagoa, das Galhetas, da Figueira, do Codó, Sumítica e das Cabras (ILHABELA, 2016).

# Espaço geográfico

Segundo dados do IBGE, possuí uma área de 347,5 km quadrados de exten- são, está há uma distância de 190 km de São Paulo e mais 20 minutos de balsa, há 435 km do Rio de Janeiro e mais 20 de balsa, apenas 6 km de São Sebastião e mais 20 minutos de balsa, há 30 km de Caraguatatuba e mais 20 minutos de balsa e há 116 km de São José dos Campos também com mais 20 minutos de balsa (ILHABELA, 2016). Sua característica topográfica é montanhosa, seu solo é de rochas alcalinas, ou seja, terras ácidas, sua hidrografia contempla o Rio Perequê, Ribeirões como o do Cego, Tocas, Água Branca, Zabumba, Corrida, Laje, Bonete, Enxovas, Castelhanos, Riscada e Poço (IBGE, 2020; ILHABELA, 2016). Segundo dados do IBGE, seus pon- tos mais altos são caracterizados pelo Pico de São Sebastião, Pico do Papagaio, Pico da Serraria, Pico do Ramalho e Pico do Baepi.

O arquipélago de Ilhabela possuí uma população estimada em 32.197 habitan- tes, sendo 70.000 uma população flutuante, ou seja, visitantes e turistas; nos meses entre março e novembro é considerado baixa temporada, já entre dezembro e feverei- ro constitui-se a alta temporada e em julho, mês de inverno, média temporada, para quem gosta de uma temperatura amena, não extremo (ILHABELA, 2016).

Outro ponto que chama à atenção no arquipélago de Ilhabela, são os índios das Comunidades Caiçaras que vivem isolados, em torno de 1.000 pessoas habitam nas áreas do arquipélago em torno do mar - os índios sobrevivem com a pesca e também pelo artesanato, a rotina segue a mesma de seus antepassados (ILHABELA, 2016).

# Características socioeconômicas do município

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) em 2010, no último censo realizado Ilhabela possuía uma população de 28.196 pes- soas, com uma perspectiva de chegar à 34.333 habitantes em 2018. Sua densidade demográfica alcança os 81,13hab/km quadrado (IBGE, 2018).

Segundo o IBGE (2018), no ano de 2016 o salário mensal médio em Ilhabela era de 2,4 salários mínimos, a proporção de indivíduos ocupados comparado a po- pulação total era de 29,5%. Comparando com demais municípios com as mesmas características, Ilhabela estava no ranking 221 de 645 e 146 de 645 respectivamente; já em comparação com cidade de todo o Brasil, Ilhabela estava no ranking 648 de

5.570 e 497 de 5.570 respectivamente (IBGE, 2018). Em 2015, os estudantes do en- sino fundamental da rede pública obtiveram uma nota média de 5,9 no IDEB; já para os estudantes do ensino médio da rede pública a nota média foi de 4,9 (IBGE, 2018). Ilhabela é internacional e nacionalmente reconhecida como Capital Nacional da

Vela, a cidade teve a chancela oficializada pela lei que confere a cidade com o título de Capital Nacional da Vela (PMI, 2018). A lei 12.457 foi então sancionada pela presi- dente em exercício na época, Dilma Rousseff no dia 26/07/2011 (PMI, 2018).

Tal homenagem representou o reconhecimento do Brasil pelo grande incentivo que Ilhabela tem demonstrado no incentivo do desenvolvimento e crescimento dessa modalidade esportiva; além do selo ganho, a cidade recebe vários eventos e compe- tições náuticas, a prefeitura colabora com o apoio ao esporte, ofertando às crianças e jovens a opção de aprender a velejar (PMI, 2018).

Ao longo de todo o ano há eventos no calendário náutico, fortalecendo assim, sua relevância no cenário do esporte e nos eventos náuticos nacionais e internacio- nais; em julho, todos os anos, acontece a tradicional Semana Internacional de Vela de Ilhabela, com a apresentação de um espetáculo nas águas do Canal e unindo ve- leiros de oceano e monotipos de muitas partes do planeta (PMI, 2018). Os principais eventos são o Ilhabela in Jazz, Festival do Camarão, X Terra Brazil e a já mencionada Semana Internacional da Vela, no entanto, claramente é na alta temporada que se otimiza o turismo, época em que os habitantes da ilha (cerca de 38mil/h) chegam a se multiplicar em até 5 vezes mais (ILHABELA, 2016).

Apesar de todo esse sucesso, o turismo começou a se desenvolver com mais notoriedade a partir da década de 60, ano em que foi implantada a balsa - curiosa- mente, até os anos 50, a população era somente de caiçara (ILHABELA, 2016). Após isso, iniciou-se a chegada dos primeiros migrantes, advindos em especial da capital paulista; apesar de todo esse desenvolvimento ao longo das décadas, ainda é possí- vel encontrar comunidades caiçaras nativas que habitam em regiões mais afastadas, muitas delas sem eletricidade ou algum tipo de comunicação (ILHABELA, 2016).

Há poucos anos, Ilhabela foi considerada como sendo uma das 65 cidades indutoras do turismo no Brasil (MTUR, 2015), indicada aos visitantes internacionais como destino agradável de sol e mar no Estado de São Paulo. O guia Roteiros Paulis- tas descreveu várias qualidades da ilha, sugerindo roteiros que iam de passeios com a família que buscavam descanso a beira mar, até algo mais aventureiro como trilhas e desafios aos praticantes de esportes ao ar livre (ILHABELA, 2016).

Como já mencionado, Ilhabela é um dos 15 municípios do Estado de São Paulo caracterizada como estância balneária, sendo assim, a ilha cumpre vários requisitos estipulados pela lei estadual, adquirindo o direito de agregar junto ao seu nome, a titulação de Estância Balneária, conquistando uma verba maior por parte do estado para prover o turismo regional (ILHABELA, 2016). A orla de Ilhabela possuí aproxima- damente 130 km de extensão, é caracterizada como sendo uma das mais interessan- tes e acidentadas paisagens da região costeira brasileira, com os picos mais altos do litoral paulista (ILHABELA, 2016).

O acesso a ilha só é possível através de balsa, podendo ser a partir de São Se- bastião, em período de alta temporada a balsa costuma ter uma fila de espera de em torno de uma hora, apesar de contar com cinco balsas, a capacidade de cada uma é muito pequena e a travessa leva em torno de 20 minutos (ILHABELA, 2016). De acor- do com o Ministério do Turismo, Ilhabela conquistou em 2018 a categorização do topo do turismo nacional, consiste na identificação do desempenho da economia do setor nos municípios presentes no Mapa do Turismo Brasileiro (MTur, 2018). O que levou a ilha a conquistar o título foi o número crescente de turistas que aumentou a quantida- de de empregos formais no setor de hospedagem, aumento do fluxo do turismo do- méstico e internacional foram fundamentais que para a ilha subisse da categoria B do sistema do Ministério do Turismo em 2015, para a categoria A em 2018 (MTur, 2018).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Entre os principais atrativos turísticos está a Semana Internacional de Vela de Ilhabela, em especial no mês de julho, a cidade se transforma no palco do maior even- to de disputa náutica da América Latina; ocorre desde o ano de 1973 e atualmente consolida esportistas velejadores de vários países, a considerar a Argentina, Uruguai, Chile, Itália e Alemanha -composta por 400 barcos e 1.500 velejadores concorrendo na regata no canal de São Sebastião (PMI, 2018). A Semana Internacional de Vela de Ilhabela é caracterizada como um dos maiores e melhores eventos esportivos de vela sul-americana e brasileira - durante as competições, as atrações na ilha movimentam toda a rede hoteleira, restaurantes e comércios no geral, o turismo gerado é respon- sável por elencar a economia local (PMI, 2018).

No mês de setembro, é momento de comemorar o aniversário de Ilhabela, o mês é repleto de eventos culturais e solenidades, no início do mês é realizado shows

musicais na praça de eventos e lazer da galera (PMI, 2018). Já em agosto entre os dias 9 à 26 acontece o Festival do Camarão que em 2018 comemorou seu vigésimo terceiro ano, os restaurantes que participam oferecem todos os dias pratos caracte- rísticos do festival - ocorre no centro histórico da cidade, no Boulevard do camarão e ainda conta com programação musical especial (PMI, 2018).

Em agosto acontece o Festival da Tainha na Praia Grande, em 2018 foi a nona edição, com um cardápio enxuto e programação musical nos três dias de sua edição (PMI, 2018). Oferece de pastel a refeições mais elaboradas, por exemplo, tainha a dorê com arroz e salada ou tainha crocante com farofa de banana da terra; o festival acontece na Praia Grande, região sul da ilha (PMI, 2018). Na Praça de Eventos e Lazer do Galera, ocorre a tradicional festa em homenagem a São João Batista, acon- tece pela Prefeitura de Ilhabela através da Secretaria de Cultura; a festa conta com barracas de comida típica, sorteios de brindes e shows musicais com bandas, grupos e cantores solos locais e de outras cidades (PMI, 2018).

# Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Ilhabela.** 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/panorama. Acesso em: 06 dez. 2018.

ILHABELA. **Dados Gerais.** 2016. Disponível em: [https://www.ilhabela.com.](http://www.ilhabela.com.br/dados-)br/dados[-](http://www.ilhabela.com.br/dados-)

-gerais-de-ilhabela/. Acesso em: 05 dez. 2018.

ILHABELA. **Ecoturismo.** 2016. Disponível em: [https://www.ilhabela.com.br/ecoturis](http://www.ilhabela.com.br/ecoturis-)- mo/. Acesso em: 05 dez. 2018.

ILHABELA. **Turismo.** 2016. Disponível em: [https://www.ilhabela.com.br/turismo/.](http://www.ilhabela.com.br/turismo/) Acesso em: 05 dez. 2018.

ILHABELA. **Ilhabela.** 2016. Disponível em: [https://www.ilhabela.com.br/ilhabela/.](http://www.ilhabela.com.br/ilhabela/) Acesso em: 05 dez. 2018.

MTur. Ministério do Turismo. Ilhabela atinge o topo do turismo nacional. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/10721-ilhabela-atinge-o-topo-do-turis-> mo-nacional.html. Acesso em: 06 dez. 2018.

PMI. Prefeitura Municipal de Ilhabela. **A capital nacional da vela.** 2018. Disponí- vel em: [https://www](http://www.ilhabela.sp.gov.br/a-capital-nacional-da-vela/).ilhab[ela.sp.gov.br/a-capital-nacional-da-vela/.](http://www.ilhabela.sp.gov.br/a-capital-nacional-da-vela/) Acesso em: 05 dez. 2018.

# Capítulo 21

**NOVA OLINDA - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

O município de Nova Olinda no estado do Ceará chamava-se antes de Tapera, sendo alterado para Nova Olinda por um missionário pernambucano devido ao aspec- to geográfico existente na região, parecido com a cidade de Olinda-PE (PREFEITU- RA, 2018). No ano de 1933 a cidade passou a categoria de distrito e não mais simples povoado, antes, pertencera ao município de Santana do Cariri (PREFEITURA, 2018) A história do Município, passa pela vida dos locais, como a figura do José Raimundo de Matos, conhecido agricultor da região que transforma a vida no sertão para favorecer técnicas e meios de subsistência das pessoas nessa localidade, prin- cipalmente na vida do campo (GABRIELLI, SANTOS). As tradições e cultura da vida no campo, colheitas, falta de chuvas, são lembradas e postas em ordem para que a cultura permaneça viva e, por meio desse exemplo, há crescimento no turismo rural e

incremento de turistas na região (GABRIELLI, SANTOS).

As atividades ocorridas na região do sertão de Nova Olinda, se desenvolvem por meio do turismo agroflorestral; por meio da existência de ambiente turístico rústico e em contato direto com a natureza, demonstrando ao longo do tempo e história do município, a forma de trabalhar a terra e cultivar alimentos na região que é notada- mente quente, seca e árida para plantio (FEITOSA; FRNCA, 2009). De acordo com Feitosa e Franca (2009), o turismo local e regional não se propaga na comunidade e atrai pessoas se não estiver conjuntamente promovendo o desenvolvimento da re- gião e das pessoas que ali residem. Com isso, verificam que, o turismo voltado para a agricultura e floresta na região de Nova Olinda, se perfaz por meio de da visita às comunidades e não apenas aos bens naturais e festas (FEITOSA; FRANCA, 2009).

Geralmente, o turismo rural pode se mostrar de várias formas, como o turismo rural, turismo ecológico e atividades turísticas, que incluem diferentes eventos rurais (FEI- TOSA; FRANCA, 2009).

Segundo Santos (2007), como o desenvolvimento do turismo rural depende do planejamento de terras rurais nas regiões, os programas de desenvolvimento rural são necessários e devem ser efetivados regularmente. Ainda segundo o autor, os programas de desenvolvimento rural estão em vigor em diferentes regiões e incluem alguns pontos importantes sobre como melhorar a zona rural nas regiões em termos de questões econômicas, culturais e sociais.

Muitas pessoas estão interessadas em visitar áreas naturais, como na região de Nova Olinda – CE, através do turismo, que permite aos visitantes desfrutar da na- tureza, minimizando os impactos negativos que sua presença pode causar; da mesma forma, pessoas locais em negócios associados a turismo e lazer - hotéis, restauran- tes, lojas de equipamentos de mergulho, entre outros (SANTOS, 2007). Ao enfatizar os aspectos educacionais do turismo, muitas empresas e organizações promovem ativamente uma marca menos prejudicial de turismo e recreação (SANTOS, 2017). O ecoturismo pode revelar-se uma oportunidade particularmente promissora, devido à combinação única de atrações naturais e culturais da região - as atrações naturais estão contidas principalmente em áreas protegidas (FRANCA, 2004).

# Espaço geográfico

A população do município de Nova Olinda é de 15.520 pessoas, estimada pelo IBGE em 2018 (IBGE, 2018). Ainda segundo o IBGE, Nova Olinda está geografica- mente localizada na microrregião do Cariri, mesorregião do Sul Cearense, Região Me- tropolitana do Cariri; e o município se estende por 284,4 km² e situa-se a 424 metros de altitude.

Dentre as microrregiões que compõem a área turística de Nova Olinda, está a de maior relevância para o turismo local, sendo esta a denominada Cariri Central (COUTINHO; SARTI, 2008). A região onde está localizado Cariri Central foi denomina- da pelo governo local como sendo o Polo Turístico do Cariri; ali, encontram-se abar- cados os municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Juazeiro no Norte e Farias Brito, além disso, o município de Vila Velha do Ceará e Nova Olinda e Santana do Cariri com extensão de aproximadamente 5 mil quilômetros (COUTINHO; SARTI, 2008).

A região do Cariri cearense localiza-se ao sul do Ceará, conformando fronteira com outros três estados brasileiros: Pernambuco, Piauí e Paraíba; ass cidades que configuram o Cariri cearense são: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Mis- são Velha, Nova Olinda, Caririaçu, Farias Brito e Santana do Cariri (GONÇALVES, 2011). As atrações naturais são de beleza exuberante, como afirmam Coutinho e Sarti

(2008). A região possui ainda uma bacia, denominada de bacia sedimentar do Cariri que abrange grande número de fósseis em estado de conservação muito bons para a pesquisa e de grande importância paleontológica - a Universidade Regional do Cariri dispõe de um museu de paleontologia que abriga grande parte das descobertas da região (COUTINHO; SARTI, 2008).

Segundo dados do IBGE (2018), cerca de 42% de domicílios possuem esgo- tamento sanitário adequado, 65% de domicílios urbanos em vias públicas com ar- borização e 2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado à os outros municípios do estado, fica na posição 20 de 184, 172 de 184 e 131 de 184, res- pectivamente; já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2574 de 5570, 3424 de 5570 e 4148 de 5570, respectivamente (IBGE, 2018).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

É uma das 65 cidades indutoras de turismo nacional pelo ministério do turismo, sendo uma das quatro cidades localizadas no Ceará: Aracati, Fortaleza, Jijoca de Jericoacoara, Nova Olinda (MTUR, 2015). Segundo o relatório, Nova Olinda reserva aos visitantes boas opções: arqueologia, folclore, artesanato e a natureza; preserva ainda a Igreja do Padroeiro São Sebastião, exemplo da bela arquitetura de suas cons- truções.

Coutinho e Sarti (2008) explicam que a região turística é densa de fósseis e belezas naturais; e alcança ou atinge mais de um município, perpassando as barreiras geográficas de Nova Olinda. Segundo os mesmos autores, municípios circunvizinhos como Crato e Juazeiro, Barbalha e Nova Olinda, e ainda Santana do Cariri, compõem essa área turística; em todas as cidades pertencentes a esse roteiro, encontram-se desde construções históricas e casarões tombados, passando pelas regiões de atra- ções naturais como cachoeiras, rios, cerrado até polos culturais com festas típicas e de época. Na visão dos autores, para participar do ecoturismo e competir no mercado, as comunidades precisam de assistência financeira e técnica, além de infraestrutura, treinamento e outros tipos de apoio essenciais para que as comunidades possam ad- ministrar com sucesso empreendimentos de ecoturismo. Sem esse apoio, o potencial impacto positivo nas economias locais e na base de recursos naturais que o ecoturis- mo poderia trazer pode ser perdido (COUTINHO, SARTI, 2008, 12).

Segundo o Ministério do Turismo (MTUR, 2015), Nova Olinda tem participado ativamente de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região do Cariri. Entre eles estão o Ciclotur, a organização do Consórcio das 7 Ci- dades e de um Convention & Visitors Bureau para a região, em andamento, conforme relatado em entrevistas; Oferta de espaços para a realização de eventos como a Fun-

dação Casa Grande e Centro de Eventos, além da existência de Inventário turístico atualizado (MTUR, 2015).

Segundo dados da Prefeitura, os atrativos principais de Nova Olinda são o geossítio Ponde de Pedra, que é uma geoforma naturalmente esculpida pela natu- reza com aproximadamente 98 milhões de anos. Segundo a mesma fonte, há ainda a Fundação Casa Grande; o Museu do Ciclo do Couro; ecoturismo operado pelas comunidades; entre outros. O ecoturismo deve motivar as pessoas locais a valorizar e conservar recursos além de incentivar a participação em grupos comunitários, criar oportunidades de treinamento e assistência técnica, desenvolver a capacidade das comunidades de administrar recursos financeiros ou estabelecer fundos de desen- volvimento comunitário, e liderar o estabelecimento de reservas bem administradas (PREFEITURA, 2018).

Uma análise das repercussões do ecoturismo na zona rural mostraria que, como um todo, as preocupações do ecoturismo (conservação ambiental, desenvol- vimento econômico, o bem-estar das pessoas, uma experiência de alta qualidade para os visitantes, sensibilidade à cultura tradicional, compreensão da flora e fauna e preservação do mundo natural) não são alheios àqueles que trabalham em sistemas agroflorestais (GONÇALVES, 2011). Os agricultores agroflorestais podem até mesmo ser explorados para paisagismo, manutenção do local, controle da erosão do solo e outras necessidades de restauração ou manutenção do ecossistema das instalações turísticas (GABRIELLI, 2016).

Gabrelli (2015) aponta que mais turistas encontrarão excitação e aventura ao ver as características, potencialidades e capacidades dos diferentes sistemas agro- florestais, e podem até tentar por si mesmos as coisas comuns que os agricultores fazem, como plantar árvores, capinar, procurar por pragas e cuidar de animais. As fazendas agroflorestais podem cultivar culturas potenciais de alto valor, como mamão, banana, manga (GABRIELLI, 2015). Como tecnologia de conservação do solo e da água, o turismo rural pode ajudar a manter os destinos ecológicos livres de preocu- pações, no que diz respeito ao abastecimento de água e à estabilidade dos fluxos (MTUR, 2015).

# Referências

COUTINHO, Luciano; SARTI, Fernando. [coords.] ESTUDOS DA COMPETITIVIDA- DE DO TURISMO BRASILEIRO O TURISMO CULTURAL NO BRASIL. Universidade

de Campinas - NEIT/UNICAMP, 2008. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/](http://www.eco.unicamp.br/) neit/images/stories/arquivos/O\_TURISMO\_CULTURAL\_NO\_BRASIL.pdf. Acesso em 28 nov. 2018.

FEITOSA, Tereza Hercília Cordeiro; FRANCA, Manoel Jorge Pinto da. AGROFLO- RESTA E TURISMO RURAL EM NOVA OLINDA-CE. Revista Casa da Geografia de Sobral. v. 11, n. 1 (2009). Qualis Capes B3. ISSN 2316-8056.

FRANCA, Manoel Jorge Pinto da. Análise da sustentabilidade do sistema agroflorestal com agricultores familiares de Nova Olinda e Santana do Cariri – Ce. Fortaleza: UFC, 2004.

GABRIELLI, Cassiana Panissa; SANTOS, Gabriela Nicolau dos Santos. Série Turisol de metodologias. Turismo comunitário rede cearense de turismo comunitário. Tucum. Turismo de base comunitária e patrimônio...Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janei- ro, v. 16, n. 3, p.141-154, dez. 2016.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. FUNDAÇÃO CASA GRANDE E O DESENVOLVI- MENTO TURÍSTICO DE NOVA OLINDA/CE: NOVAS POSSIBILIDADES DE DIÁLO-

GO ENTRE A CULTURA LOCAL E O TURISMO. Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/ UERN), Mossoró/RN, vol. 4, n. 2, jul./dez. 2015. disponivel em: [http://periodicos.uern.](http://periodicos.uern/) br/index.php/turismo [ISSN 2316-1493] p.1

GABRIELLI, Cassiana Panissa. FUNDAÇÃO CASA GRANDE E O DESENVOLVI- MENTO TURÍSTICO DE NOVA OLINDA/CE: NOVAS POSSIBILIDADES DE DIÁLO-

GO ENTRE A CULTURA LOCAL E O TURISMO. Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/ UERN), Mossoró/RN, vol. 4, n. 2, jul./dez. 2015. disponivel em: [http://periodicos.uern.](http://periodicos.uern/) br/index.php/turismo [ISSN 2316-1493] p.1

GABRIELLI, Cassiana Panissa; SANTOS, Gabriela Nicolau. dos. Turismo de Base Co- munitária e Patrimônio Cultural Imaterial no Nordeste Brasileiro. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 141-154, dez. 2016.p.10

GONÇALVES, Naudiney de Castro. “O fogo não está morto”: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. p. 35.

IBGE. Panorama Muncípios, 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ nova-olinda/panorama. Acesso em 1 dez. 2018.

MTUR. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL NOVA OLINDA

2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/pu-> blicacoes/Indice\_competitividade/2015/Nova%20Olinda\_RA\_2015.pdf. Acesso em 01 dez. 2018.

SANTOS, Ítalo Anderson Taumarturgo dos. “Próxima parada, Nova Olinda/CE”: justiça distributiva no turismo de base comunitária. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

# Capítulo 22

**PARINTINS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

O pequeno vilarejo de Parintins fica na Ilha Tupinambarana, que faz parte de um grande arquipélago fluvial no Amazonas, a 400 quilômetros a leste de Manaus (IBGE, 2018). Souza (2013) explica que, existente há dois séculos, Parintins é rica em cultura indígena que é representada no célebre festival anual de Boi-Bumba; é um ritual de magia, mistério, paixão e fé que vem sendo realizado há mais de 80 anos, inspirado em lendas locais; um estádio, o Boi-Bumba, foi construído em 1988 para acomodar os mais de 40.000 espectadores que chegam e participam deste festival a cada ano. O Boi-Bumba está listado no Calendário de Eventos oficial para ser um dos destaques no Estado do Amazonas (SOUZA, 2013).

Conforme dados do IBGE (2018), e como também demonstrado por Figueiredo (2018), a economia da região é sedimentada no setor primário, na agricultura, junta- mente com a pecuária; além disso, existe forte atuação da área de pesca, avicultura e extrativismo vegetal; no setor secundário, despontam indústrias, composto basica- mente por micro e pequenas empresas geralmente voltadas para o aproveitamento de produtos naturais tais como a indústria madeireira, indústria alimentícia, indústria oleira, indústria química e do vestuário; o setor terciário desponta por meio do turismo, como o festival de Parintins com mais de 1500 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas dos mais diversificados produtos; na prestação de Serviços destacam-se cabeleireiros, oficinas mecânicas, eletrônicas, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, clínicas médicas, clínicas odontológicas, contabilistas, entre outros. Nesse setor en- contram-se grande parte da população devido da escassez de emprego na cidade; a mão-de-obra formal é constituída praticamente pelos funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal) e empregados no comércio local (FIGUEIREDO, 201).

De acordo com Sauner (2003), se o Carnaval do Rio de Janeiro é a maior festa do mundo, então o Boi Bumbá está em segundo lugar. Todo mês de junho, milhares de brasileiros lotam a pequena cidade ribeirinha de Parintins, no Amazonas - a meio cami- nho entre Santarém e Manaus - para celebrar o segundo maior festival anual do Brasil; boi Bumbá coloca as duas escolas da cidade - o Garantido e o Caprichoso - em frente a outras três noites de competição teatral (MACHADO et al., 2005). Ambas as escolas reencenam uma lenda local sobre a ressurreição de um boi favorito que foi abatido para satisfazer os desejos da mulher grávida de uma fazenda (FONSECA, 2018). Em- bora as origens da história do Boi Bumbá sejam amplamente contestadas, diz-se que a lenda foi introduzida na região por uma família de comerciantes de borracha que migrou do nordeste brasileiro em 1913; desde sua inauguração em 1965, o festival é melhor acessado de barco - evoluiu para uma fusão de culturas populares brasileiras indígenas, africanas e contemporâneas; a competição é disputada na arena ao ar livre, em forma de touro, chamada Bumbódromo, diante de uma plateia que regularmente ultrapassa 35.000 espectadores, participantes e um painel de juízes (SOUZA, 2013). Cada equipe organiza uma interpretação diferente da lenda a cada noite, com três horas de duração, vestindo fantasias extravagantes, desfilando fantoches gigantes, lançando fogos de artifício e coreografando danças em trechos rítmicos em expansão (CATALÃO; NOGUEIRA, 2013).

Segundo Sauner (2003), os fãs dividem-se em apoio aos dois times - cada um liderado por um boi - e fazem parte integrante do show dançando, cantando e acenan- do lenços e velas quando a equipe está tocando. Ainda segundo o autor, na terceira noite os jurados escolhem um vencedor com base em 22 categorias, incluindo melhor música, apoio do público e melhores carros alegóricos. Mas é no quarto dia que a di- versão realmente começa, com a equipe vencedora liderando um desfile de rua e uma festa em toda a cidade (SAUNER, 2003)

Parintins está localizada em uma ilha no meio do rio Amazonas, aproximada- mente a meio caminho entre a foz do rio e a cidade central de Manaus (IBGE, 2018). Silva (2009) explica que essa localização no coração da floresta torna a cidade inaces- sível por estrada, então para chegar à cidade deve-se tomar um barco ou um avião. Embora a área abrigue apenas 100.000 pessoas, ela realiza um dos eventos culturais mais populares do Brasil - a Festa do Boi Bumba; esse emocionante festival, que acontece todos os anos no final de junho, é uma mistura emocionante entre tradições comemorativas portuguesas e amazônicas (IBGE, 2018). Durante o evento, as pes- soas de Parintins se dividem em duas equipes, com cada equipe vestindo vermelho ou azul; esses grupos competem uns contra os outros para criar os melhores trajes, danças, carros alegóricos e muito mais; quando você frequenta a Festa do Boi Bumba, você pode se maravilhar com locais energéticos dançando ao lado de grandes carros alegóricos decorados com flores, casca de árvore, penas e muito mais (SILVA, 2009).

# Espaço geográfico

Em Parintins, existe um aeroporto com voos regulares dentro do território re- gional até a capital do Pará, cidade de Belém (IBGE, 2018). Há disponibilidade de terminal aquaviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas, cuja estrutura conta com: sinalização interna em idioma estrangeiro, depar- tamento médico, facilidades para pessoas com deficiência, entre outros (TAVARES, NOGUEIRA, 2014).

Segundo Tavares e Nogueira (2014), a característica de clima tropical chuvoso, com pequeno período seco (agosto a outubro), umidade relativa do ar em torno de 71%, precipitação pluviométrica anual de 2.327 milímetros. Conforme IBGE (2018), a temperatura ao longo do ano apresenta-se com uma mínima de 22,4°C, máxima de 5°C e média de 26,3°C; Parintins faz parte do maior sistema fluvial do mundo, a Bacia Amazônica; o Rio Amazonas é o maior rio em volume de água do mundo com um deflúvio médio anual estimado em 250,00 m³/s. O grande rio representa a via de escoamento e abastecimento, a grande estrada hídrica que liga Parintins a capital do Estado e ao Oceano Atlântico (FERREIRA; CURZ, 2012).

# Características socioeconômicas do município

O município de Parintins desponta com uma população estimada para o ano de 2018 de 113.168 pessoas, sendo a população no último censo do IBGE em 2010 de 102.033 pessoas (IBGE, 2018). A agricultura é, junto com a pecuária, a formação econômica do setor primário da região de Parintins; já a pecuária, é a atividade de maior peso no setor primário, por meio da criação de bovinos; além disso, a pesca e o extrativismo subsistem na no setor primário (MARINHO; SCHOR, 2009).

Cardoso et al. (2016) explicam que Parintins tem uma celebração anual popular realizada na cidade no meio do estado do Amazonas; é o segundo maior festival anual do Brasil; apenas as festividades do Carnaval no Rio de Janeiro atraem mais partici- pantes. Segundo os autores, o festival celebra uma lenda sobre um boi ressuscitado; é também uma competição onde duas equipes, Garantido e Caprichoso, competir em recontagens estendidas da história, cada equipe tentando superar o outro com danças extravagantes, cantando e desfile de carros alegóricos. Cada performance noturna é amplamente baseada no folclore amazônico local e na cultura indígena, mas também incorpora ritmos e temas brasileiros contemporâneos; o local onde as equipes se apresentam é chamado de “Bumbódromo”, etapa redonda e fundamenta- da (CARDOSO, et al. 2016).

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Parintins oferece um clima ensolarado durante todo o ano e é popular por seus festivais coloridos e locais amistosos (IBGE, 2018). A cidade de Parintins possui toda uma riqueza de cultura e história com uma personalidade encantadora; durante seu tempo em Parintins, você pode visitar a histórica Catedral de Parintins ou fazer um tour pela cidade, onde você pode ver um breve vislumbre do famoso Boi Bumba Fes- tival com dançarinos teatrais nas ruas (IBGE, 2018). Quando não é época festiva, Pa- rintins é um lugar tranquilo onde você pode aprender sobre a vida dos povos indíge- nas do Brasil - os moradores locais dizem que a chave para o sucesso de sua cidade é a hospitalidade que oferecem e seu estilo de vida simplista; vale a pena conferir a Catedral de Nossa Senhora do Carmo e a Aldeia Amazônia (CARDOSO, et al. 2016). Em Parintins há um conjunto de festas que marcam o calendário anual da ci-

dade, e uma parte significativa é destinada à comemoração de santos (MARINHO; SCHOR, 2009). Dentre essas festas mantem-se a tradição das pastorinhas que saem às ruas no mês de dezembro; as festas principais, no entanto, são o Festival do Boi-

-Bumbá e a festa em louvor a Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Parintins, que se realiza de 6 a 16 de julho (MARINHO; SCHOR, 2009).

Segundo França (2014), além do espetáculo dos bumbás, Parintins oferece outras atrações como a Catedral de Nossa Senhora do Carmo, Praça do Comunas, Balneário Cantagalo, Orla do Rio Amazonas. A área do porto tem um mercado flutuan- te colorido com dezenas de barcos encravados, vendendo frutas, legumes, peixe e lembranças (FRANÇA, 2014). Segundo Melo et al (2015) a viagem vale a pena uma vez que você chega no Boi Bumba; as duas trupes têm uma história que remonta a mais de 100 anos, com famílias leais e linhas de sangue apoiando e apresentando para sua trupe todos os festivais.

# Referências

CATALÃO, Laranna Prestes; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. O MUNDO DO TRA- BALHO NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS/AM: primeiras aproximações teóricas. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, Maranhão- São Luiz, ago. 2013.

CARDOSO, Maria Sandrelle Gonçalves; SANTOS, Sueyla Ferreira da Silva dos; WEIL, Andreza Gomes. Políticas de Permanência no Ensino Superior do ICSEZ/ UFAM em Parintins. Revista Eletrônica Mutações, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 264-278, out. 2016. ISSN 2178-7018. Disponível em: [<http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/ar](http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/ar-)-

ticle/view/2316>. Acesso em: 05 jan. 2019.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva 1996. pp. 246 a 247.

FRANÇA, Paulo Renan Rodrigues de. Festival Folclórico de Parintins: impactos so- cioambientais na percepção dos atores locais. 2014. xiii, 171 f., il. Dissertação (Mes- trado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

IBGE. Panorama de cidades. 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ am/parintins/panorama. Acesso em 2 dez. 2018.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Os Bois Bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte/ Editora Universidade do Amazonas, 2002. p. 13 a 14.

TAVARES, Anderson de Souza. NOGEIRA, Amélia Regina Batista Nogueira. A Res- significação do Espaço Vivido nas Áreas Rurais da “Gleba de Vila Amazônia” no Mu- nicípio de Parintins/AM. Instituo Federal do Amazonas - IFAM. **VII Congresso Brasi- leiro de Geógrafos**. ANAIS DO VII CGB 2014 - ISBN: 978-85-98539-1.

FIGUEIREDO, Mônica Cybelle Ferreira de. Folkcomunicação e Turismo Cultural: Fes- ta do Guaraná de Maués, 2018. AM. **XIX Conferência Brasileira de Folkcomunica- ção Universidade Federal do Amazonas** - UFAM Parintins (AM), de 25 a27 de junho de 2018.

MELO, J.J.M de; MACIEL, A.P. Araujo; FIGUEIREDO, S.J. de L. Eventos culturais como a estratégia de fomento do turismo: análise do Festival Folclórico de Parintins (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. 2015 Vol. 8 No.2 pp.251-272 ref.22

FONSECA, Suzele Costa. BARCO REGIONAL: Meio De Transporte Socioeconômico no Trecho CaburiParintins-Caburi. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. Campus Universitário da UFAM, Manaus, 14 a 17 de Agosto. **Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**, v. 5. Manaus: EDUA. 2018. ISSN 2178-3500 de 2018.

FERREIRA, Talita Sibele Melo; CRUZ, Jocilene Gomes da. Festa de Nossa Senhora do Carmo de Parintins/AM: Celebração da fé e Turismo Cultural. **Anais do VII Semi- nário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Turismo e Paisagem: relação comple- xa. 16 e 17 de novembro de 2012. Semintur. Universidade de Caxias do Sul. UCS. ISSN 1806-0447.

MACHADO, Aione Ferreira; SILVA, Charlene Mª. Muniz da; BULCÃO, Liliane Macha- do; SOUZA, Raimundo Sefair de; FERRERIA, Reandro Azedo. PARINTINS PARA O MUNDO VER ! ?. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, DINÂMICA POPULACIONAL E REDE URBANA NA CIDADE DE PARINTINS/AM.

GEOGRAFARES, nº 7, 2009 • 77. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/geo->

grafares/article/viewFile/152/78. Acesso em: 05 jan. 2019.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. 2009. 176 f. Disser- tação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SOUZA, João Jorge. **Parintins**: A Ilha do Folclore. Manaus: Grafitec, 1987. p. 17.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: Memória dos Acontecimentos Históricos. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2003. pp. 176 a 178.

SOUZA, Nilciana Dinely. **O Processo de Urbanização da cidade de Parintins (Am):** Evolução e Transformação. Tese de Doutorado - Geografia Humana, USP. São Paulo, 2013.

# Capítulo 23

**PIRENÓPOLIS - CARACTERÍSTICAS GERAIS E INFORMAÇÕES ÚTEIS RELATIVAS AO ESTUDO DO DESTINO**

**Rafael Araújo Sousa Farias** Universidade de Brasília - UnB [farias-rafael@hotmail.com](mailto:farias-rafael@hotmail.com)

**Sheila Milena Neves de Araújo Soares** Universidade Estadual do Piauí - PI [sheilamilenaneves@gmail.com](mailto:sheilamilenaneves@gmail.com)

**João Barbosa França** Faculdade UPIS - DF [profjoaofranca@gmail.com](mailto:profjoaofranca@gmail.com)

# História e economia da cidade

A cidade de Pirenópolis, no interior do Goiás, é uma dessas cidades, fundada como consequência da bandeira conduzida por Urbano de Couto Menezes, enviada por Bartolomeu Bueno da Silva – O Anhanguera –, então Superintendente Geral das Minas, ao Planalto Central (BERTRAN, 2011). A bandeira de Anhanguera explorou o sertão goiano, sendo enviada em 1682 e descobrindo uma aldeia indígena do povo Goiá, de quem recebeu a alcunha; enquanto se encontravam vastas lavras de ouro em Minas Gerais por volta de 1690, tentou-se novamente uma expedição em 1722, que chegou à Serra dos Pirineus (ALMEIDA, 2006). Apesar de não encontrarem ouro, o filho de Bartolomeu Bueno da Silva e sua expedição fundaram um núcleo que mais tarde se tornou a cidade de Goiás Velho (ALMEIDA, 2006).

Segundo Almeida (2006), as minas de Pirenópolis – chamada de Meia Ponte, na época – foi descoberta pouco tempo depois por Manoel Rodrigues Tomar, com uma bandeira composta de portugueses e paulistas que se dividiram. O acampamento de Meia Ponte ficou com os portugueses, sendo que montaram residência em Santa Anna (ALMEIDA, 2016). Ainda segundo a pesquisadora, não havia interesse dos mi- neiros em se fixar em Meia Ponte, pois o objetivo era o enriquecimento rápido median- te a exploração mineral. Desse modo, o povoado se configurou, inicialmente, como um acampamento (ALMEIDA, 2016).

Para Bertran (2011), a fundação de Pirenópolis foi essencial para a colonização do Planalto Central, pois quebrou-se o monopólio do tráfego mercantil da estrada Real de São Paulo, além de não se poder mais refrear o contrabando, que aumentou com a abertura de estradas alternativas. O pesquisador apresenta a carta do conde de Sar- dezas que leva ao conhecimento real como se deu tal movimento:

“...por algumas pessoas chegadas das minas dos Guayazes tive notícia que ao arraial da Meia Ponte havia chegado um comboio de gado, e algumas fazendas secas vindas da Bahia, digo vindas dos Currais da Bahia, por um novo caminho aberto de próximo; e que conseguida dita entrada se espera- vam novas carregações em muito maior número de gado do rio São Fran- cisco, Currais e Minas Gerais, donde se me faz certo está também aberto caminho para as Minas dos Guayazes, e como do referido conheço o grande prejuízo que se segue à Real Fazenda de V. Majestade...” Era outubro de 1732 (BERTRAN, 2011, p. 82).

Bertran (2011) observa que, apesar de Pirenópolis não ter possuído grandes lavras de ouro, se tornou um ponto central nas comunicações das Minas de Goiás e de Tocantins. Almeida (2006) ressalta esse ponto, pois o então povoado de Meia Ponte se encontrava na junção das principais estradas da província, o que permitiu a passagem de tropas e o assentamento de pessoas que começaram a trabalhar na terra, bem como a investir na venda de produtos diversos.

Chaim (1987) aponta que a economia minerária foi essencial para o aumento da população na região, dado que o homem livre teria maior probabilidade de progre- dir socialmente, ao contrário do que acontecia na produção de cana-de-açúcar, em que apenas os senhores de engenho tinham reais chances de progressão. No entan- to, as chances altas de ascensão não diminuíam a dificuldade da extração de ouro, o que fez alguns mineradores se sedentarizarem e se estabeleceram nos arraiais, como afirma a pesquisadora (CHAIM, 1987).

Com a decadência das minas, o estado de Goiás se ruralizou e a economia regrediu à subsistência mediante a pecuária e a agricultura, como aponta Polonial (1997). Apesar de as iniciativas de colocar a região no mercado nacional terem fra- cassado e a Província estivesse em uma crise econômica, Almeida (2006) ressalta o papel de Pirenópolis como polo agrícola e comercial, cultivando uma cultura letrada:

“Como fator exponencial dessa resistência, encontramos a figura do Comen- dador Joaquim Alves de Oliveira – proprietário do engenho de São Joaquim, hoje fazenda Babilônia; e do primeiro jornal de Goiás, o Matutina Meyapon- tense, editado pela Typographia Oliviera (primeira tipografia da região Cen- tro-Oeste do país e também de propriedade do Comendador). Esse periódico de ideais libertários, circulou de 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834 e alcançava localidades de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso” (ALMEIDA, 2006, p. 16).

Firmando-se como centro urbano de Goiás, o povoado tornou-se cidade em 1853, mudando o nome para Pirenópolis em 1890 (ALMEIDA, 2006). Almeida (2006) aponta que a cidade sofreu um abalo em sua estrutura econômica, pois o algodão caiu no mercado internacional, dando início à criação de gado. Ainda segundo o autor, no século XIX, no entanto, a cidade se isola economicamente com a transferência das rotas comerciais para Anápolis. Segundo Freitas (2005), é nesse momento que se busca alternativas de manutenção da cidade, o que foi feito a partir do desenvolvi-

mento cultural. Segundo a pesquisadora, o Theatro de Pirenópolis foi construído em 1899 e, em 1930, foi construído o Cine Theatro Pirineus, sendo espaços importantes para a cultura da cidade.

# Espaço geográfico

Abrangendo uma área de 2.228 km² e com uma população de 24.749 habitan- tes, de acordo com o IBGE (2018), a cidade se encontra no Planalto Central, a cento e cinquenta quilômetros de Brasília. Localiza-se ao pé da Serra dos Pirineus e é limitado pelos municípios de Goianésia, Jaraguá, São Francisco de Goiás, Petrolina, Anápolis, Abadiânia, Corumbá de Goiás e Vila Propício IBGE (1985).

Em relação ao relevo, como mostra a Monografia Municipal de Pirenópolis, pro- duzida pelo IBGE (1985), Pirenópolis está localizada na porção centro meridional do planalto goiano, caracterizada por superfícies elevadas em altitudes que oscilam entre 700 e mais de 1000 metros. A rede hidrográfica pertence à bacia amazônica, sendo formada pelos rios dos Patos e Verde, afluentes do rio Maranhão, ao norte do muni- cípio, e o rio das Almas, ao sul (IBGE, 1985). Há, também, segundo o IBGE (1985), o afluente do rio das Almas, o rio Peixe, e vários córregos e ribeirões menores.

Silveira et al. (2009) afirmam a importância do estudo geomorfológico, princi- palmente no município de Pirenópolis, já que a geomorfologia, juntamente com a rede hidrográfica, propiciou o surgimento de cachoeiras e paisagens paradisíacas, impor- tantes para o ecoturismo. Além disso, a formação geológica – Grupo Araxá e Canastra

–, determinam os elementos para o comércio extrativista e minerador (SILVEIRA et al., 2009). Segundo os pesquisadores, o clima tropical úmido permite duas estações defi- nidas – a seca, no outono e no inverno, e a úmida, na primavera e no verão. Definem o bioma do município como “Cerrado, onde se encontra representações do cerrado rupestre, cerrado ralo e cerrado típico, tendo ocorrência de características campes- tres, savânicas, mata de galeria e florestais” (SILVEIRA et al., 2009, p. 4).

Em relação ao ponto de vista térmico, o IBGE (1985) classifica o clima da área como *mesotérmico*, o que acontece por conta das altitudes elevadas da Mesorregião (média anual de 22ºC e variação sazonal pequena, com amplitude térmica anual de 3 a 4ºC). Desse modo, as temperaturas anuais registradas durante o dia costumam ser elevadas, variando de 28 a 32ºC, chegando, em alguns momentos da primavera, à 36ºC (IBGE, 2018). Ainda segundo o IBGE (1985), à noite, os valores caem bastante, variando de 14 a 19ºC no ano, e chegando a mínimas de 6 a 8ºC no inverno.

A cidade de Pirenópolis está nos limites do Parque Estadual dos Pirineus, que ocupa uma área de 2.822 hectares no alto da Serra dos Pirineus (GOIÁS, 1987). O parque foi criado em 20 de novembro de 1987, através da Lei nº 10.321, sendo altera- da posteriormente pela Lei nº 13.121, de junho de 1997, com a finalidade de proteger

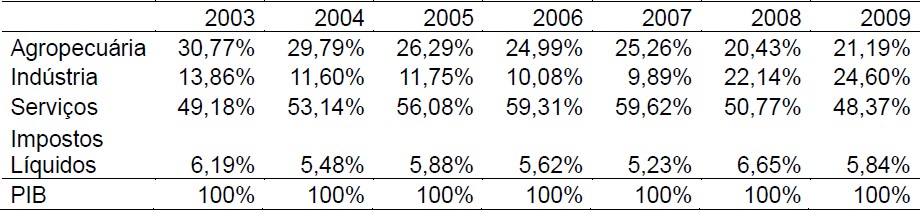
“a flora, fauna e os mananciais ali existentes, protegendo sítios naturais de excepcio- nal beleza e assegurando condições de bem-estar público” (GOIÁS, 1987).

O ponto mais alto da região é o Pico dos Pirineus, com aproximadamente 1.390 metros de altitude, podendo ser visto a longas distâncias, o que foi essencial para ser- vir de referência para os viajantes no passado (THOMÉ FILHO et al., 2012). Mesmo com a estiagem anual ampla, a maioria dos cursos de água são perenes, forman- do cachoeiras que são atrativos para turistas (SOUZA, 2011). Existem cerca de 80 cachoeiras na região, sendo aproximadamente 20 abertas para visitação, como as cachoeiras do Abade, Meia Lua, dos Dragões, dentre outras (SOUZA, 2011). Tais cachoeiras se dão tanto pela perenidade dos rios quanto pela formação geológica e geomorfológica da área, que lhe conferem atributos únicos, como “uma drenagem encaixada em falhas geológicas, proporcionando assim o surgimento de um grande número de cachoeiras em meio a um relevo com elevadas cotas altimétricas como a Serra dos Pireneus, um dos pontos mais altos do estado” (SOUZA, 2011, p. 5).

# Características socioeconômicas do município

As atividades econômicas principais são a agropecuária, mineração, indústria, turismo e serviços (GOIÁS, 2010). Segundo dados do Governo de Goiás, a mineração do quartzito ocupa cerca de 70% da economia do município, representando um movi- mento de R$ 65,76 milhões por ano; outros materiais, como calcário, pedra ornamen- tais, argila e areia, são explorados em menor escala. A modalidade de pecuária é a de corte, nos moldes tracionais e extensivos, além da produção de leite e derivados; na agricultura, destaca-se o plantio de tomate, milho, mandioca, soja, seringueira, mara- cujá, tangerina e banana (GOIÁS, 2010).

Em análise sobre o crescente papel do turismo na economia de Pirenópolis, Costa (2015) analisou informações do IBGE para compor um comparativo sobre a composição do PIB do município entre os anos de 2003 e 2009, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Composição do PIB de Pirenópolis

**Fonte:** (COSTA, 2015).

O turismo como elemento econômico em Pirenópolis está diretamente ligado às melhorias de acesso e ao fornecimento de minerais para a construção da capital federal na década de 1950 (GODINHO; OLIVEIRA, 2010). A intensificação do turismo, no entanto, só aconteceu a partir de 2000, por conta do marketing efetuado pelo go- verno de Goiás (GODINHO; OLIVEIRA, 2010).

Segundo Batista (2003), existem três modalidades de turismo na região de Pi- renópolis, a saber: turismo rural, turismo urbano e turismo natural. Segundo o autor, o turismo rural está ligado à grande presença de hotéis-fazenda; o turismo urbano se concentra na exploração do patrimônio histórico-cultural, como as festas tradicionais e o patrimônio arquitetônico; e o turismo natural se constitui na exploração das paisa- gens geoturísticas, nos recursos hídricos e nas paisagens exuberantes.

# Atrativos turísticos (culturais, naturais e históricos) e festa populares

Segundo Turner (1974), a Festa do Divino é um complexo festivo que se rea- liza cinquenta dias após a Páscoa, na época de Pentecostes, e implica um extenso processo ritual, mesclando festejos religiosos e profanos, novenas, procissão, folia, mascarados, pastorinhas e várias apresentações de grupos folclóricos que mantêm a tradição. Segundo o autor, é nessa festa que se apresentam as Cavalhadas, re- presentação da luta entre mouros e cristãos na Idade Média. Spinelli (2010) define as Cavalhadas como:

“um teatro equestre a céu aberto, livre e gratuito. Ela se realiza na ainda incompleta ‘arena das cavalhadas’, uma estrutura de concreto quadrangular construída no centro da cidade, popularmente conhecida como ‘cavalhódro- mo’. Todos os anos, a encenação da cavalhada em Pirenópolis se inicia no domingo de Pentecostes e se estende até a terça-feira, totalizando três tar- des. Sua abertura coincide com o cerne ritual do império do Divino e costu- ma ser considerada um dos momentos mais esperados da festa” (SPINELLI, 2010, p. 62).

O turismo cultural conta, também, com o tesouro arquitetônico e histórico tom- bado em 1989 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (GODI- NHO; OLIVEIRA, 2010). O Centro Histórico, a Igreja Matriz, o Cine Pireneus e o Thea- tro de Pirenópolis e vários outros monumentos foram revitalizados, proporcionando a manutenção física das estruturas históricas e a sua visitação (PIRENÓPOLIS, 2012).

Freitas (2005) organizou as diversas ofertas de visitação turísticas - em relação ao patrimônio arquitetônico, as igrejas aparecem como o principal ponto de visitação. A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a Igreja Nosso Senhor do Bonfim e o Museu de Arte Sacra e Igreja Nossa Senhora do Carmo possuem não apenas o valor arqui- tetônico, mas também concentram obras de arte e relíquias, aumentando o seu valor histórico e artístico (FREITAS, 2005).

Segundo Freitas (2005), uma destas fazendas, a fazenda Vaga Fogo, foi con- siderada reserva particular em 1990, possuindo em seu interior o Rio Vagafogo com uma extensa mata ciliar preservada. As atividades turísticas na fazenda se concen- tram nas trilhas, em um mirante e na produção artesanal de doces, geleias, sucos, pães, lácteos e biscoitos (FREITAS, 2005). Como aponta Freitas (2005), esta fazenda foi reconhecida por realizar a exploração sustentável e o turismo local consciente.

Freitas (2005) pontua como principais áreas visitadas as Cachoeiras Bom Su- cesso, um complexo de seis cachoeiras em propriedade particular que possui uma casa colonial onde se comercializa artesanato e produtos de fabricação local; a Ca- choeira Usina Velha, na Fazenda Meia Lua, local da construção da primeira usina hidrelétrica de Pirenópolis; a Cachoeira do Abade, na Fazenda Cabaçais, onde se pratica rapel e há espaço para a prática do naturismo.

Em relação à região de Pirenópolis, o estudo de Godinho et al. (2011) mos- tra o potencial da exploração do geoturismo que vem sendo reconhecido, mas que, ao mesmo tempo, não possui muito planejamento. Os pesquisadores observam, por exemplo, a formação geológica da Cidade de Pedra, que não apresenta infraestrutura turística.

# Referências

ALMEIDA, Mirian de Lourdes. *A cidade de Pirenópolis e o impacto do tombamento*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Bra- sília: Universidade de Brasília, 2006.

BATISTA, O. Pirenópolis: Uma paisagem ora vivida, ora contemplada. In: Maria Ge- ralda de Almeida (Org). *Paradigmas do Turismo*. Goiânia. Editora Alternativa, 2003, p 113-120.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

CHAIM, Marivone Matos. *Sociedade Colonial (Goiás – 1749-1822)*. Goiânia: Secreta- ria de Cultura, 1987.

COSTA, Daniel de Souza. *Desafios econômicos para a sustentabilidade do turismo: o caso de Pirenópolis (GO).* Monografia (Graduação). Departamento de Economia. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FREITAS, Juliana Pereira. *Pirenópolis: na rota do turismo cultural*. Dissertação (Mes- trado). Programa de Pós-Graduação em Gestão do Patrimônio Cultural. Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2005.

GODINHO, Rangel Gomes, et al. Geomorfologia e turismo no município de Pirenópo- lis (GO). *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 12, n. 37 mar/2011, p. 73-84.

GODINHO, Rangel Gomes; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Análise e avaliação da dis- tribuição geográfica da infraestrutura turística no sítio histórico de Pirenópolis (GO): subsídios ao planejamento turístico. *Boletim Goiano de Geografia*, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 107-122, ago. 2010. Disponível em: [<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/](http://www.revistas.ufg.br/bgg/article/)

view/11198>. Acesso em: 30 out. 2018.

GOVERNO do estado de Goiás. *Lei no 10.321, de 20 de novembro de 1987*. Legisla- ção do estado de Goiás, 1987. Disponível em: [<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/) leis\_ordinarias/1987/lei\_10321.htm>. Acesso em 28 mai. 2018.

GOVERNO do estado de Goiás. *Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2010*. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estimativa populacional 2018 IBGE*. 29 de agosto de 2018. Disponível em <[https://cidades.ibge.gov.br/brasil/](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pirenopolis/panorama) [go/pirenopolis/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pirenopolis/panorama)>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhanguera: história de Goiás*. Goiânia: Editora Kelps, 1997.

PREFEITURA Municipal de Pirenópolis. Plano Municipal de Turismo – Pirenópolis-GO (2012-2016). Pirenópolis, 2012.

, Irina Alves da Silva; PESSOA, Otávio Augusto de Araújo; FLORES, Sáius Borba Lins. Análise geomorfológica do município de Pirenópolis no estado de Goiás utilizando sis- tema de informação geográfica. *Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Universidade de Viçosa, 2009. Disponível em: <[http://www.geomorfologia.](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/024.pdf) [ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos\_expandidos/eixo1/024.pdf](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/024.pdf)>, Acesso em 30 out. 2018.

SOUZA, Fernando Estevam. Análise dos condicionantes físicos em bacias hidrográ- ficas do município de Pirenópolis (GO) e suas relações com o turismo. *Anais do XIX Seminário de Iniciação Científica da UFG* - PIBIC, 2011. Disponível em: [http://www.](http://www/) sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pibic/trabalhos/FERNANDO.PDF, Acesso em 28 out. 2018.

SPINELLI, Céline. Cavalhadas em Pirenópolis: tradições e sociabilidade no interior de Goiás.*Relig.soc.,*RiodeJaneiro,v.30,n.2,p.59-73,2010.Disponívelem<http://www.scie- lo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0100-85872010000200004&lng=en&nrm=i- so>. Acesso em 30 out. 2018.

THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. Geoparque Pireneus (GO) – proposta. In: Schobbenhaus, Carlos; Silva, Cássio Roberto (Orgs.) *Geoparques do Brasil* – Propostas, CPRM, p. 111-150, 2012.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

# SOBRE O ORGANIZADOR DA OBRA E OS AUTORES DOS CAPÍTULOS DE LIVRO

**Rafael Araújo Sousa Farias**

Graduado em Administração pela UniNovafapi - Certificado Fundação Getúlio Vargas

* FGV; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí - UFPI; Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Dou- tor em Administração pela Universidade de Brasília - UnB; e Membro do Grupo de Pesquisa IOR&N - Inter-organizational Relationships and Networks Research Group
* GERIR.

# João Barbosa França

Mestre em Administração de Empresas - PPGA/UNB, linha de pesquisa estratégia, desempenho e inovação. Formado em Ciências Contábeis com Especialização em Planejamento Econômico e Finanças Públicas pela Universidade de Brasília - UNB. Também possui graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Católica de Brasília (2006) e Especialização em Gestão de Processos Tecnológicos. Atualmente atua como Coordenador da Gestão do Orçamento Geral do DF. Sendo ocupante do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno. Tem experiência nas áreas de Gestão de Processos, Economia do Setor Público, Finanças Públicas e Administração Públi- ca. Também é professor de Ciências Contábeis e Gestão Financeira nas Faculdades UPIS em Brasília -DF.

# Sheila Milena Neves de Araújo Soares

Bióloga formada pela Universidade Federal do Piauí (2007). Mestre (2009) e Doutora (2015) em Biologia Vegetal pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal (PPGBV) da Universidade Federal de Pernambuco, ambos com ênfase Ecologia e linha de pesquisa em Ecologia da Polinização. Atualmente Professora Adjunto com dedicação exclusiva do curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da Uni- versidade Estadual do Piauí (Desde 2009).

# ÍNDICE REMISSIVO

**A**

aglomerado turístico, [17](#_bookmark1)

arquipélago, [114](#_bookmark19), [124](#_bookmark21)

atividade turística, [39](#_bookmark6)

# B

brasileiros, [10](#_bookmark0)

# C

cidade, [96](#_bookmark16), [130](#_bookmark22)

cidades brasileiras, [96](#_bookmark16)

colonial, [101](#_bookmark17)

colonizada, [77](#_bookmark13)

competitividade, [10](#_bookmark0)

comunidade, [53](#_bookmark9)

coordenador, [48](#_bookmark8)

culturas, [77](#_bookmark13)

# D

descoberta, [108](#_bookmark18), [114](#_bookmark19)

desenvolvimento, [39](#_bookmark6)

destinos, [10](#_bookmark0), [44](#_bookmark7)

destino turístico, [83](#_bookmark14)

dificuldades, [44](#_bookmark7)

distrito, [119](#_bookmark20)

# E

economia, [72](#_bookmark12), [89](#_bookmark15), [124](#_bookmark21)

empreendimentos, [44](#_bookmark7)

empresas, [29](#_bookmark4)

estudo, [21](#_bookmark2)

explorando, [108](#_bookmark18)

explorou, [130](#_bookmark22)

**F**

formação, [17](#_bookmark1)

# G

governamental, [53](#_bookmark9)

governança regional, [25](#_bookmark3)

# H

habitantes, [108](#_bookmark18)

história, [63](#_bookmark11), [72](#_bookmark12)

histórico, [83](#_bookmark14)

# I

idades turísticas, [77](#_bookmark13)

instituições, [21](#_bookmark2), [34](#_bookmark5), [39](#_bookmark6)

instituições públicas, [48](#_bookmark8)

interoganizacionais, [17](#_bookmark1)

# M

meio ambiente, [101](#_bookmark17)

microrregião, [89](#_bookmark15), [114](#_bookmark19)

missionário, [119](#_bookmark20)

município, [58](#_bookmark10), [72](#_bookmark12), [83](#_bookmark14), [89](#_bookmark15), [119](#_bookmark20)

# O

organizações, [29](#_bookmark4)

# P

período, [101](#_bookmark17)

pesquisa, [10](#_bookmark0)

pesquisas auríferas, [63](#_bookmark11)

poder público, [48](#_bookmark8)

prefeitura, [96](#_bookmark16)

preservada, [58](#_bookmark10)

principal atrativo, [58](#_bookmark10)

# R

referencial, [63](#_bookmark11)

região, [72](#_bookmark12)

registra, [72](#_bookmark12)

roteirizar, [25](#_bookmark3)

# S

sedimentada, [124](#_bookmark21)

serviços oferecidos, [34](#_bookmark5)

# T

trabalhos, [53](#_bookmark9)

turismo, [25](#_bookmark3)

turístico, [29](#_bookmark4)

